

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JULIO CESAR ANDRADE DOS SANTOS

**COLIGAÇÕES EM ELEIÇÕES MUNICIPAIS:
PORTO ALEGRE (2004 e 2008)**

Porto Alegre
2011

JULIO CESAR ANDRADE DOS SANTOS

**COLIGAÇÕES EM ELEIÇÕES MUNICIPAIS:
PORTO ALEGRE (2004 e 2008)**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Izabel Mallmann

Porto Alegre
2011

JULIO CESAR ANDRADE DOS SANTOS

**COLIGAÇÕES EM ELEIÇÕES MUNICIPAIS:
PORTO ALEGRE (2004 e 2008)**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 31 de março de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Maria Izabel Mallmann – PUCRS (orientadora)

Prof^a Dr^a. Silvana Krause - UFRGS

Prof. Dr. Hermilio Pereira dos Santos Filho – PUCRS

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a minha família, que é o meu porto seguro, na qual retorno sempre das longas jornadas pelo mundo do conhecimento para me abastecer de AMOR, CARINHO e AFETO, que são os principais provimentos para revigorar o meu espírito desbravador, a fim de que eu possa continuar avançando pelas vicissitudes da vida em busca de sabedoria.

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho acadêmico que se preze resulta de uma exaustiva e incansável busca pelo conhecimento que acaba deixando dívidas de gratidão com várias pessoas e instituições pela colaboração. Este trabalho não foge à regra. Por isso, vou logo agradecendo a PUCRS pelo incentivo na realização desta pesquisa, pela estrutura organizacional, pelos profissionais qualificados que possui em seu quadro funcional e pelo ambiente de otimismo em que me deparei durante a especialização e o mestrado. Ambiente esse, na qual me possibilitou que pudesse estudar nesta Instituição e desenvolver esta dissertação.

A Prof^ª. Dr^ª. Áurea Tomatis Petersen pelo exemplo de profissionalismo e pela motivação durante o curso de especialização, para que eu continuasse pesquisando o tema coligações eleitorais no mestrado;

A professora Maria Izabel Mallmann, minha orientadora, pela tranquilidade e confiança que me passou durante esses dois anos, mesmo sabendo que o tema não fazia parte da sua linha de pesquisa, acreditou que eu poderia realizar esta dissertação, dando-me autonomia para buscar em outras fontes, instituições e pessoas o conhecimento suplementar necessário para a concretização deste trabalho, pois sem esta credibilidade não teria conseguido chegar até aqui. Por fim, resalto a minha gratidão por ter aceitado ser minha orientadora, pela conduta ética e dedicação sempre demonstrada durante as aulas, em que fui seu aluno, e principalmente nos nossos encontros de orientação.

Nesta busca pelo conhecimento me deparei com várias pessoas pelo caminho que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste estudo, na qual agradeço a todas, principalmente aos colegas do mestrado, em especial ao Fabiano Costa pelo esforço em conseguir compilar todas as entrevistas dos candidatos a Prefeito de Porto Alegre nas eleições de 2004 e 2008 e aos demais docentes da PUCRS, com destaque para o Prof. Dr. Hermilio Santos por incrementar a Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Quero destacar ainda no campo acadêmico, a fundamental contribuição da Profª Drª Silvana Krause e agradecer pela imediata acolhida, disposição e ajuda, na medida do possível, para a realização deste sonho, desde quando eu ainda estava “engatinhando” na temática, indicando-me caminhos possíveis a trilhar no “campo fértil” das coligações e sugerindo-me correções cabíveis.

Aos familiares, além dos meus sogros Luiz Carlos e Ondina que me ajudaram muito nesse período, sendo o esteio da família na minha ausência, quero agradecer do fundo do meu coração às três mulheres que completam o meu ser; a amada esposa Silvana Ferri pela companheira que és, e as queridas filhas Brenda (10 anos) e Bruna (04 anos) pela compreensão e amor inabalável, mesmo quando não pude estar presente no dia a dia de vocês.

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio depende das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.

Bertolt Brecht

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Comparativo entre coligações proporcionais e majoritárias em 2004.....	34
Tabela 2. Vereadores eleitos por partidos e coligações na XIV Legislatura.....	37
Tabela 3. Composição da Câmara de Vereadores na XIV Legislatura.....	39
Tabela 4. Coligações eleitorais majoritárias em 2004.....	45
Tabela 5. Geografia eleitoral por Zona para o cargo de prefeito no 1º turno.....	48
Tabela 6. Pesquisa IBOPE.....	51
Tabela 7. Pesquisa Correio do Povo.....	52
Tabela 8. Dados absolutos por Zona Eleitoral para o cargo de prefeito no 1º turno.....	52
Tabela 9. Geografia eleitoral por Zona para o cargo de prefeito no 2º turno.....	53
Tabela 10. Transferência de votos nos pleitos de 2000 e 2004.....	53
Tabela 11. Dados absolutos por Zona Eleitoral no 2º turno.....	56
Tabela 12. Percentual de relação filiação partidária com a votação do 1º turno.....	63
Tabela 13. Percentual de relação entre votação majoritária e proporcional no 1º turno.....	64
Tabela 14. Comparativo entre coligações proporcionais e majoritárias em 2008.....	68
Tabela 15. Vereadores eleitos por partidos e coligações para a XV Legislatura.....	70
Tabela 16. Composição da Câmara de Vereadores para a XV Legislatura.....	72
Tabela 17. Coligações eleitorais (majoritária e proporcional).....	76
Tabela 18. Votações do 1º turno para o cargo de prefeito.....	77
Tabela 19. Transferência de votos nos pleitos de 2004 e 2008.....	78
Tabela 20. Geografia eleitoral por Zona para prefeito no 1º turno.....	80
Tabela 21. Dados absolutos por Zona para o cargo de prefeito no 1º turno.....	80
Tabela 22. Geografia por Zona Eleitoral no 2º turno.....	84
Tabela 23. Dados absolutos por Zona Eleitoral no 2º turno.....	84
Tabela 24. Desempenho da Frente Popular 1992-2008.....	85
Tabela 25. Distribuição diária de tempo para o cargo de prefeito: rádio e TV.....	88
Tabela 26. Distribuição diária de tempo para o cargo de vereador: rádio e TV.....	89
Tabela 27. Percentual de relação entre votação majoritária e proporcional no 1º turno.....	90
Tabela 28. Percentual de relação filiação partidária com a votação do 1º turno.....	92

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. A geografia dos votos no 1º turno.....	82
Figura 2. Geografia do voto para o 2º turno.	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Identidades partidárias no HGPE de 2004 para o cargo de prefeito.	57
Gráfico 2. Tipos de referências partidárias no HGPE de 2004 para prefeito.	58

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Vinheta da campanha do PT nas eleições municipais de 2004	59
Imagem 2. Slogan da campanha do PT nas eleições municipais de 2004.....	59
Imagem 3. Candidato Raul Pont durante o HGPE de 2004.....	60
Imagem 4. Candidato José Fogaça durante o HGPE de 2004 e o número da coligação	60
Imagem 5. Slogan da campanha do PPS nas eleições municipais de 2004.....	61
Imagem 6. Vinheta da campanha do PPS para as eleições municipais em 2004	61

LISTA DE SIGLAS/ABREVIACÕES

Partidos políticos nas eleições de 2004-2008 em Porto Alegre.

DEM	Democratas
PAN	Partido dos Aposentados da Nação ¹
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal ²
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro ³
PPS	Partido popular Socialista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional ⁴
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrático Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PV	Partido Verde

Outras siglas:

HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
TRE-RS	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
NEPPE	Núcleo de Estudos sobre Poder, Partidos e Eleições.

¹ Em 5 de outubro de 2006, o PAN foi oficialmente incorporado ao PTB.

² Em 2007, o PFL trocou a denominação para DEM (Democratas).

³ Em 2003, o PPB adquiriu o nome de PP (Partido Progressista).

⁴ O partido se fundiu, em 26 de outubro de 2006, com o PL, criando o Partido da República (PR).

RESUMO

Esta pesquisa apresenta um estudo descritivo do desempenho das coligações eleitorais no primeiro e no segundo turno das eleições municipais de 2004 e 2008 em Porto Alegre, verificando se há alguma relação entre as coligações proporcionais e as coligações majoritárias. O universo pesquisado compreende um total de 24 coligações assim distribuídas: em 2004, 6 coligações proporcionais e 7 coligações majoritárias; em 2008, 5 coligações proporcionais e 6 coligações majoritárias. Para tanto, optou-se em trabalhar com indicadores institucionais relacionados à legislação, ao horário gratuito de propaganda eleitoral, aos filiados e aos vereadores que pudessem explicar parte dessa relação. O estudo descreve o desempenho das coligações a partir dos resultados obtidos nos dois pleitos e enfoca a geografia eleitoral das candidaturas majoritárias nas dez Zonas Eleitorais de Porto Alegre e o processo de transferência de votos.

Palavras-chave: eleição municipal; coligações eleitorais; Zonas Eleitorais; geografia eleitoral; transferência de votos.

ABSTRACT

This research presents a descriptive study of the performance of electoral coalitions in the first and second round of municipal elections in 2004 and 2008 in Porto Alegre, checking if there is any relationship between coalitions and coalitions proportional majority. The group studied consists of a total of 24 coalitions distributed as follows: in 2004, 6 coalitions proportional and 7 majority coalitions, in 2008, 5 coalitions proportional and majoritarian coalitions 6. To this end, we chose to work with institutional indicators related to legislation, the free television time for election to the council members and that could explain part of this relationship. The study describing the performance of coalitions from the results of both elections and electoral geography focuses on the majority of applications in the ten Electoral Areas in Porto Alegre and transfer of votes.

Key words: municipal election; electoral coalitions; Electoral Zones; electoral geography; transfer of votes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	17
1.1 A JUSTIFICATIVA	18
1.2 A PROBLEMÁTICA	20
1.3 O REFERENCIAL TEÓRICO	22
1.4 A REVISÃO DA LITERATURA	24
2 COLIGAÇÕES ELEITORAIS EM 2004	29
2.1 A EVOLUÇÃO DAS ALIANÇAS E COLIGAÇÕES ELEITORAIS	29
2.1.1 <i>A legislação eleitoral da Velha Democracia Brasileira</i>	30
2.1.2 <i>A legislação eleitoral da Nova Democracia Brasileira</i>	31
2.2 AS COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 2004.....	34
2.3 AS COLIGAÇÕES NA ELEIÇÃO MAJORITÁRIA DE 2004.....	45
2.4 O DESEMPENHO DAS COLIGAÇÕES MAJORITÁRIAS DE 2004	46
2.4.1 <i>A geografia eleitoral no 1º turno de 2004</i>	48
2.4.2 <i>A geografia eleitoral no 2º turno de 2004</i>	53
2.4.3 <i>Horário gratuito de propaganda eleitoral em 2004</i>	56
2.4.4 <i>A força das coligações em 2004</i>	62
3 COLIGAÇÕES ELEITORAIS EM 2008	66
3.1 A LEGISLAÇÃO ELEITORAL PARA A ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 2008	66
3.2 AS COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 2008.....	68
3.3 AS COLIGAÇÕES NA ELEIÇÃO MAJORITÁRIA DE 2008.....	75
3.4 O DESEMPENHO DAS COLIGAÇÕES MAJORITÁRIAS DE 2008	76
3.4.1 <i>A geografia eleitoral no 1º turno de 2008</i>	79
3.4.2 <i>A geografia eleitoral no 2º turno de 2008</i>	82
3.4.3 <i>Horário gratuito de propaganda eleitoral em 2008</i>	85
3.4.4 <i>A força das coligações em 2008</i>	89
4 ANÁLISE CONTEXTUAL DAS ELEIÇÕES	94
4.1 ANÁLISE CONTEXTUAL DAS ELEIÇÕES EM 2004	94
4.2 ANÁLISE CONTEXTUAL DAS ELEIÇÕES EM 2008	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
SITES CONSULTADOS	105
ANEXO 1 – CÁLCULO DO QUOCIENTE ELEITORAL PARA VEREADOR.	107
ANEXO 2 – ENTREVISTA: CANDIDATOS A PREFEITURA DE PORTO ALEGRE EM 2004.	108
ANEXO 3 – ENTREVISTA: CANDIDATOS A PREFEITURA DE PORTO ALEGRE EM 2004 NO 2º TURNO. ..	117
ANEXO 4 – ENTREVISTA: CANDIDATOS A PREFEITURA DE PORTO ALEGRE EM 2008.	123
ANEXO 5 – ENTREVISTA: CANDIDATOS A PREFEITURA DE PORTO ALEGRE EM 2008 NO 2º TURNO. ..	135

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como finalidade fazer uma análise descritiva do desempenho das coligações eleitorais no primeiro e no segundo turno das eleições municipais de 2004 e 2008 em Porto Alegre, verificando se é possível estabelecer uma relação entre o desempenho e o comportamento das coligações proporcionais com a votação das coligações majoritárias às quais estavam vinculadas.

O universo pesquisado compreende um total de 24 coligações ocorridas nesse período, sendo que nas eleições municipais de 2004 os partidos se alinharam em seis coligações proporcionais e sete coligações majoritárias. Já nas eleições de 2008, o alinhamento das forças políticas de Porto Alegre foi um pouco menor em comparação com as eleições municipais anteriores, quando constituíram cinco coligações proporcionais e seis coligações majoritárias.

Para a realização do estudo, optou-se em trabalhar com indicadores institucionais já citados que pudessem explicar parte dessa relação. O estudo descreve o desempenho das coligações a partir dos resultados obtidos nos dois pleitos e enfoca a geografia eleitoral das candidaturas majoritárias nas dez Zonas Eleitorais de Porto Alegre. Ressalta ainda a importância de se estudar o processo de transferência de votos, haja vista a coincidência que ocorrera nessas duas eleições.

A justificativa para a pesquisa partiu do princípio que a maior parte dos estudos sobre os partidos na Ciência Política estão concentrados em nível federal e estadual. Assim, uma pesquisa sobre a dinâmica das coligações eleitorais, em nível municipal, ainda pouco investigado, poderá contribuir para o avanço da análise vigente do enraizamento dos partidos políticos na sociedade brasileira.

Os resultados dessas duas eleições apresentaram questões que motivaram a investigação, ou seja, após conhecidos os resultados das urnas e utilizando-se de indicadores institucionais partiu-se para a seguinte pergunta: é possível estabelecer uma

relação entre o desempenho das coligações proporcionais com as coligações majoritárias?

O estudo analisou os dados significativos sobre as candidaturas e coligações eleitorais (número de candidatos aos cargos de prefeito e vereador por coligação, número de filiados por partido e coligação, conteúdo e distribuição do HGPE, número de representantes eleitos para a Câmara de Vereadores por meio das coligações e/ou dos partidos) obtidas junto aos sites dos Tribunais Eleitorais e confrontou-os com a literatura especializada, dando ênfase aos estudos de Soares (1964 e 2001).

A pesquisa é de natureza descritiva, pois caracteriza os dados levantados junto aos sites do TSE e TRE-RS. Utiliza tabelas contendo indicadores relacionados à votação das coligações majoritária e proporcionais, conteúdo e distribuição do HGPE, número de filiados por partido e coligação, número de candidatos por partido e coligação, número de representantes eleitos no Poder Legislativo Municipal por partido e coligação, número de filiados por partido e coligação e a percentagem de votos válidos por Zona Eleitoral nos dois turnos das duas eleições.

No capítulo 1 são apresentadas as considerações preliminares deste trabalho, que envolve necessariamente as diretrizes do estado da arte ao qual foi montada toda a estrutura descritiva analítica, mas antes é feita uma resumida reminiscência de por onde se andou até chegar aqui. Após, é apresentada de forma esmiuçada a justificativa, a problemática e a revisão de literatura.

Os capítulos 2 e 3 tratam especialmente das coligações majoritárias e proporcionais nas eleições de 2004 e 2008 na cidade de Porto Alegre, que são o cerne deste estudo. Inicialmente a análise se concentra na apresentação das regras institucionais; após, parte para a descrição dos processos eleitorais respectivamente, verificando em cada indicador analisado se há alguma evidência relacional entre as coligações.

O capítulo 4 é dedicado à análise contextual do cenário em que se constituiu o discurso referente à derrota do PT, após dezesseis anos no governo municipal e às razões atribuídas ao sucesso de José Fogaça nas duas eleições majoritárias.

Por fim, acostamos no anexo desta dissertação as entrevistas realizadas pelo jornal Zero Hora a todos os candidatos que disputaram a Prefeitura de Porto Alegre nas eleições municipais de 2004 e 2008, que foram utilizadas para entender melhor o contexto eleitoral desses pleitos e, em última instância, para que possam também servir de fonte alternativa a outros pesquisadores interessados no estudo dessas eleições.

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Por ocasião de uma investigação sociológica que fora realizada na graduação sobre o surgimento de lideranças na juventude do PTB do Rio Grande do Sul,⁵ pôde-se constatar que o modo como esses jovens ascendiam nos quadros do partido passava, em grande medida, pelas suas atuações no movimento estudantil. E que a forma como conseguiam se elegerem representantes dos estudantes nos diretórios acadêmicos se dava de forma consensual, ou seja, coligados em chapas majoritárias com outros candidatos de frentes opostas, sendo que após o pleito dividiam o poder entre eles.

Daí o interesse em continuar a investigação na especialização em Sociologia que fizera na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em 2008, porém como havia pouco tempo para o aprofundamento e redação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deste tema e por coincidência das eleições municipais de 2008, ao qual estava em pleno andamento, o mais interessante naquele momento, de um ponto de vista exploratório, era estudar as eleições municipais de 2008 pela perspectiva das coligações partidárias.

Desta iniciativa resultou o TCC cujo título é “O poder das coligações partidárias nas eleições municipais de 2008 em Porto Alegre”, chegando-se a algumas considerações que neste pleito houve uma espécie de relação dinâmica entre as coligações majoritárias e proporcionais, ou seja, o resultado dos votos válidos obtidos pelas coligações majoritárias habilitadas pelos eleitores a disputarem o segundo turno apresentou uma proporção acima de 90% com as coligações proporcionais, visto que a votação para vereador dos partidos vinculados à majoritária, somados dentro da coligação proporcional representou taxas percentuais acima de 90% em proporcionalidade matemática com a coligação majoritária na qual estava atrelada.

⁵ Monografia apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2007 para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais com título: Liderança política e movimento estudantil: a juventude do PTB do Rio Grande do Sul.

1.1 A Justificativa

O estudo da utilização de coligações eleitorais tem se tornado de grande interesse para a Ciência Política brasileira.⁶ Dentro desta linha de raciocínio, Dantas (2007) aponta que parte importante dos estudos busca “desvendar uma lógica que explique a consolidação da atuação dos partidos no país” (DANTAS, 2007, p. 11), destacando o alinhamento dos partidos do ponto de vista das variáveis relacionadas ao espectro ideológico; as votações e resultados eleitorais em determinados períodos; pesquisas de opinião com eleitores; votações no interior do Poder Legislativo (coesão partidária e o comportamento dos parlamentares) e na legislação que rege a disputa eleitoral, capaz de explicar a conduta dos partidos na arena política.

De acordo com Schmitt (2005), “vários estudos foram realizados a partir dos anos sessenta sobre o fenômeno das alianças eleitorais no Brasil e as suas consequências sobre o formato e a dinâmica do sistema partidário” (SCHMITT, 2005 p. 12). Porém,

o estudo contemporâneo das coligações eleitorais no Brasil ainda se encontra em estágio incipiente, não apenas pela escassez de estudos específicos, mas principalmente pela abstração que fazem da literatura internacional e das equivalentes relativas ao primeiro multipartidarismo (SCHMITT, 2005 p. 23).

⁶ Existe um grupo de pesquisa liderado pela Cientista Política Silvana Krause “O grupo iniciou seus trabalhos em 2004 na VII BRASA (Brazilian Studies Association) no Rio de Janeiro com uma mesa redonda: “Partidos e Coligações Eleitorais no Brasil”, resultando em 2005 o livro “Partidos e Coligações eleitorais na Brasil” Em 2006, na VIII BRASA (Nashville/USA), novamente integrantes do grupo organizaram uma mesa redonda: “Instituições Políticas brasileiras: o papel coligacionista dos partidos”. Integrantes do grupo têm apresentado regularmente trabalhos em eventos acadêmicos nacionais e internacionais (ABCP- Associação Brasileira de Ciência Política, ANPOCS - Associação de Pós-Graduação em Ciências Sociais, ALACIP - Associação Latino-Americana de Ciência Política e WAPOR - World Association for Public Opinion Research). Já foram publicados artigos em periódicos nacionais (Revista DADOS, Revista Opinião Pública) e internacionais (LAPS- Latin America Politics and Society). Teses de doutorado e dissertações de mestrado foram defendidas na UNB e USP sobre o tema por integrantes do grupo e atualmente estão sendo desenvolvidas duas teses de doutorado (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, FIU - Florida International University) e uma dissertação de mestrado (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). No que diz respeito a alunos de graduação, há a participação de dois alunos bolsistas de iniciação científica na UFG. Em 2009 os pesquisadores organizaram um workshop no Rio de Janeiro: “Coligações partidárias na nova democracia brasileira” financiado pela Fundação Konrad Adenauer. O workshop estabeleceu um padrão mínimo comum de classificação dos partidos e das coligações, e desenvolve índices para possibilitar análises comparativas. Em 2010 o grupo lançou o livro “Coligações partidárias na Nova Democracia Brasileira: Perfis e Tendências” no 34º Encontro Anual da ANPOCS, 7º Encontro da ABCP. Ainda em 2010, os integrantes do grupo apresentaram suas pesquisas na X BRASA. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0106709GNX9IQZ>>. Último acesso em: 09 fev. 2011.

Krause acrescenta também com argumentos pontuais, que o tema das coligações eleitorais “é ainda um campo fértil e pouco explorado na Ciência Política brasileira que se debruça especialmente na análise sobre o desenvolvimento dos partidos e do sistema partidário da nova democracia brasileira” (KRAUSE, 2005, p. 7).

Na maior parte dos trabalhos direcionados ao tema das coligações eleitorais no Brasil pós-redemocratização, os analistas políticos têm se concentrado em eleições em nível estadual e federal, principalmente nas disputas proporcionais, sobretudo para o cargo de Deputado Federal. Acerca dessa lacuna, Krause (2005) ressalta a importância de novos estudos sobre o tema das coligações eleitorais, já que poucos devotaram atenção restrita a esfera municipal, situação que também abarca o município de Porto Alegre, Capital do Rio Grande do Sul, nono maior colégio eleitoral do país, com atualmente 1.040.063⁷ eleitores.

Além do exposto até aqui, uma pesquisa, sobre a dinâmica das coligações eleitorais na esfera municipal, poderá revelar perspectivas diferentes e opções metodológicas diversificadas em comparação com as análises predominantes nos níveis estadual e federal contribuindo para que outros pesquisadores aprofundem também estudos sobre o tema em âmbito local.

Visto isto, um estudo direcionado para a análise das coligações eleitorais neste nível se faz necessário, ainda, pois a tendência, em tese, no cenário político atual, é que as agremiações partidárias busquem cada vez mais se utilizarem da regra institucional vigente para formar coligações em busca do poder.

O tema também se impõe pela recorrência das discussões que abordam a fragmentação do sistema partidário e da representatividade do sistema político, decorrentes dos possíveis impactos das coligações eleitorais proporcionais sobre as distorções de representação na Câmara Federal (SANTOS, 1987; CAMPELLO DE SOUZA, 1990; NICOLAU, 1996; TAVARES, 1998; dentre outros).

Essas discussões bastariam para justificar um estudo mais minucioso sobre as coligações eleitorais. Contudo, o presente trabalho visa contribuir, ainda, para o avanço do conhecimento científico nas Ciências Sociais, inaugurando a análise das eleições municipais de 2004 e 2008 em Porto Alegre pela perspectiva das coligações, pois

⁷ Fonte: TSE – situação em agosto/2009.

acredita-se que haja muita informação ainda a ser investigada a respeito do efeito destas coligações nos processos eleitorais já mencionados.

Apresentado o período (2004 e 2008), a esfera (municipal) e o local (Porto Alegre) restando apenas especificar quais eleições serão analisadas: proporcionais e majoritárias, pois ambas fazem parte do objetivo central deste trabalho.

1.2 A Problemática

Muitos estudos têm identificado a recorrência do fenômeno das coligações nos pleitos eleitorais no Brasil. Como já observado, grande parte deles dedicam-se a analisá-los em suas dimensões estadual ou federal. Em menor número são os que analisam as coligações no âmbito municipal (MACHADO, C. 2007;⁸ DANTAS, 2007⁹ e 2008; PEIXOTO, 2010; MIGUEL e MACHADO, C. 2010; DANTAS e PRAÇA, 2010, RIBEIRO, 2010, dentre outros). Este trabalho associa-se aos esforços desses últimos ao se propor a analisar as eleições municipais de Porto Alegre em 2004 e 2008. Vejamos então alguns aspectos preliminares referentes às votações dessas duas eleições, começando com as eleições de 2004.

Em 2004, a candidatura de Raul Pont da Frente Popular liderada pelo PT registrou no primeiro turno (37,62% dos votos válidos), porém apenas 9% de vantagem do principal candidato opositor, José Fogaça da coligação PPS-PTB (28,34% dos votos válidos). Margem essa que somada, em tese, com a “transferência segura” de apenas 3% do candidato do PSB, não fora suficiente para que o Partido dos Trabalhadores ampliasse o seu percentual no segundo turno ao ponto de vencer as eleições. Enquanto Fogaça pôde, em teoria, contar com a “transferência” (apoio) de grande parte dos votos de outros partidos e/ou coligações, através de uma possível frente opositora dos outros candidatos derrotados no primeiro turno.

⁸ Obra defendida em janeiro na Universidade de Brasília foi intitulada: “Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil – 2000 e 2004”, e conferiu o título de mestre em Ciência Política a Carlos Augusto Mello Machado.

⁹ Trabalho defendido em dezembro de 2007 sob o título: “Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004” resultou no doutoramento em Ciência Política de Humberto Dantas pela Universidade de São Paulo.

O processo de "transferência" de votos do primeiro para o segundo turno talvez seja um dos principais fatores dentre outras razões para a derrota petista em Porto Alegre, visto que de cada três eleitores derrotados no primeiro turno, dois votaram no candidato José Fogaça (PPS) no segundo turno da eleição municipal de 2004. A princípio este comportamento também pode estar ligado à rejeição ao PT e ao candidato Raul Pont nessa eleição.

Em 2008, a disputa eleitoral “reeditou”, em termos, o confronto de 2004 entre o candidato José Fogaça, agora concorrendo pelo PMDB,¹⁰ contra a candidata Maria do Rosário do PT. A eleição de 2008 fora marcada por intensos debates na mídia (oito em pouco mais de duas semanas), na qual Fogaça dedicou-se a rebater críticas e apresentar realizações, dando à eleição uma dimensão plebiscitária sobre sua administração. Atribuindo aos grandes problemas da cidade as dificuldades financeiras herdadas dos governos petistas que o antecederam e também não conseguiram melhorar os serviços públicos. Fogaça defendeu também o continuísmo da sua administração estrategicamente com o slogan que afirmava "a mudança não pode parar".¹¹

No segundo turno, ao conquistar o apoio do DEM, PSDB e PPS à coligação Cidade Melhor – Futuro Melhor, o prefeito reeleito conseguiu recompor sua base de sustentação em uma “nova aliança”, que reproduziu a composição de partidos que já participavam da coalizão do governo municipal, obtendo sem dúvida nenhuma a ampliação da votação do primeiro turno.

O apoio destes partidos com a coligação liderada pelo PMDB no segundo turno foi um fator importante a destacar acerca do resultado do pleito, pois por um lado 47%

¹⁰ À volta para o PMDB ocorreu em 28/09/2007 e foi influenciado pelo senador Pedro Simon.

¹¹ **Porque a mudança não pode parar?** “Para enfrentar com qualidade a crise sistêmica do OP, herdada da administração anterior, o governo do prefeito José Fogaça encomendou uma pesquisa ao Banco Mundial, cuja realização contou com o acompanhamento técnico da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local e do Gabinete de Programação Orçamentária. A pesquisa intitula-se “Para um Orçamento Participativo Mais Inclusivo e Efetivo em Porto Alegre”. Entre os problemas detectados estão a pouca adesão de determinados grupos sociais, como a juventude, pessoas extremamente pobres, classe média e alta e o empresariado; a falta de interação entre o OP e a administração fiscal, gerando disparidade fiscal, coberta por geração de déficits correntes e/ou pelo adiamento dos investimentos e ausência de discussão sobre política fiscal e gestão equilibrada de despesas e receitas. O estudo propôs, entre outras medidas, o aperfeiçoamento da metodologia; o incentivo à inclusão de outros grupos sociais; o ciclo de dois anos no caso de obras públicas complexas; a possibilidade de ajustes no Plano de Investimentos, no caso de haver queda de receitas; a fiscalização sistemática do orçamento e dos serviços públicos, por intermédio de mecanismos de monitoramento; a adequação das demandas ao limite orçamentário e criação de grupos de trabalho especiais para o desenvolvimento econômico local, a gestão financeira e a modernização administrativa do município” (Fonte: Plano de Governo da Coligação Cidade Melhor - Futuro Melhor, 2008, p. 7).

dos eleitores derrotados no primeiro turno acabaram votando em Fogaça no segundo turno. Por outro lado, mais da metade dos eleitores derrotados no primeiro turno mesmo “transferindo” seu voto para a candidata do PT não conseguiu ter êxito em suas decisões.

Segundo o prefeito reeleito, logo após tomar conhecimento do resultado da eleição: “o projeto político que venceu estas eleições é um projeto que implantou um ciclo de mudanças e está preparado para enfrentar as novas fases com a mesma coragem.”¹² E também demonstrando seu caráter pragmático, mais uma vez, face aos apoios necessários para vencer as eleições, deixou claro aquilo que afirmara durante boa parte da campanha eleitoral no discurso da vitória na noite de 26/10/2008: “deixamos claro que nossa candidatura estava subordinada ao projeto, e não o projeto subordinado à candidatura. Também dissemos que os partidos políticos eram absolutamente indispensáveis”.¹³

Assim, essas duas eleições apresentaram o fenômeno das coligações eleitorais como dimensão central que carece de aprofundamento analítico. Dessa perspectiva, com base na literatura especializada, pergunta-se: é possível estabelecer uma relação entre o desempenho e o comportamento das coligações proporcionais e majoritárias que participaram das eleições de 2004-2008?

1.3 O Referencial Teórico

Apresenta-se a seguir o referencial que será utilizado para sustentar a argumentação deste trabalho. Adota-se como referencial teórico basilar os conceitos elaborados por Soares (1964) como vem sendo feito por muitos estudiosos da literatura recente sobre coligações no Brasil. Do mesmo modo como Soares, entende-se que a teoria da economia dos esforços e da resistência ideológica são motivos primordiais para a união das forças políticas nas disputas eleitorais, porém a dissertação em tela propõe-se a se debruçar sob a relação que possa haver entre as coligações proporcionais

¹² Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRSPE49P0QQ20081026?sp=true>> Acesso em: 20 out. 2009.

¹³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/Eleicoes2008/0,,MUL833530-15693,00-FOGACA+E+REELEITO+PREFEITO+DE+PORTO+ALEGRE.html>> Acesso em: 20 out. 2009.

e as coligações majoritárias e não, especificamente, sobre os motivos das uniões de partidos para concorrerem em eleições.

Gláucio Soares (1964) foi o pioneiro a tratar dos motivos concretos pelos quais os partidos se unem, tendo elaborado uma teoria para o comportamento coligacionista chegando a duas explicações para o aumento das alianças a partir de 1950: o esforço mínimo e a resistência ideológica. O esforço mínimo estaria ligado ao pressuposto de que um partido pode minimizar riscos e tentar eleger mais representantes coligando-se. A segunda teoria, afirma que cada legenda poderia ser diferenciada de acordo com a sua raiz social e plataforma ideológica, o que leva o autor a concluir que regiões mais urbanizadas e industrializadas têm menor propensão a aceitar alianças não ideológicas. Sendo que as alianças seriam mais bem sucedidas nas zonas rurais onde o nível de escolaridade, em tese, é menor.

Mais tarde, Soares (2001) contrapondo-se a perspectiva de Downs (1999) que enxerga a lógica das alianças pelo ponto de vista do princípio geral da economia de esforços e maximização de ganhos (escolha racional), relativiza a noção de “racionalidade instrumental” defendendo que:

a racionalidade depende da informação; o que é racional muda com a informação; a escolha racional não é absoluta; o que é racional depende do que é definido como desejável, e o que é desejável depende da cultura; a ideologia pode redefinir o que é desejável; a racionalidade não é atemporal; definido o que desejável, a definição do que é racional e do que não pode variar no tempo; o que é racional *a curto prazo* pode não sê-lo no longo prazo (SOARES, 2001, p. 136-137).

Em suma, Soares não contraria a ideia de racionalidade, mas sim a ideia de racionalidade eleitoral, já que a “resistência ideológica” também é constituída pela percepção de esforço mínimo (perdas e ganhos), que por sua vez, é retroalimentada por identidades adquiridas na sua representação social. “A racionalidade eleitoral, evidentemente, requer informações sobre a força eleitoral do partido e estimativas do resultado das eleições” (SOARES, 2001, p. 144).

Ao aceitar esses conceitos, trazidos por Soares, que servirão de alicerce na demonstração dos dados empíricos dos pleitos já mencionados. Deixa-se de lado a abordagem ideológica sobre as coligações principalmente no que se refere aos termos utilizados por autores contemporâneos como: inconsistência (SCHMITT, 1999),

coerência (CARREIRÃO, 2006; MACHADO, A. 2005; FAVETI, 2004; NICOLAU, 1996) e incoerência/coerência (CERVI, 2007) semelhante à inconsistência.

1.4 A Revisão da Literatura

A revisão de literatura a seguir ressalta alguns trabalhos bastante citados por pesquisadores que se dedicaram, e em muitos casos continuam se dedicando, ao estudo do sistema eleitoral e partidário com ênfase no tema das coligações eleitorais.¹⁴

Começando com Assis Brasil (1895) que participou na elaboração do Código Eleitoral de 1932, na qual previa a possibilidade de coligações, embora fosse contrário a esse instituto:

Politicamente, é imoralidade reunirem-se indivíduos de credos diversos com o fim de conquistarem o poder, repartindo depois, como *cousa vil*, o objeto da cobiçada vitória [...] essas coligações são, em regra, imorais; mas o que é pior é que elas são negativas no governo, e, por isso, funestas, se chegam a triunfar. (ASSIS BRASIL, 1895, p. 143-145).

Soares (1964), como já observado, foi o pioneiro a tratar dos motivos concretos pelos quais os partidos se unem, e, é talvez um dos autores mais citados pela literatura recente sobre o tema das coligações eleitorais no Brasil.

Para Lima Junior (1983), as parcerias são compreendidas à luz da “racionalidade contextual”, o que significa que os partidos tendem a seguir uma estratégia de maximização de votos, só minimizando o apoio quando varia a força eleitoral local de cada legenda.

[...] estratégia de racionalidade política contextual: as decisões partidárias de formar alianças foram racionais porque tinham como principal objetivo maximizar o apoio eleitoral e foram contextuais porque tomadas localmente, à luz dos resultados da eleição prévia e não de acordo com uma estratégia partidária nacional (LIMA JUNIOR, 1983, p. 76-77).

Campello de Souza, no seu clássico estudo sobre as eleições para deputado estadual e federal de 1950 a 1962, conclui haver

¹⁴ Ver Krause e Schmitt (2005) e Krause, Dantas e Miguel (2010) que trazem uma panorâmica sobre o tema das coligações eleitorais no Brasil.

indícios de que o comportamento aliancista era um padrão nacional e crescente, embora com ritmos diferentes, e que não era errático; ao contrário, acompanhava, em alguns casos, afinidades ideológicas, noutros, estratégias de expansão partidária, e, em todos, estratégias de ganho eleitoral racionalmente elaboradas (CAMPELLO DE SOUZA, 1990, p. 160).

A hipótese central do trabalho de Campello de Souza é que estaria em andamento um realinhamento eleitoral e partidário, com a redução das particularidades em níveis regionais e estaduais e a formação de uma estrutura progressivamente nacionalizada e simplificada.

Santos (1987, p. 112) também analisando o período de 1950 a 1962 na Câmara Federal, explicou que a percentagem de cadeiras preenchidas por meio de alianças passou de 18% em 1950, a 34% em 1954, a 41% em 1958 e a 47% em 1962. Neste estudo, Santos mostra que a variável vinculada ao espectro ideológico dos partidos é pouco relevante para explicar as coligações (partidárias) eleitorais. Segundo ele, o que movia os partidos a se coligarem eram os elevados quocientes eleitorais na maioria dos estados e a fórmula D'hondt¹⁵ para distribuir as sobras.

Outra visão bastante importante acerca da lógica das coligações pode ser encontrada em Fleischer. Segundo ele, o interesse dos grandes partidos em se coligar reside no fato de que uma legenda nunca tem força em todos os estados. Quando analisou as eleições em Minas na década de 1960 chegou à conclusão, por exemplo, que o PSD nunca precisou fazer coligação para disputar a Câmara Federal; mas, no Rio Grande do Sul, para fazer frente ao seu grande rival, o PTB, fez coligações com outros partidos conservadores (FLEISCHER, 1986, p.108). E em trabalho mais recente, o autor afirmou que:

os cálculos e estratégias dos partidos (em 2006) para se aliar (em federações) para permanecer juntos por três anos teriam sido diferentes do que as estratégias de coligações (na legislação atual), onde as alianças se desfazem logo no dia depois da eleição. (FLEISCHER, 2007, p. 11).

¹⁵ Fórmula utilizada para alocar cadeiras que não foram ocupadas na divisão pelo quociente eleitoral, ou seja, “dos restos eleitorais entre os diferentes partidos, e tende, portanto, a beneficiar os partidos maiores em prejuízo dos menores”. [...] A votação de cada partido é sucessivamente dividida pela série de números inteiros a partir daquele posterior ao número de cadeiras conquistadas pela legenda no primeiro procedimento “até que o divisor corresponda ao número de representantes a eleger na circunscrição” (TAVARES, 1994, p. 171).

A lógica das coligações na visão de Lavareda, é que os partidos pequenos buscam alcançar o quociente eleitoral e os grandes aceitam coligarem-se com os menores, no pleito proporcional, em vista do apoio nas eleições majoritárias,

em que mesmo um pequeno contingente de votos orientados por uma pequena legenda ou liderança isolada podia ser vital nas urnas, ou mesmo antes, à medida que emprestavam aparência de maior força e ajudavam a viabilizar candidaturas (LAVAREDA, 1991, p. 116).

Lessa, (1992), ao estudar a eleição de 1990 para a Câmara, no Rio de Janeiro, destacou que apenas quatro das 46 vagas para o Legislativo foram preenchidas por candidatos individualmente. Coincidentemente, dos 30 partidos que concorreram apenas quatro lograram êxito sozinhos. O autor salientou, também, o processo de transferência de votos que ocorreu na coligação PMDB/PTB/PFL/PDC,

da votação do PMDB, 77% dos votos não foram transferidos para candidatos da escolha do eleitor. Desse subtotal, 44% foram transferidos para outros partidos. No conjunto, 34% dos votos peemedebistas acabaram por viabilizar a eleição de candidatos de outros partidos da coligação. (LESSA, 1992, p. 38).

Figueiredo (1994), em sua análise das eleições de 1994 acerca das coligações feitas em âmbito estadual, conclui que os partidos decidem sua estratégia de coligações a partir de um cálculo de custos e benefícios eleitorais, em que, mantidos os benefícios constantes, procuram aliados à sua direita ou à sua esquerda em função de sua base eleitoral.

A probabilidade de formação de alianças eleitorais é inversamente proporcional à estrutura de oportunidades eleitorais de cada um dos competidores. Esta é definida pelas regras que regulam a eleição. Tais regras podem aumentar ou diminuir as chances eleitorais de cada um dos competidores. (FIGUEIREDO, 1994, p. 8).

Nicolau (1996) analisa os vários fatores contribuintes para o multipartidarismo brasileiro, inclusive os existentes no sistema eleitoral e partidário. Entre esses fatores, o autor destaca o tempo no HGPE como uma variável importante para os candidatos ao cargo no executivo.

Ainda em relação ao HGPE, podemos o destacar o artigo de Schmitt, Carneiro e Kuschnir (1999), na qual defende que o HGPE se apresentaria como um fator de fortalecimento dos partidos políticos, visto que permitiria a eles constituírem “listas partidárias informais”, ou seja, que os partidos não distribuem igualmente o tempo do

HGPE entre os candidatos; que a propaganda política na televisão tem um impacto eleitoral significativo; e que, por conseguinte, o HGPE permite aos partidos efetivamente favorecer a eleição de alguns candidatos em detrimento de outros.

O trabalho de Krause e Paiva (2000), referente ao padrão das coligações no Estado de Goiás, demonstrou a influência do governismo estadual nas eleições para o executivo municipal, tendo o governo estadual um papel central na dinâmica das parcerias (alianças) municipais.

Krause e Schmitt (2005) organizaram um importante livro sobre o assunto que é possível encontrar, além de uma série de informações, dados estatísticos e análises sobre as coligações partidárias desde 1945 até os primeiros anos do século XXI.

Miguel e Machado (2007) apresentaram outro tipo de relação pragmática que pode existir entre as coligações majoritárias e proporcionais, quando analisaram a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004) apontando que para

os cargos majoritários, as coligações são, muitas vezes, um subproduto das alianças firmadas com vistas às eleições proporcionais; em relação ao Poder Executivo, há a esperança de que, em caso de vitória, os partidos apoiadores sejam contemplados com cargos na administração pública. Os candidatos apoiados ganham com a redução do número de adversários, com o presumido suporte dos líderes e candidatos ao Legislativo dos outros partidos apenas “presumido” porque, nas condições de fraca identificação partidária existentes no Brasil, é frequente que militantes e mesmo dirigentes apoiem candidatos que não são os de seu partido – e com a ampliação do tempo de que dispõem no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – HGPE na televisão e no rádio (MIGUEL E MACHADO, 2007, p. 3).

Para concluir esta breve revisão de literatura, é importante destacar o recente livro organizado pelos autores Krause, Dantas e Miguel (2010), que está dividido em três partes: a primeira parte é introdutória, apresentando o estado da arte sobre o tema das coligações, a segunda parte contempla artigos que tratam especialmente de eleições majoritárias e proporcionais nacionais e estaduais, a terceira parte do livro é direcionada para a análise dos pleitos municipais.

Portanto, verifica-se que alguns desses autores se debruçaram sobre os motivos pelos quais os partidos se coligam em eleições. Entretanto, acredita-se que na literatura haja consenso em que o objetivo mais acentuado das coligações é ampliar as chances

eleitorais dos partidos, e de que a decisão estratégica, para alguns, sobre coligações é tomada com base em um cálculo de custos e benefícios eleitorais, ou seja, de forma pragmática (LIMA JÚNIOR, 1983; SANTOS, 1987; CAMPELLO DE SOUZA, 1990; FIGUEIREDO, 1994; NICOLAU, 1994, TAVARES, 1998). E para outros, a preocupação se dá numa dimensão ideológica (MIGUEL e MACHADO, 2007; CERVI, 2007; CARREIRÃO, 2006; MACHADO, A. 2005; FAVETI, 2004; SCHMITT, 1999, dentre outros).

No próximo capítulo será tratada a Regra Institucional que incentiva a grande maioria dos partidos na hora de se coligarem e que, no limite, pode ter relação com as ofertas partidárias que são dadas aos eleitores pelas coligações majoritárias e proporcionais, pois independentemente dos motivos que possam existir, ainda assim, os mesmos estão atrelados às leis eleitorais.

2 COLIGAÇÕES ELEITORAIS EM 2004

Neste capítulo a intenção é descrever como a legislação eleitoral disciplina o comportamento dos partidos na hora de decidirem lançar suas candidaturas e analisar o desempenho das coligações proporcionais e majoritárias nas eleições de 2004 em Porto Alegre, utilizando-se de indicadores relacionados à atuação das legendas que disputaram o referido processo eleitoral.

2.1 A evolução das alianças e coligações eleitorais

Antes de começarmos a analisar as coligações eleitorais de 2004 em Porto Alegre é preciso que se faça uma rápida definição do se entende por coligação eleitoral. Para Soares (2001), as coligações eleitorais se referem a eleições, podendo ou não se transformar em coalizões estáveis, seja de governo ou oposição, e, em caso negativo, podendo ou não reaparecer numa votação no Congresso (SOARES, 2001, p. 137).

Nesta dissertação, o conceito coligação partidária ou eleitoral será o mesmo utilizado oficialmente pelo TSE que o define como: *a união de partidos políticos para concorrer às eleições majoritárias, proporcionais ou ambas. A coligação terá denominação própria que poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram, devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários.* (**Res. TSE nº 23.221/2010, artigos 5º e 6º, I; Lei nº 9.504/97, art. 6º, §§ 1º e 3º, III**).

A seguir veremos como as coligações eleitorais foram tratadas no campo jurídico no decorrer dos tempos durante a fase Republicana Brasileira que está dividida em duas partes: a primeira denominada Velha Democracia Brasileira que se refere ao período anterior a Constituição Vigente tendo origem no início da década de 30 do século XX com a edição do primeiro Código Eleitoral Brasileiro e a segunda denominada Nova Democracia Brasileira que abrange o período histórico iniciado com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

2.1.1 A legislação eleitoral da Velha Democracia Brasileira

A prática dos partidos se coligarem não é recente no Brasil. Basta partirmos do primeiro Código Eleitoral Brasileiro (Decreto nº 21.076, de 24/02/1932), que introduziu no sistema político do país o sistema de representação proporcional, e verificarmos que fora prevista nesta legislação a possibilidade de “aliança entre partidos”, podendo registrar candidatos à eleição (art. 58, § 1º).

O segundo Código Eleitoral Brasileiro (Lei nº 48, de 4/5/1935, art. 84), a “Lei Agamenon” (Decreto-Lei nº 7.586, de 28/5/1945, art. 39) e o terceiro Código Eleitoral Brasileiro (Lei nº 1.164, de 24/7/1950, art. 47) regeram também a permanência da prática de alianças. O quarto Código Eleitoral Brasileiro (Lei nº 4.737, de 15/7/1965), disciplinou as alianças, permitindo-as para as eleições majoritárias (art. 91), porém proibindo-as para as eleições proporcionais (art. 105) logo após as eleições de 1965.

Nas eleições de 1982, as coligações foram proibidas, em obediência ao Código Eleitoral de 1965. Essa medida foi reafirmada no inciso IV do art. 19 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos na época (Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971), preservada na norma que restabeleceu o pluripartidarismo (Lei nº 6.767, de 20/12/1979) e na que estabeleceu as regras específicas para o pleito de 1982 (Lei nº 6.978 de 19 de janeiro de 1982). As alianças foram permitidas novamente com a edição do já citado art. 105, mas agora estabelecida pelo art. 3 da Lei nº 7.454, de 30 de dezembro de 1985.

Outro aspecto importante a destacar a respeito das eleições de 1982 foi que elas foram marcadas pelo lançamento de um instituto legal que mudou a lógica da disputa. O voto vinculado elaborado nas reformas eleitorais em 1981 exigiu que todos os partidos lançassem candidatos a todos os cargos em disputa. Em 1985 a Lei nº 7.434, de 19 de dezembro de 1985 altera a redação da alínea b do inciso IX do art. 146 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), eliminando da legislação eleitoral o voto vinculado.

Já as normas eleitorais vigentes,¹⁶ editadas, sobretudo, após o advento do pluripartidarismo no país, têm admitido a possibilidade de formação de coligações partidárias nas disputas eleitorais, mas sua criação e existência estão circunscritas apenas ao processo eleitoral.

Segundo Schmitt (2005), a literatura referente “à associação eleitoral entre diferentes listas partidárias ora funcionava como *alianças* ora como *coligações*”. Isto se deu “com base na legislação eleitoral” anterior a 1964 (Código Eleitoral de 1950 - Lei n.º 1.164, de 24/07/50) na qual as denominações utilizadas pelas alianças eventualmente incluíam também o termo “coligação”, mas o mesmo era inexistente do ponto de vista estritamente legal (SCHMITT, 2005, p. 11).

O Código eleitoral de 1965 (Lei n.º 4.737, de 15/07/65) proibiu, nas eleições pelo sistema de representação proporcional, as alianças partidárias, mas manteve em seu texto original a denominação de “alianças”. Por sua vez, o Código Eleitoral de 1985 (Lei n.º 7.454, de 30/12/85), restabeleceu a possibilidade de associações partidárias nas eleições proporcionais, porém alterando o termo para “coligações”. Daí em diante, a denominação vem sendo mantida pela legislação eleitoral atual.

Portanto, alianças e coligações são denominações diferentes do mesmo fenômeno, o das listas partidárias que se unem para disputarem eleições. Assim, para efeito de informação, neste trabalho, será usada, predominantemente, a expressão coligação.

2.1.2 A legislação eleitoral da Nova Democracia Brasileira

Nesta subseção serão tratados alguns aspectos da Regra Institucional em vigor (legislação),¹⁷ que orienta as agremiações políticas para que o fenômeno das coligações se torne realidade nos pleitos eleitorais, uma vez que, quaisquer que sejam as intenções

¹⁶ Lei n.º. 9.096/95, que dispõe sobre os partidos políticos; Lei n.º 9.504/97, que trata das eleições (coligações) e Emenda à Constituição n.º 52/06, que desvincula as coligações eleitorais das candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal. (Fonte: www.planalto.gov.br).

¹⁷ A legislação que disciplina o sistema eleitoral brasileiro atualmente está fundamentada na Lei n.º 4.737/65 (Código Eleitoral), composta pelas Leis n.º 9.096/95, que dispõe sobre os partidos políticos; Lei n.º 9.504/97, que trata das eleições (coligações), e Emenda à Constituição n.º 52/06, que desvincula as coligações eleitorais das candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal e também por uma série de outras Leis extravagantes e resoluções do TSE.

dos partidos, os mesmos estão sujeitos à legislação eleitoral vigente no período no qual disputam a eleição.

Então, com base na legislação vigente, enumeramos logo abaixo algumas dessas vantagens que podem corroborar na hora dos partidos decidirem disputar o pleito eleitoral de forma coligada.

1. A coligação tem a possibilidade legal de registrar maior número de candidatos ao pleito proporcional, em comparação ao número de candidatos que pode apresentar o partido que concorre isolado. Assim, segundo o artigo 10 da Lei nº 9.504/97, os partidos isolados podem registrar candidatos até uma vez e meia (1,5) o número de vagas da Casa Legislativa. No caso de coligação, entretanto, a possibilidade é de até o dobro (2,0) de lugares a preencher.

2. O tempo determinado no HGPE será a soma do tempo dos partidos que compõem a coligação proporcional com representação na Câmara dos Deputados, segundo regra estabelecida no inciso II do § 2º do artigo 47 da Lei 9.504/97.¹⁸

3. O quociente partidário das coligações tem condição de ser maior porque o resultado de todos os votos dados à legenda dos partidos coligados e aos candidatos registrados pela coligação, nos termos do artigo 107 do Código Eleitoral,¹⁹ significa maiores chances de um melhor resultado eleitoral.²⁰

A distribuição de cadeiras entre os partidos coligados é feita como se estes fossem um único partido, ou seja, somam-se os votos dados, no distrito, aos candidatos, bem como os votos de legenda de cada partido da coligação. Divide-se este valor do quociente eleitoral - divisão dos votos válidos pelas cadeiras em disputa - desprezando as sobras e chega-se ao quociente partidário. Depois prossegue-se a distribuição das sobras, dividindo os mesmos votos recebidos pelo número de cadeiras recebidas mais 1, o partido ou coligação que tiver a maior média resultante do cálculo recebe a primeira cadeira das sobras. Este cálculo é repetido até que todas as cadeiras sejam preenchidas. As cadeiras obtidas são ocupadas pelos candidatos mais votados de cada lista. É importante destacar que a coligação funciona como uma única lista; ou seja, os mais votados da coligação, independentemente do partido ao qual pertençam, elegem-se (FREITAS e MESQUITA, 2010, p. 4).

¹⁸ Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no artigo 57 reservarão nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo.

¹⁹ Art. 107 - Determina-se para cada partido ou coligação o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, descartados a fração.

²⁰ Ver anexo deste trabalho que contém um exemplo prático do cálculo do quociente eleitoral e partidário elaborado pelo TRE-RS.

4. Das fórmulas eleitorais (cálculos dos quocientes eleitorais, quocientes partidários, definição de sobras), dois aspectos interferem na tendência do comportamento coligacionista dos partidos, sobretudo para as pequenas legendas, em razão de decisão racional e estratégica de se conseguir resultado eleitoral.²¹ O primeiro aspecto se refere às pequenas legendas, embora não conseguindo atingir o quociente eleitoral individualmente, não raro, elegem candidatos em razão de fazerem parte de uma coligação. Esse êxito eleitoral dificilmente seria obtido se disputassem o pleito isoladamente. O outro aspecto que também tem relação com os pequenos partidos é a situação em que mesmo alcançando uma votação significativa, se não obtiverem êxito no quociente eleitoral serão invariavelmente excluídos no próximo passo quanto ao rateio das sobras e, sobretudo, ficando de fora da representação política legítima por parte das minorias que lhe apoiaram. A solução prática, então, para esses partidos, será a busca pela formalização de coligações eleitorais.

Segundo Miguel e Machado (2010), nas palavras deles: “ignorar por inteiro os incentivos que as regras eleitorais dão à formação de alianças significaria desperdiçar sistematicamente chances de vitória e, no limite, resignar-se a uma posição marginal permanente no campo político brasileiro, como parece ser o caso dos micropartidos trotskistas”. (MIGUEL e MACHADO, 2010, p. 367)

Neste sentido, as vantagens institucionais parecem ser questões centrais na hora dos partidos decidirem suas parcerias. Percebe-se que o sistema eleitoral vigente, ao permitir coligações partidárias nas eleições proporcionais, acaba incentivando o multipartidarismo e possibilitando as pequenas legendas elegerem representantes. Este incentivo é fortalecido pela possibilidade de coligação, haja vista que um partido qualquer que não atingiria o quociente eleitoral isoladamente, acaba conseguindo cadeiras coligando-se a outros partidos (FLEISCHER e DALMORO, 2005; SCHMITT, 2005).²²

²¹ Ver Lavareda (1991), Nicolau (1996) e Schmitt (1999).

²² Ver também Soares (1964), Santos (1987), Souza (1990), Lavareda (1991), Fleischer (1995), Nicolau (1996), Schmitt (1999), Krause e Schmitt (2005).

Na próxima seção será analisado o comportamento das coligações nas eleições de 2004. Verificando se o desempenho das coligações proporcionais tem alguma relação com o resultado da votação das coligações majoritárias naquele pleito.

2.2 As coligações nas eleições proporcionais de 2004

O primeiro turno das eleições municipais para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre foi disputado por seis coligações proporcionais, abaixo descritas na Tabela 1, e por quatro partidos isolados,²³ sendo que as coligações foram mais bem sucedidas do que os partidos que concorreram isolados.

Tabela 1. Comparativo entre coligações proporcionais e majoritárias em 2004.²⁴

Coligação	Partidos Membros	Coligação Proporcional	Coligação Majoritária	Percentual Diferencial
Frente Popular	PT / PSL / PTN / PCB / PL / PMN / PC do B	30,69%	37,62%	+ 6,93%
Mudar de Verdade	PMDB / PSDC / PHS / PRONA	11,87%	5,89%	- 5,98%
PFL – PSDB	PFL / PSDB	11,35%	9,97%	- 1,38%
Porto Alegre de Cara Nova	PSB / PSC	3,75%	3,04%	- 0,71%
Porto Mais Alegre	PDT / PAN	14,85%	9,76%	- 9,76%
PPS – PTB	PPS / PTB	16,65%	28,34%	+ 11,69%

Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS.

A coluna **Coligação Proporcional** (nominais + legenda) refere-se ao percentual dos votos válidos dados aos candidatos individualmente que compuseram a coligação mais a percentagem dos votos obtidos pela legenda. A coluna **Coligação Majoritária**

²³ Dos partidos que disputaram as eleições proporcionais isolados: PP, PV, PCO e PSTU. Apenas o PP conseguiu eleger (três) representantes para a Câmara de Vereadores. Outro aspecto importante foi que o PP coligou-se com o PV na eleição majoritária e formou a coligação chamada A União Que Faz Bem, obtendo 4,39% dos votos válidos, contudo foi o partido que mais perdeu votos durante a campanha, começando com índices acima de 10%, antes e durante uma parte do período eleitoral, e terminando com menos de 5%, em penúltimo lugar das coligações majoritárias, à frente apenas do PSB (3,04%).

²⁴ A título de informação, a candidata do PSTU fez 0,82% e o candidato do PCO obteve 0,16% dos votos válidos, embora não tenha sido apresentada na Tabela 1, a votação deles foi computada no conjunto dos votos válidos, uma vez que a diferença com a exclusão deles não afetaria significativamente o percentual obtidos pelas coligações. O cálculo do percentual das coligações proporcionais foi obtido pela divisão dos votos válidos de cada coligação proporcional pelo total de votos válidos nas eleições para vereador.

refere-se ao percentual dos votos válidos dados aos candidatos da coligação no primeiro turno. Na coluna **Coligação** são apresentados os nomes oficialmente registrados juntos ao TRE-RS. Na coluna **Partidos Membros** são relacionados os partidos que formaram a coligação e na coluna Percentual Diferencial são mostradas as diferenças percentuais entre as coligações majoritárias e proporcionais. A análise e, conseqüentemente, a relação comparativa que será feita a seguir entre as coligações proporcionais e as majoritárias referem-se ao primeiro turno das eleições municipais deste pleito.

Diante disso, passamos a analisar a Tabela 1, que mostra a Frente Popular, liderada pelo PT, que estava no comando da Prefeitura de Porto Alegre e que obteve quase 1/3 dos votos válidos no primeiro turno para a Câmara de Vereadores. Nessa eleição mesmo perdendo a parceria do PSB, o PT conseguiu buscar novos parceiros PSL, PTN, PL, PMN, que em outros tempos eram considerados adversários de direita, com exceção do PMN com um viés de esquerda.²⁵ Ao que tudo indica a estratégia do PT, em 2004, se deu com base nos partidos que apoiavam o governo Lula no Congresso, já que com a saída do PSB, a solução prática para Frente Popular foi demonstrar mais força ainda no cenário eleitoral local, formando uma coligação com sete partidos (PEIXOTO, 2010, p. 284; RIBEIRO, 2010, p. 302; MIGUEL e MACHADO, 2010, p. 318).

Ainda, em relação à votação da coligação majoritária do PT (37,62%) no primeiro turno, a coligação proporcional da Frente Popular atingiu uma votação expressiva em comparação com a do candidato da mesma coligação, chegando ao índice de 81,50% dos votos dados a Raul Pont. A correlação entre a coligação proporcional e majoritária do PT, talvez possa ser explicada pela capacidade em que os candidatos a vereador da coligação proporcional, bem distribuídos nas dez Zonas Eleitorais de Porto Alegre, podem angariar votos para o candidato a prefeito da coligação majoritária ao qual estejam vinculados nas eleições.

A coligação Mudar de Verdade formada pelo PMDB, PSDC, PHS e PRONA obteve 11,87% dos votos válidos para a Câmara de Vereadores, enquanto que a majoritária obteve 5,89%. A correlação nesse caso é positiva para a coligação proporcional, que obteve o dobro dos votos válidos em comparação com a votação da

²⁵ Espectro ideológico definido conforme classificação de Krause, Dantas e Miguel, 2010, p. 380.

majoritária, liderada pelo PMDB, tendo como candidato o Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho. Cabe destacar ainda, que nessa eleição o PMDB aumentou seus parceiros em comparação à eleição de 2000, uma vez que concorreu naquele pleito coligado apenas com o PL.

Segundo Ribeiro (2010), é a partir de 2004 que o PMDB começa a assumir um comportamento coligacionista altamente equilibrado, consolidando a posição de partido com grande força de centro, “suscetível de aliar-se tanto à esquerda como à direita – em todos os níveis de governo” (RIBEIRO, 2010, p. 311).

Face ao escasso “mercado” de partidos para formar parcerias,²⁶ o PFL buscou alinhar-se com o parceiro de longa data no governo Fernando Henrique, o PSDB. A coligação PFL-PSDB obteve 11,35% dos votos válidos, passando em quase dois pontos percentuais (9,97%) dos votos dados ao candidato da coligação majoritária, Onyx Lorenzoni. A correlação nesse caso, também é positiva para a coligação proporcional, pois o resultou dessa parceria foi que, ambos os partidos da coligação conseguiram lograr êxito no processo eleitoral, elegendo quatro vereadores, dois para cada partido. Cabe ressaltar que o PFL e o PSDB eram oposição tanto em nível municipal como em nível federal e na eleição anterior disputaram separados. O primeiro coligou-se com o PSC, enquanto que o segundo se alinhou com o PPB e PSDC.

A coligação Porto Alegre de Cara Nova formada pelo PSC e PSB obteve 3,75% dos votos válidos, enquanto que na disputa majoritária, esta mesma coligação obteve 3,04% dos votos válidos, o que representa em comparação entre a proporcional uma redução de aproximadamente 19%. Assim sendo, pode-se inferir que o PSC tenha contribuído, em alguma medida, para o resultado das urnas ao candidato do PSB, o Deputado Federal Beto Albuquerque.

A coligação Porto Mais Alegre formada pelo PAN e PDT obteve 14,85% dos votos válidos, enquanto que a coligação majoritária ficou com 9,76%, revelando, em determinado nível, a fraca atuação dos candidatos a vereador da coligação proporcional na busca por votos para o candidato Vieira da Cunha do PDT, visto que a correlação

²⁶ Muitos pré-acordos partidários já vinham sendo consolidados desde meados de fevereiro de 2004, para a disputa das eleições desse mesmo ano.

entre ambas as coligações resultou positiva para a proporcional, ficando mais de 52% acima da votação para a majoritária.

A coligação formada pelo PPS e PTB obteve 16,65% dos votos válidos na eleição proporcional e na eleição majoritária ficou com 28,34%. Em ambas as eleições, a coligação PPS-PTB conseguiu ficar em segundo lugar, perdendo apenas para Frente Popular que venceu no primeiro turno. Coincidentemente, as coligações Frente Popular e PPS-PTB foram as mais votadas nesse processo eleitoral, porém a Frente Popular conquistou o dobro de vagas na Câmara Municipal (12 vereadores) do que a coligação PPS-PTB (06 vereadores).

A saber, na Tabela 2 vemos a quantidade de vagas preenchidas por partidos e coligações para a Câmara Municipal de Vereadores, destacando que havia 440 candidatos disputando as trinta e seis vagas no Legislativo Municipal da Capital do Rio Grande do Sul.

Tabela 2. Vereadores eleitos por partidos e coligações na XIV Legislatura.

Partidos	Quantidade de candidatos	Votos na legenda	Votos nominais	Eleitos
PP	48	4.390	65.584	03
PCO	01	262	369	00
PSTU	05	1.856	6.164	00
PV	17	1.163	6.628	00
VEREADORES ELEITOS POR PARTIDOS				03
PT / PSL / PTN / PCB / PL / PMN / PC do B	64	42.382	202.086	12
PMDB / PSDC / PHS / PRONA	69	6.882	87.635	04
PFL / PSDB	63	8.204	82.210	04
PSC / PSB	42	2.573	29.861	01
PDT / PAN	62	9.750	108.504	06
PPS / PTB	69	15.094	117.543	06
VEREADORES ELEITOS POR COLIGAÇÕES				33
TOTAL				36

Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS.

Os dados da Tabela 2 mostram que nas eleições proporcionais de 2004, cerca de 90% dos 36 assentos da Câmara Municipal foram preenchidos por coligações, assim discriminados: a Frente Popular elegeu 12 vereadores, 8 deles filiados ao PT. O PC do B conquistou dois vereadores, o PL conquistou um vereador e o PSL garantiu uma vaga. A coligação Mudar de Verdade elegeu 4 vereadores, todos do PMDB. A coligação PFL-PSDB conseguiu 4 assentos no Legislativo Municipal, duas vagas para cada partido. A coligação Porto Alegre de Cara Nova conquistou apenas uma cadeira na Câmara Municipal pertencente ao PSB. A coligação Porto Mais Alegre preencheu 6 vagas, todas de candidatos filiados ao PDT. A coligação PPS-PTB elegeu 6 vereadores, dois vinculados ao PPS e os outros 4 vereadores filiados ao PTB.

Pelo resultado das urnas, nas eleições proporcionais de 2004, o PT poderia ter conquistado pelo menos mais uma vaga para a Câmara de Vereadores, se tivesse concorrido isolado, já que obteve 8,7 de média (maior média) aproximadamente no quociente eleitoral e certamente iria entrar no novo cálculo da distribuição das sombras, preenchendo mais uma cadeira no Legislativo Municipal.

Tabela 3. Composição da Câmara de Vereadores na XIV Legislatura.

Partido	Nº	Candidato	Votos	Eleito por	Situação
PMDB	15115	IBSEN PINHEIRO	22.994	Coligação	Novo
PP	11626	JOÃO DIB	13.292	Partido	Reeleito
PT	13001	CARLOS TODESCHINI	12.402	Coligação	Novo
PC do B	65123	RAUL CARRION	11.651	Coligação	Reeleito
PP	11234	BETO MOESCH	11.215	Partido	Reeleito
PL	22777	VALDIR CAETANO	10.138	Coligação	Reeleito
PDT	12220	DR. GOULART	9.660	Coligação	Reeleito
PT	13699	MARIA CELESTE	9.498	Coligação	Reeleito
PC do B	65656	MANUELA	9.498	Coligação	Novo
PFL	25625	PUJOL	9.454	Coligação	Reeleito
PMDB	15686	SEBASTIÃO MELO	8.525	Coligação	Reeleito
PT	13601	ADELI SELL	8.264	Coligação	Novo
PPS	23123	PAULO ODONE	8.137	Coligação	Novo
PT	13113	SOFIA CAVEDON	8.112	Coligação	Reeleito
PDT	12620	ISAAC AINHORN	8.002	Coligação	Reeleito
PTB	14620	CASSIÁ CARPES	7.883	Coligação	Reeleito
PDT	12180	MAURO ZACHER	7.703	Coligação	Novo
PDT	12123	JOÃO BOSCO VAZ	7.589	Coligação	Reeleito
PT	13500	MARGARETE MORAES	7.389	Coligação	Reeleito
PT	13680	MARISTELA MAFFEI	7.122	Coligação	Reeleito
PT	13580	ALDACIR OLIBONI	7.051	Coligação	Reeleito
PP	11633	JOÃO CARLOS NEDEL	6.787	Partido	Reeleito
PMDB	15111	HAROLDO DE SOUZA	6.522	Coligação	Reeleito
PDT	12642	ERVINO BESSON	6.462	Coligação	Reeleito
PT	13013	CARLOS COMASSETTO	6.441	Coligação	Novo
PSL	17632	ALMERINDO FILHO	6.342	Coligação	Reeleito
PTB	14234	MAURÍCIO DZIEDRICKI	5.996	Coligação	Novo
PMDB	15000	PROFESSOR GARCIA	5.848	Coligação	Reeleito
PPS	23789	CLÊNIA MARANHÃO	5.791	Coligação	Reeleito
PTB	14700	ELIAS VIDAL	5.541	Coligação	Novo
PSDB	45678	LUIZ BRAZ	5.486	Coligação	Reeleito
PDT	12601	NEREU D'AVILA	5.449	Coligação	Reeleito
PTB	14999	ELÓI GUIMARÃES	5.430	Coligação	Reeleito
PSDB	45622	CLÁUDIO SEBENELO	4.810	Coligação	Novo
PFL	25025	MARISTELA MENEGHETTI	4.693	Coligação	Novo
PMDB	15815	BERNARDINO VENDRUSCOLO	3.780	Coligação	Novo

Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS.

A Tabela 3 revela, por um lado, que 24 dos 36 vereadores de Porto Alegre foram reeleitos para o mandato 2005-2008. Por outro lado, o Legislativo da Capital obteve 12 novos integrantes, o que representou uma renovação de aproximadamente de 1/3 na Câmara de Vereadores, taxa semelhante ao de preenchimento das vagas pela Frente Popular. É indispensável ressaltar que 3 dos 24 reeleitos foram confirmados na Câmara Municipal em virtude das sombras partidárias, ou seja, os vereadores Almerindo Filho, Nereu D'Ávila e Elói Guimarães foram reeleitos por média, após o preenchimento das vagas pelo cálculo do quociente.

Durante a XIV Legislatura da Câmara de Vereadores, houve uma série de alterações quanto à composição dos parlamentares, que pode ter relação com a coligação majoritária, aos quais os mesmos estavam atrelados, ou em última instância, visando também marcar espaço no campo político para as próximas eleições. Uns se licenciaram para exercer cargo no Executivo Municipal, aumentando significativamente a representatividade do seu partido na coalizão do Governo Municipal.²⁷ Outros alteraram o nome parlamentar acrescentando ora o pré-nome, ora o sobrenome. Também existem aqueles que assumiram importantes comissões na Câmara; aqueles que mudaram de partido em tempo hábil.²⁸ Por fim, há ainda aqueles que assumiram a liderança e/ou vice-liderança do partido na Câmara para maior visibilidade perante o seu eleitorado.

Vejamos então, as principais alterações nessa Legislatura fornecidas pela Câmara Municipal de Porto Alegre:

- Os titulares Cassiá Carpes do PTB e Beto Moesch do PP licenciaram-se para exercer cargos no Executivo Municipal, a contar de 01 de janeiro de 2005, assumindo a vereança, respectivamente, os suplentes Brasinha e Kevin Krieger, na mesma data.

- O suplente Kevin Krieger do PP licenciou-se para exercer cargo no Executivo Municipal, a contar de 01 de janeiro de 2005, assumindo a vereança a suplente Mônica Leal, na mesma data.

²⁷ Acredita-se que esta prática possibilite, também, aumento no caixa do partido, visto que o suplente que assume a vaga na Câmara de Vereadores tem que efetuar mensalmente o “dízimo” da contribuição partidária, assim como o titular, que embora licenciado do cargo no Legislativo, continua a ocupar um cargo do partido no Executivo.

²⁸ O Tribunal Superior Eleitoral, em atenção ao disposto no inciso XVIII do artigo 23 do Código Eleitoral e o julgamento dos Mandados de Segurança de n. 26.602, 26.603 e 26.604, editou a Resolução n. 22.610, de 25 de outubro de 2007, disciplinando o processo de perda de cargo eletivo, bem como de justificação de desfiliação partidária.

- Os titulares João Bosco Vaz e Isaac Ainhorn ambos do PDT licenciaram-se para exercer cargos no Executivo Municipal, a contar de 01 de janeiro de 2005, assumindo a vereança, respectivamente, os suplentes Neuza Canabarro e Mário Fraga, na mesma data ambos também do PDT.

- O titular Reginaldo Pujol do PFL renunciou para assumir no Legislativo Estadual, a contar de 03 de janeiro de 2005, assumindo o suplente José Ismael Heinen, na mesma data.

- A Vereadora Neuza Canabarro passou a titular da Comissão Representativa, em eleição no dia 20 de janeiro de 2005, no lugar do Vereador Mauro Zacher.

- O Vereador Mauro Zacher do PDT licenciou-se para exercer cargo no Executivo Municipal, a contar de 18 de fevereiro de 2005, assumindo a vereança o suplente Márcio Bins Ely do PDT, na mesma data.

- O Suplente DJ Cassiá do PTB teve o nome parlamentar alterado para DJ Cassiá Gomes, em 17 de fevereiro de 2005.

- O titular Brasinha do PTB teve o nome parlamentar alterado para Alceu Brasinha, em 24 de fevereiro de 2005.

- O titular Comassetto do PT teve o nome parlamentar alterado para Carlos Comassetto, em 28 de fevereiro de 2005.

- A titular Manuela teve o nome parlamentar alterado para Manuela D'Ávila, em 28 de fevereiro de 2005.

- Os titulares: Sebastião Melo e Haroldo de Souza ambos do PMDB passam a integrar a Comissão de Educação, Cultura e Esportes e a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, respectivamente, a contar de 23 de março de 2005.

- Os titulares Maristela Maffei e Carlos Todeschini ambos do PT passam a integrar a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e a Comissão de Constituição e Justiça, respectivamente, a contar de 06 de junho de 2005.

- O titular Elias Vidal renunciou à liderança do PTB em 14 de setembro de 2005, assumindo o titular Maurício Dziedricki, em 15 de setembro de 2005.

- O titular Elias Vidal desvinculou-se do PTB em 15 de setembro de 2005, tornando-se independente até 30 de setembro de 2005, quando se filiou ao PPS.

- O titular José Ismael Heinen desvinculou-se do PSDB em 26 de setembro de 2005, tornando-se independente até 30 de outubro de 2005, quando se filiou ao PFL.

- O titular Professor Garcia desvinculou-se do PSB em 30 de setembro de 2005, quando se filiou ao PPS a contar da mesma data.

- O titular Carlos Todeschini assumiu a liderança do PT em 03 de outubro de 2005, e a titular Sofia Cavedon assumiu como vice-líder na mesma data.

- A titular Maristela Maffei desvinculou-se do PT em 01 de outubro de 2005, quando se filiou ao PSB e assumiu a liderança do partido, a contar da mesma data.

- O titular Paulo Odone assumiu a vice-liderança do PPS em 05 de outubro de 2005.

- O Vereador Beto Moesch do PP assumiu a vereança, a contar de 30 de março de 2006, cessando o exercício da vereança da suplente Mônica Leal, na mesma data.

- O Vereador Beto Moesch licenciou-se para exercer cargo no Executivo Municipal, a contar de 31 de março de 2006, assumindo a vereança a suplente Mônica Leal, na mesma data.

- O Vereador João Bosco Vaz assumiu a vereança, a contar de 31 de março de 2006, cessando o exercício da vereança do suplente Márcio Bins Ely, na mesma data.

- O suplente Márcio Bins Ely passa a substituir o Vereador Ervino Besson, em LTS (licença para tratamento de saúde), a contar de 31 de março de 2006, cessando o exercício da vereança do suplente DJ Cassiá Gomes, na mesma data.

- O Vereador Cassiá Carpes assumiu a vereança, a contar de 31 de março de 2006, cessando o exercício da vereança do suplente Alceu Brasinha, na mesma data.

- O Vereador Maurício Dziedricki licenciou-se para exercer cargo no Executivo Municipal, a contar de 01 de abril de 2006, assumindo a vereança o suplente Alceu Brasinha, na mesma data.

- O Suplente Márcio Bins Ely assumiu a vereança, a contar de 06 de abril de 2006, cessando o exercício da vereança do Ver. Isaac Ainhorn, que se encontrava em licença para desempenhar cargo público desde 01 de janeiro de 2005.

- O Suplente Mario Fraga do PDT assumiu a vereança, a contar de 08 de maio de 2006, em substituição ao Vereador Isaac Ainhorn, que se encontrava em licença para desempenhar cargo público desde 01 de janeiro de 2005, cessando o exercício da vereança do Suplente Márcio Bins Ely, a contar de 08 de maio de 2006.

- O Ver. João Bosco Vaz licenciou-se para exercer cargo no Executivo Municipal, a contar de 01/11/2006, assumindo a vereança o suplente Márcio Bins Ely, na mesma data.

- Em razão do falecimento do Ver. Isaac Ainhorn, ocorrido em 14/11/2006, assumiu a titularidade, a partir da mesma data, a Ver^a Neuza Canabarro.

- O titular Elias Vidal desvinculou-se do PPS em 05/12/2006, ficando independente até 11/12/2006, quando filiou-se ao PL.

- A Ver^a Mônica Leal licenciou-se para exercer cargo no Executivo Estadual, a contar de 01/01/2007, assumindo a vereança o suplente Newton Braga Rosa, a partir de 02/01/2007.

- O Ver. Dr. Goulart desvinculou-se do PDT em 02/01/2007, filiando-se ao PTB, na mesma data.

- O titular Cassiá Carpes renunciou em 11/01/2007 para exercer mandato no Legislativo Estadual, quando assumiu a titularidade o suplente Alceu Brasinha.

- O suplente Nilo Santos assumiu a vereança, a contar de 11/01/2007, em substituição ao Ver. Maurício Dziedricki, licenciado para exercer cargo no Executivo Municipal.

- O titular Paulo Odone renunciou a partir das 14 horas do dia 31/01/2007 para exercer mandato no Legislativo Estadual, assumindo a titularidade o suplente Nilo Santos a contar de 01/02/2007.

- A titular Manuela D'Ávila renunciou em 01/02/2007 para exercer mandato no Legislativo Federal, quando assumiu a titularidade o suplente Guilherme Barbosa.

- O titular Ibsen Pinheiro renunciou em 01/02/2007 para exercer mandato no Legislativo Federal, quando assumiu a titularidade o suplente Dr. Raul.

- O titular Raul Carrion renunciou a partir das 14 horas do dia 31/01/2007 para exercer mandato no Legislativo Estadual, assumindo a titularidade o suplente Marcelo Danéris a contar de 01/02/2007.

- A suplente Maria Luiza assumiu a vereança, a contar de 01/02/2007, em substituição ao Ver. Maurício Dziedricki, licenciado para exercer cargo no Executivo Municipal.

- Os Vereadores Elias Vidal e Valdir Caetano passaram a ser filiados ao Partido da República – PR, resultado da fusão entre o Partido Liberal – PL e o Partido da Reedificação da Ordem Nacional – PRONA, a contar de 12/02/2007.

- O Suplente DJ Cássia Gomes filiou-se ao PTB a partir de 15 de fevereiro de 2007.

- O Ver. Elias Vidal filiou-se ao PPS a partir de 21 de maio de 2007.

- A Ver^a Maristela Maffei filiou-se ao PCdoB a partir de 19 de maio de 2007.

- Os Vereadores José Ismael Heinen e Maristela Meneghetti passaram a ser filiados aos Democratas – DEM, em razão de alteração estatutária do Partido da Frente Liberal, em 12/06/2007.

- O Vereador Professor Garcia filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB a partir de 03 de outubro de 2007.

- O Vereador Almerindo Filho filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB a partir de 04 de outubro de 2007.

- O Ver. Mauro Zacher reassumiu a vereança, a contar de 12/11/2007, cessando o exercício da vereança pelo suplente Márcio Bins Ely, na mesma data.

- O suplente Wilton Araújo assumiu a vereança, a contar de 21/02/2008, em substituição à Ver^a Clênia Maranhão, licenciada para exercer cargo no Executivo Municipal.

- O Suplente Wilton Araújo desvinculou-se do PPS em 21/02/2008, filiando-se ao PTB, na mesma data.

- O Suplente Alex da Banca desvinculou-se do PDT em 25/02/2008, filiando-se ao PSDB, na mesma data.

- O Ver. João Bosco Vaz reassumiu a vereança, a contar de 01/04/2008, cessando o exercício da vereança pelo suplente Mario Fraga, na mesma data.

- O Ver. Beto Moesch reassumiu a vereança, a contar de 04/04/2008, cessando o exercício da vereança pelo suplente Newton Braga Rosa, na mesma data.

- O Ver. Maurício Dziedricki reassumiu a vereança, a contar de 04/04/2008, cessando o exercício da vereança pelo suplente Wilton Araújo, na mesma data.

- A Suplente Maria Luiza passou a substituir a Vereadora Clênia Maranhão, licenciada para exercer o cargo público de Secretária Municipal de Coordenação Política e Governança Local, a contar de 04/04/2008.

- O Suplente João Batista Pirulito, em requerimento apregoado em 05/11/2008, informa estar filiado ao PMDB.

As alterações e movimentações dos vereadores descritas acima servem, primeiro, para exemplificar os possíveis impactos das coligações proporcionais sobre a fragmentação do sistema partidário e da representatividade do sistema político, especialmente no que se refere a possíveis distorções de representação e desvirtuamento do mandato parlamentar. (SOUZA, 1976; SANTOS, 1987; NICOLAU, 1996 e

TAVARES, 1998). E, segundo, para constatar que durante a Legislatura na Câmara de Municipal de Porto Alegre houve muitas outras ações (atitudes) dos parlamentares que carecem de interpretações e significados, que podem ter relação com as coligações. Isso, contudo, não será objeto de análise nesta dissertação por falta de escopo teórico para o devido aprofundamento (Antropologia Política).²⁹

2.3 As coligações na eleição majoritária de 2004

No primeiro turno das eleições para Prefeito de Porto Alegre, o total de eleitores aptos a votar era de 1.005.998, as coligações majoritárias eram sete, abaixo descritas na Tabela 4, e os partidos isolados, dois.³⁰

Tabela 4. Coligações eleitorais majoritárias em 2004.

Coligação	Partidos Membros	Candidato
Frete Popular	PT / PSL / PTN / PCB / PL / PMN / PC do B	RAUL PONT
PPS - PTB	PPS / PTB	JOSÉ FOGAÇA
PFL - PSDB	PFL / PSDB	ONYX LORENZONI
Porto Mais Alegre	PDT / PAN	VIEIRA DA CUNHA
Mudar de Verdade	PMDB / PSDC / PHS / PRONA	MENDES RIBEIRO FILHO
A União Que Faz Bem	PP / PV	JAIR SOARES
Porto Alegre de Cara Nova	PSC / PSB	BETO ALBUQUERQUE

Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS.

Na coluna **Coligação**, são apresentados os nomes oficialmente registrados juntos ao TRE-RS da coligação majoritária e na coluna **Partidos Membros**, são relacionados os partidos que formaram as respectivas coligações para o pleito majoritário.

²⁹ Não há a pretensão de fazer um exaustivo levantamento sobre as trajetórias desses parlamentares, mas apenas apontar que essas trajetórias existem e que podem ter relação com as coligações, principalmente a atuação daqueles que trocaram de partido. Fica a dica para pesquisadores, que se identificam com a Antropologia Política e também para os adeptos da fenomenologia, investigarem os sentidos e/ou significados dessas migrações internas da Câmara Municipal de Porto Alegre.

³⁰ O PSTU concorreu na eleição majoritária com a candidata Vera Guasso e o PCO com o candidato Guilherme Giordano, ambos os partidos isolados.

Dos partidos acima descritos, que formaram coligações, apenas o PP utilizou nesse pleito a estratégia contida na Regra Institucional, (coligou-se com o PV na eleição majoritária, conforme já observado na nota de rodapé 23) estabelecida na Lei n.º 9.504/97, de 30/09/97, que será analisada e exemplificada, mais adiante, no capítulo referente às eleições municipais de 2008.

Salienta-se que esta postura do PP, talvez tenha influenciado outros partidos representativos de Porto Alegre, visto que nas eleições subsequentes houve um aumento significativo de partidos isolados disputando as vagas do Legislativo Municipal. Esta particularidade será analisada amiúde no Capítulo referente às eleições de 2008.

2.4 O desempenho das coligações majoritárias de 2004

Antes de começarmos a discussão acerca do desempenho das coligações majoritárias em 2004, é preciso fazer uma breve reflexão sobre a evolução do PT em Porto Alegre, visto que tal ascensão pode ter influenciado o resultado dos pleitos de 2004 e 2008. O crescimento do PT, na capital, foi objeto de estudo de Baquero (1997), no qual constatou a perda de eleitores do PDT e PMDB para o PT em Porto Alegre. Fundamentado nos resultados de pesquisas realizadas pelo Núcleo de Pesquisas Eleitorais do Rio Grande do Sul (Nupergs), o autor ressaltou que entre 1985 e 1996, houve certa transferência da identificação partidária dos porto-alegrenses do PDT e do PMDB para o PT.

Para ter ideia dessa evolução, o referido autor explicou que, em 1985 o PDT era preferido por 27,7% dos cidadãos da capital, enquanto o PMDB contava com 20,9% desta identificação; o PT, por sua vez, naquele momento, contava com apenas 6,4% das preferências dos gaúchos de Porto Alegre. Em 1996, este quadro foi diametralmente alterado a favor do PT, que passou a acumular uma preferência de 40,9% dos porto-alegrenses, enquanto que para o PDT e o PMDB a situação fora desfavorável, pois passaram a ter taxas apenas de 4,7% e 2,2%, respectivamente, na preferência partidária dos porto-alegrenses (Baquero, 1997, p. 132).

Visto isto, voltamos para a análise das coligações majoritárias. Após a apuração do resultado da eleição que deu a vitória a Fogaça, no segundo turno, podemos constatar que o PT perdeu aproximadamente 15% do apoio que tinha na capital em relação aos índices de eleições anteriores. Em 1996, Raul Pont elegeu-se com 52% dos votos válidos. Em 2000, Tarso Genro obteve 48,7% dos sufrágios no primeiro turno. Em 2004, Pont ficou acima de 37% dos votos válidos, pouco mais do que a média de 32% que o PT sempre apresentava nas primeiras pesquisas de opinião das eleições anteriores.

Em fim, o crescimento do PT, entre 1985 e 1996, apontado por Baquero (1997) não se manteve nas eleições municipais posteriores e começou a decrescer a contar de 2000, sendo que, em 2004, nenhuma das coligações obteve maioria absoluta dos votos válidos. Habilitaram-se, portanto, as duas mais votadas para o segundo turno: a Frente Popular representada pelo candidato Raul Pont³¹ com 37,62% dos votos válidos (11% a menos em relação à eleição de 2000)³² e a coligação PPS-PTB representada pelo candidato José Fogaça com 28,34% dos votos válidos.

O desempenho das coligações majoritárias pode ser observado mais detalhadamente abaixo na Tabela 5 que contém a geografia dos votos por Zona Eleitoral no 1º turno de 2004.

³¹ As entrevistas realizadas pelo Jornal Zero Hora ao candidato Raul Pont da Frente Popular estão no anexo deste trabalho, bem como a dos outros candidatos. E serviram para entender um pouco mais acerca do comportamento das coligações majoritárias.

³² O discurso *antipetista* no Rio Grande do Sul, segundo César Filomena, tem origem nas eleições estaduais de 1994. O autor faz uma análise dos discursos petista e antipetista através da cobertura da mídia jornalística sobre as eleições daquele ano. Em um cenário de ascensão da hegemonia do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, na vigência de seu segundo mandato na cidade, Filomena vê emergir os contornos do discurso de oposição e dá sentido a uma década de acirradas disputas ideológica no campo político estadual. A polarização político-ideológico ali inaugurada só veria seus ânimos aplacados com a derrota do PT nas eleições municipais de 2004 e da consagração do discurso conciliatório que prevaleceu nas eleições seguintes. (Fonte: *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 185, 2008).

2.4.1 A geografia eleitoral no 1º turno de 2004

Tabela 5. Geografia eleitoral por Zona para o cargo de prefeito no 1º turno.³³

ZONAS ELEITORAIS DE PORTO ALEGRE ³⁴ - 1º TURNO										
COLIGAÇÃO	1ª	2ª	111ª	112ª	113ª	114ª	158ª	159ª	160ª	161ª
Frente Popular	37,89%	31,97%	33,23%	35,38%	39,16%	39,42%	41,50%	43,85%	37,59%	37,55%
PPS-PTB	29,10%	37,35%	35,97%	31,89%	27,98%	26,96%	24,53%	21,78%	27,95%	24,93%
PFL-PSDB	7,17%	7,68%	9,05%	10,27%	8,80%	10,39%	12,05%	11,80%	9,84%	12,83%
Porto Mais Alegre	11,00%	9,77%	9,37%	9,56%	9,76%	9,83%	9,69%	8,85%	10,31%	10,94%
Mudar de Verdade	5,95%	5,65%	5,61%	5,82%	5,77%	5,55%	5,67%	6,36%	6,30%	6,90%
A União Que Faz Bem	5,16%	4,48%	3,90%	3,81%	5,40%	4,47%	3,65%	4,59%	4,87%	4,32%
Porto Alegre de Cara Nova	3,74%	3,10%	2,88%	3,26%	3,14%	3,39%	2,91%	2,76%	3,15%	2,53%

Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS - Obs.: os dados absolutos em cada Zona Eleitoral estão na Tabela 8.

A Tabela 5 revela que a Frente Popular, mesmo perdendo 11% do seu eleitorado na capital, em comparação com a votação das eleições municipais de 2000, conseguiu ficar acima dos 37% dos votos válidos e manteve uma média de 1/3 do total de votos válidos por Zona Eleitoral em Porto Alegre. A menor taxa da Frente Popular se deu na 2ª Zona, atingindo o índice de 31,97%, composta por bairros de classe média e as maiores taxas foram nas Zonas 158 e 159 compostas por bairros que numa parte significativa são habitados por segmentos menos privilegiados economicamente.

A coligação PPS-PTB obteve 28% dos votos válidos em média, quase se igualando ao 1/3 da votação do primeiro turno obtida pela Frente Popular. Os melhores índices da coligação representada por Fogaça foram às Zonas 2 e 111, coincidentemente maiores percentuais do que a Frente Popular. Cabe destacar que essas Zonas ficam

³³ Os dados relativos contidos na Tabela referem-se ao total de votos válidos obtidos pelas coligações majoritárias, excluindo-se do cálculo as votações das candidaturas isoladas, que não representaram juntas 1% dos votos válidos e também porque não são objetos do estudo em tela.

³⁴ Zonas Eleitorais: **1ª** (Centro, Cidade Baixa, Menino Deus e Praia de Belas); **2ª** (Bom Fim, Farroupilha, Floresta, Independência, Moinhos de Vento, Rio Branco, Santana, Santa Cecília e São Geraldo); **111ª** (Auxiliadora, Anchieta, Bela Vista, Boa Vista, Farrapos, Higienópolis, Humaitá, Mont Serrat, Passo da Areia, Petrópolis, São João e Três Figueiras); **112ª** (Chácara das Pedras, Cristo Redentor, Jardim Lindóia, Vila Ipiranga e Vila Jardim); **113ª** (Casata, Partenon, Jardim Botânico e Santo Antônio); **114ª** (Cristal, Glória, Medianeira, Nonoai, Santa Tereza e Teresópolis); **158ª** (Passos das Pedras, Mario Quintana, Rubem Berta e Sarandi); **159ª** (Agronomia, Bom Jesus, Jardim do Salso, Morro Santana, Lomba do Pinheiro, Protásio Alves e São José); **160ª** (Belém Velho, Camaquã, Cavalhada, Ipanema, Vila Assunção, Vila Conceição, Vila Nova e Tristeza); **161ª** (Restinga e Lami).

localizadas nos bairros onde a população economicamente ativa possui níveis mais elevados de renda familiar mensal.³⁵

A coligação PFL-PSDB conquistou 9% dos votos válidos em média, ficando em terceiro lugar. Para o PFL a formação foi positiva em relação à votação da eleição municipal anterior, pois coligado com PSC e PSL ficara apenas em quarto lugar e agora em parceria do PSDB chegara ao terceiro lugar, aumentando sua votação em mais de 49%. Os maiores índices da coligação PFL-PSDB foram nas Zonas 158 e 161, que abrangem respectivamente as regiões norte e sul de Porto Alegre, obtendo mais de 12% em ambas as Zonas. E a menor votação da coligação foi exatamente na 1ª Zona Eleitoral com 7,17% dos votos válidos, local onde fica a residência do candidato Onyx, demonstrando que as propostas da coligação PFL-PSDB não conseguiu convencer o eleitorado do referido distrito.³⁶

A coligação Porto Mais Alegre representada pelo candidato Vieira da Cunha (PDT), obteve mais de 9% em média dos votos válidos no primeiro turno. E durante quase toda a campanha eleitoral se manteve na terceira posição, como pode ser observado nas Tabelas 6 e 7 abaixo que contém as pesquisas de intenção de voto realizadas pelo IBOPE e Correio do Povo. O candidato estava convicto que poderia chegar ao segundo turno:

Vieira confia que a militância o levará ao 2º turno

[...] Afirmando ter como prioridade absoluta o investimento na educação, por onde acredita estar o caminho para a solução dos maiores problemas sociais, como saúde, segurança, geração de renda e emprego e desenvolvimento, Vieira luta nessa disputa contra alguns obstáculos, como o pouco tempo de televisão para propaganda eleitoral gratuita e, como os demais candidatos, com a falta de recursos para a campanha. Entretanto, o pedetista acredita que o fato de ter o menor índice de rejeição nas pesquisas, somado a força do partido na Capital, **que conta com mais de 25 mil filiados fará a diferença para levá-lo**, em parceria com o Partido dos Aposentados da Nação (PAN), que forma a coligação Porto Mais Alegre, ao segundo turno.
(http://www.al.rs.gov.br/Dep/site/materia_antiga.asp?txtIDMateria=82510&txtIdDep=94)

³⁵ Fonte IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) PNUD. Disponível em: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3187&lay=pde acesso: 23 dez. 2010.

³⁶ Embora proporcionalmente em relação aos demais candidatos, Onyx Lorenzoni, da coligação PFL-PSDB, foi o que mais cresceu nessa eleição, saindo de um índice de 2% na pesquisa IBOPE para um índice de 10%, ilustrado na Tabela 6, subindo quatro posições até terminar o primeiro turno em terceiro lugar com 9,97%. Já na pesquisa Correio do Povo, contida na Tabela 7, o candidato arranca com 2,5% e termina 9,5% na última semana antes das eleições.

Ainda que a coligação Porto Mais Alegre liderada pelo PDT não tenha conseguido ir para o segundo turno, mesmo assim conquistou 11% dos votos válidos na 1ª Zona Eleitoral, em face de perda histórica da identidade partidária em Porto Alegre e sobretudo a queda que vinha sofrendo na pesquisa IBOPE sobre as intenções de votos desde o início da campanha eleitoral, ficou acima do previsto nas sondagens ilustradas nas Tabela 6 e 7.

A coligação Mudar de Verdade liderada pelo candidato do PMDB, Mendes Ribeiro Filho não conseguiu acrescentar o município de Porto Alegre na lista de cidades conquistadas pelo PMDB nas eleições municipais de 2004, embora o PMDB tenha conseguido ser o “campeão” de cidades conquistadas no país, com 1.058, administrando uma população de 25 milhões de pessoas e um orçamento de 20 bilhões de reais, ficou fora da disputa para o segundo turno na Capital Gaúcha.³⁷

“O PMDB, por ser o partido com maior capilaridade no país, se apresenta como o parceiro mais recorrente de coligações com o PT” (MIGUEL e MACHADO, 2010, p. 351). Todavia, em Porto Alegre, na Nova Democracia Brasileira, esta parceira ainda não se concretizou, pois o PT conseguiu seus quatro mandatos no Executivo Municipal sem precisar recorrer à parceira do PMDB.³⁸

Por fim, o PMDB oscilou entre 5,55% a 6,90% dos votos válidos nas dez Zonas Eleitorais. E em termos de votos, subiu da quinta para a quarta posição como força política na cidade de Porto Alegre, sendo que o apogeu se dará na próxima eleição com o retorno de Fogaça à sigla.³⁹

O desempenho da coligação A União Que faz Bem foi o mais “desastroso” dentre as coligações majoritárias, em termos de números, pois obteve apenas 4% em média de aprovação dos eleitores de Porto Alegre e foi o partido que mais perdeu votos durante a campanha, começando com índices acima de 10% em várias pesquisas de intenções de votos, antes e durante uma parte do período eleitoral, terminando com

³⁷ Fonte: Confederação Nacional de Municípios.

³⁸ A explicação do motivo por que essa parceira ainda não ocorreu, não é objeto de estudo dessa dissertação, portanto não será aprofundada. Mas, acredita-se, mesmo temerariamente, que seja em grande medida por divergências ideológicas locais.

³⁹ Depois do PPS anunciar a candidatura de José Fogaça à reeleição, no pleito de de 2008, no dia 23 de março de 2007, Fogaça acabou deixando o partido, no dia 29 de setembro, retornando à sigla em que se iniciou na política, o PMDB. (Fonte: www.wikipedia.org).

menos de 5%, em penúltimo lugar das coligações majoritárias. À frente apenas da coligação liderada pelo PSB (3%).

A coligação Porto Alegre de Cara Nova conquistou pouco mais do que 3% em média dos votos válidos por Zona Eleitoral, ficando em último lugar entre as coligações majoritárias. O melhor índice da coligação foi na 1ª Zona Eleitoral, que abrange a região central da cidade. E a menor votação foi na 161ª Zona Eleitoral com 2,53% dos votos válidos, ironicamente no colégio eleitoral na qual o candidato Beto Albuquerque fez uma boa votação quanto concorreu para Deputado Federal.

Cabe destacar que o PSB era uma das forças políticas que compunha a Frente Popular até a eleição de 2000, sendo que na eleição de 2004 se desvinculou da coligação do PT na tentativa de suscitar uma nova coligação partidária liderada pelo PSB, que poderia se consolidar em outras eleições.

As Tabelas 6 e 7 referem-se respectivamente as pesquisas IBOPE e Correio do Povo, amplamente divulgadas em várias mídias, de intenções de voto para o primeiro turno das eleições municipais de 2004 em Porto Alegre e servem para demonstrar a evolução dos candidatos que representaram coligações eleitorais.

A pesquisa IBOPE ocorreu em quatro intervalos durante o período eleitoral, conforme pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6. Pesquisa IBOPE.

Período	PONT	FOGAÇA	VIEIRA	JAIR	MENDES	BETO	ONYX	Branco e Nulos	Não sabem e Indecisos
29/06 - 1º/07	28%	17%	12%	10%	9%	3%	2%	9%	9%
20 - 22/07	32%	17%	11%	10%	6%	4%	3%	9%	8%
17 - 19/08	32%	15%	8%	11%	7%	2%	3%	10%	9%
21 - 23/09	34%	20%	7%	4%	6%	3%	10%	6%	9%

Fonte: IBOPE – elaborado conforme publicado no site ClicRBS.

Já a pesquisa Correio do Povo foi realizada uma semana sim e a outra não, nos meses de julho e agosto e, a partir do mês de setembro, semanalmente.

Tabela 7. Pesquisa Correio do Povo.

Período	PONT	FOGAÇA	ONYX	VIEIRA	JAIR	MENDES	BETO
15 – 17/07	29,5%	16,1%	2,6%	13,1%	10,1%	7,4%	3,1%
29 – 31/07	29,1%	16,0%	3,4%	12,2%	9,1%	6,3%	3,7%
12 – 14/08	31,7%	16,5%	2,4%	11,4%	10,0%	5,3%	2,9%
26 – 28/08	33,0%	16,9%	4,5%	10,2%	9,1%	6,6%	3,1%
09 – 11/09	35,1%	17,1%	8,5%	8,7%	6,5%	5,1%	2,1%
15 – 17/09	35,1%	19,7%	7,9%	9,7%	6,1%	4,3%	2,5%
22 – 24/09	36,1%	19,2%	9,5%	8,3%	6,0%	4,7%	2,1%

Fonte: Centro de Pesquisas Correio do Povo - publicadas no jornal Correio do Povo.

Os dados absolutos da Tabela 8, resultantes da coleta direta da fonte, sem outra manipulação, se não a própria contagem, serviram de base de dados para confecção de tabelas com valores relativos, além de ilustrar o resultado exato das coligações nas dez Zonas Eleitorais do primeiro turno das eleições municipais de 2004 em Porto Alegre. No limite, servirão também como fonte primária para que outros pesquisadores possam utilizados estatisticamente em outras análises referentes ao objeto em tela.

Tabela 8. Dados absolutos por Zona Eleitoral para o cargo de prefeito no 1º turno.

ZONAS ELEITORAIS DE PORTO ALEGRE NO 1º TURNO											
COLIGAÇÃO	1ª	2ª	111ª	112ª	113ª	114ª	158ª	159ª	160ª	161ª	TOTAL ZE
Frente Popular	29.746	23.631	28.887	26.541	29.016	29.994	40.937	43.566	24.788	27.029	304.135
PPS-PTB	22.848	27.606	31.276	23.922	20.733	20.516	24.196	21.643	18.432	17.941	229.113
PFL-PSDB	5.628	5.678	7.864	7.703	6.520	7.906	11.885	11.726	6.488	9.235	80.633
Porto Mais Alegre	8.633	7.222	8.150	7.174	7.229	7.481	9.559	8.798	6.802	7.871	78.919
Mudar de Verdade	4.670	4.175	4.873	4.369	4.275	4.222	5.597	6.318	4.153	4.969	47.621
A União Que Faz Bem	4.048	3.311	3.390	2.857	4.005	3.398	3.604	4.565	3.211	3.112	35.501
Porto Alegre de Cara Nova	2.938	2.294	2.500	2.445	2.327	2.579	2.867	2.741	2.075	1.822	24.588
TOTAL	78.511	73.917	86.940	75.011	74.105	76.096	98.645	99.357	65.949	71.979	800.510

Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS.

2.4.2 A geografia eleitoral no 2º turno de 2004

Tabela 9. Geografia eleitoral por Zona para o cargo de prefeito no 2º turno.

CANDIDATO	ZONA ELEITORAL										
	1ª	2ª	111ª	112ª	113ª	114ª	158ª	159ª	160ª	161ª	Válidos
FOGAÇA	53,99%	61,37%	59,72%	57,16%	52,01%	50,32%	49,39%	46,61%	53,10%	52,50%	53,32%
RAUL PONT	46,01%	38,63%	40,28%	42,84%	47,99%	49,68%	50,61%	53,39%	46,90%	47,50%	46,68%

Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS - Obs.: os dados absolutos em cada Zona Eleitoral estão na Tabela 11.

A Tabela 9 revela que a Frente Popular conseguiu manter-se em primeiro lugar nas Zonas 158 e 159, com índices acima de 50%. O menor índice da Frente Popular se deu na 2ª Zona Eleitoral, Zona essa em que a coligação PPS-PTB conseguiu ampliar e obter um índice acima de 50% da votação em comparação com o primeiro.

A coligação PPS-PTB ainda manteve a dianteira nas Zonas 2 e 111 e conseguiu reverter a votação nas demais, ficando também acima de 50% nas outras Zonas Eleitorais, exceto a Zona 159 onde perdeu, mesmo tendo obtido um razoável crescimento nessa região.

Tabela 10. Transferência de votos nos pleitos de 2000 e 2004.

ANO	COLIGAÇÃO MAJORITÁRIA	1º Turno	2º Turno	% Transferido
2000	FRENTE POPULAR	48,72%	63,51%	14,79%
	PDT-PTB-PTN-PMN	20,07%	36,49%	16,42%
2004	FRENTE POPULAR	37,62%	46,68%	9,06%
	PPS-PTB	28,34%	53,32%	24,98%

Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS.

Na Tabela 10 vemos a comparação do grau de transferência de votos ocorrido nos últimos dois pleitos municipais. Diferente da eleição de 2000, quando os votos dados a candidatos e coligações derrotadas distribuíram-se em proporções equilibradas entre a Frente Popular e a coligação PDT-PTB-PTN-PMN, em 2004, dois de cada três eleitores derrotados no primeiro turno transferiu seu voto para a coligação PPS-PTB, no segundo turno.

O candidato da coligação PPS-PTB à prefeitura de Porto Alegre, José Fogaça (PPS), conseguiu para o segundo turno o apoio de cinco partidos: PDT⁴⁰, PMDB, PP, PV e PFL⁴¹ que representaram coligações. Fogaça conquistou 229.113 votos (28,34%) no primeiro turno, somados com os 242.674 votos destas legendas derrotadas chega-se a um grau de transferência de 30,01% dos válidos no primeiro, acima do percentual transferido, em tese, contido na Tabela 10.

Para o candidato Raul Pont da Frente Popular que conquistou 304.135 votos (37,62%) no primeiro turno restou, a demanda reprimida de votos, ou seja, a busca pelo apoio da coligação Porto Alegre de Cara Nova representada pelo candidato Beto Albuquerque do PSB, que fez 3,04% dos votos válidos e acrescentar ainda os votos do PSTU (0,82%) e PCO (0,16%). Porém, somados esses votos chega-se ao grau hipotético de transferência de 4,02%, bem distante do necessário para vencer o pleito majoritário que seria no mínimo 12,39% dos votos válidos do segundo turno.

Ao que tudo indica, no segundo turno ocorreu aquilo o que estudiosos da Teoria dos Jogos chamam de escolha subótima,⁴² na qual predomina o sentimento de rejeição ao candidato com o qual o eleitor identifica maior distância em relação às suas preferências. A proporção demonstrada na Tabela 10 revela que o apoio dado pelas lideranças dos partidos e/ou coligações no segundo turno de 2004, incrementados com um provável sentimento antipetista, foram suficientemente fortes para assegurar a orientação dos votos para a coligação PPS-PTB representada por Fogaça.

⁴⁰ O PDT foi o primeiro dos partidos derrotados no primeiro turno a apoiar formalmente o candidato José Fogaça (PPS-PTB) no segundo turno da disputa eleitoral pela Prefeitura de Porto Alegre. O acordo foi fechado em 05/10/2004 entre o então Presidente do Diretório Municipal do PPS, César Busatto, e o então Presidente do Diretório Metropolitano do PDT, Nereu D'Ávila. As condições impostas pelos trabalhistas e aceitas por Fogaça foram à inclusão, no programa de governo, das escolas de turno integral e o compromisso de não privatizar as empresas públicas municipais. (Fonte: www.parana-online.com.br).

⁴¹ O PFL anunciou em 07/10/2004 seu apoio oficial a Fogaça. Onyx Lorenzoni (PFL) que disputou a prefeitura pelo partido e seu vice, o deputado estadual Paulo Brum (PSDB) também anunciaram o apoio pessoal a Fogaça. A chapa PFL/PSDB fez 80.633 votos, o que representa 9,97% dos votos válidos para prefeito da capital. (Fonte: www.pps.org.br)

⁴² “Aquele que aparentemente não maximiza o seu *payoff*, na verdade representa uma assimetria entre o que o ator está efetivamente realizando e o que o observador está vendo, vez que aquele está participando de jogos em múltiplas arenas, enquanto o observador esta vendo um único jogo, de forma que sua análise está fora de foco e não representa o que de fato está acontecendo”. (Fonte: Vendruscolo, Wesley. Resenha de “Jogos Ocultos: escolha racional no campo da política comparada”. Revista Eletrônica do CEJUR, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006).

Cabe assinalar que a menção do sentimento antipetista foi reconhecida pelo próprio candidato Raul Pont da Frente Popular, logo após a derrota do partido em Porto Alegre atribuindo:

“Ao preconceito e à demonização que se acumula há algum tempo em relação ao PT. Qualquer multa de trânsito, a culpa é do PT. Criou-se um clima fortíssimo de rejeição ao partido”. (Zero Hora, 02/11/2004, p. 4).

O então presidente do PT na época, José Genuíno, por sua vez, atribuiu a derrota petista em várias cidades importantes do país a outro fator inerente aos apoios do segundo turno:

“Fica uma lição de que em cidades grandes tem de trabalhar bem uma política de alianças para o segundo turno”. (Zero Hora, 02/11/2004, p. 4).

Acreditamos que a redução das opções no segundo turno provoque um reposicionamento do eleitorado que reflete a relação entre coligações majoritárias e proporcionais. Essa relação, por sua vez, revela que os candidatos que permanecem na disputa buscam ampliar suas votações mediante todo apoio possível, quer seja do vereador eleito, do suplente, do(s) candidato(s) a prefeito derrotado(s). Enfim, toda ajuda é bem vinda, uma vez que a crença é que haja alguma transferência dos votos para os candidatos que continuam no segundo turno.⁴³

A leitura comumente feita, pelos partidos, é que o simples apoio de outras lideranças, em virtude de sua votação e prestígio no processo eleitoral vigente, é extremamente positivo e seria um instrumento ampliador de votos para o segundo turno, entretanto, tal expectativa tem resultados pretendidos de fato?

Para responder esta questão é preciso buscar subsídios nas teorias que procuram explicar as razões do voto,⁴⁴ visto que há vários fatores a se considerar na hora de avaliar a transferência. Podemos destacar pelo menos dois que envolvem aspectos psicológicos, sociológicos e racionais: o índice de rejeição e o carisma dos novos apoiadores. Todavia, acreditamos, assim como Krause e Godói (2010), que os efeitos

⁴³ O cientista político Leonardo Barreto não considera a transferência de votos como fator determinante nas eleições para que um candidato, desconhecido ou não pela população, seja eleito. No entanto, Barreto diz que não se pode subestimar essa tese. "Não existe uma posição muito forte sobre o potencial do poder de transferência de voto. Na Ciência Política, a gente nunca conseguiu desvendar essa questão. Mas não se pode descartar esse assunto." Disponível em: <http://casadepolitica.blogspot.com/2009/07/o-problema-da-transferencia-de-votos.html>. Acesso em 23 dez. 2010.

⁴⁴ Perspectiva sociológica, psicológica e escolha racional.

eleitorais das coligações não nos dão, *ainda*, recursos suficientes para compreender as motivações dos eleitores na hora de decidirem seus votos.

Por fim, mesmo ainda não tendo elementos para averiguar as origens das motivações do eleitor, acredita-se que estamos bem próximos de desvendar o processo de transferência de votos dos candidatos derrotados para os candidatos habilitados no segundo turno em um determinado município. Essa expectativa deve-se, sobretudo, aos avanços tecnológicos, na área da informação, com as disponibilidades cada vez mais ampliadas dos dados pelos Tribunais Eleitorais e também pela possibilidade iminente de se desenvolver um software específico capaz de calcular probabilisticamente, urna a urna, o grau de transferência de votos em determinada eleição.

Tabela 11. Dados absolutos por Zona Eleitoral no 2º turno.

CANDIDATO	ZONA ELEITORAL – 2º turno											
	1ª	2ª	111ª	112ª	113ª	114ª	158ª	159ª	160ª	161ª	Total ZE	(%)
FOGAÇA	42.413	45.066	51.610	43.108	39.049	38.900	49.813	47.755	35.369	38.737	431.820	53,32%
RAUL PONT	36.145	28.373	34.806	32.308	36.026	38.406	51.053	54.693	31.238	35.051	378.099	46,68%
Total	78.558	73.439	86.416	75.416	75.075	77.306	100.866	102.448	66.607	73.788	809.919	100%

Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS.

Os dados absolutos da Tabela 11, assim como o da Tabela 8, foram coletados diretamente da fonte, sem outra manipulação se não a própria contagem dos votos válidos e serviram de base para a construção de outras tabelas com valores relativos, além de revelar o resultado exato dos candidatos que representaram coligações, mas também, para explicitar o tamanho de cada Zona Eleitoral nas eleições municipais de 2004 em Porto Alegre.

Como pode se observar, as Zonas 158 e 159 são as maiores na cidade de Porto Alegre e a Frente Popular conseguiu vencer em ambas nos dois turnos dessa eleição. Restando para a coligação PPS-PTB, apenas ampliar as votações que obtivera nessas demais Zonas Eleitorais.

2.4.3 Horário gratuito de propaganda eleitoral em 2004

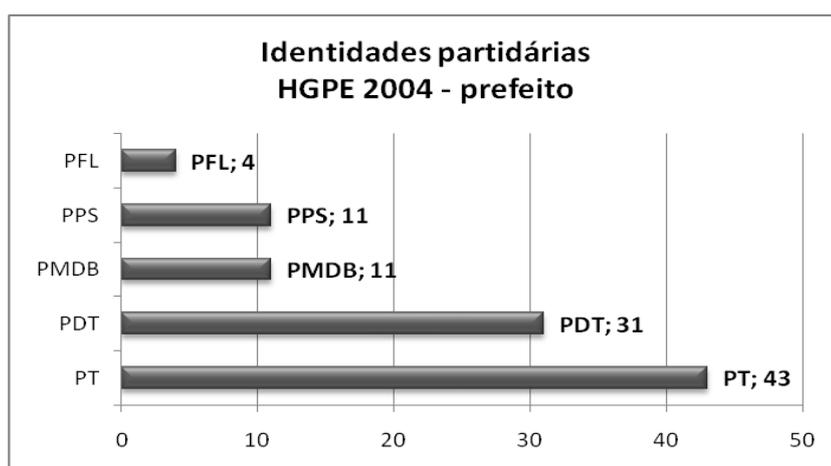
Esta subseção trata do HGPE dos partidos que obtiveram melhor desempenho nas eleições municipais de 2004 em Porto Alegre, verificando quantitativamente o conteúdo utilizado, ou seja, quem se utilizou mais da identidade partidária (sigla do partido) ou de referências indiretas como a marca da coligação, por exemplo, durante a exibição na mídia.

Cumpramos ressaltar que o HGPE é disciplinado, conforme determina a Legislação vigente,⁴⁵ cabendo aos partidos políticos definirem tanto seu formato quanto seu conteúdo, respeitando os limites legais.

Assim como Schmitt, Carneiro e Kuschnir (1999), acreditamos, por várias razões, que o HGPE é fator de fortalecimento dos partidos políticos. Primeiro porque o HGPE permite a eles constituírem “listas partidárias informais”, uma vez que não distribuem igualmente o tempo do HGPE entre os candidatos, o que favorece a eleição de alguns candidatos em detrimento de outros. No limite, o que está em jogo é a representatividade dos partidos políticos, visto que ela se reflete no aumento do HGPE para as eleições subsequentes e no incremento de recursos disponíveis do Fundo Partidário.

Neste sentido, passamos a quantificar o conteúdo do HGPE 2004 para o cargo de prefeito:

Gráfico 1. Identidades partidárias no HGPE de 2004 para o cargo de prefeito.

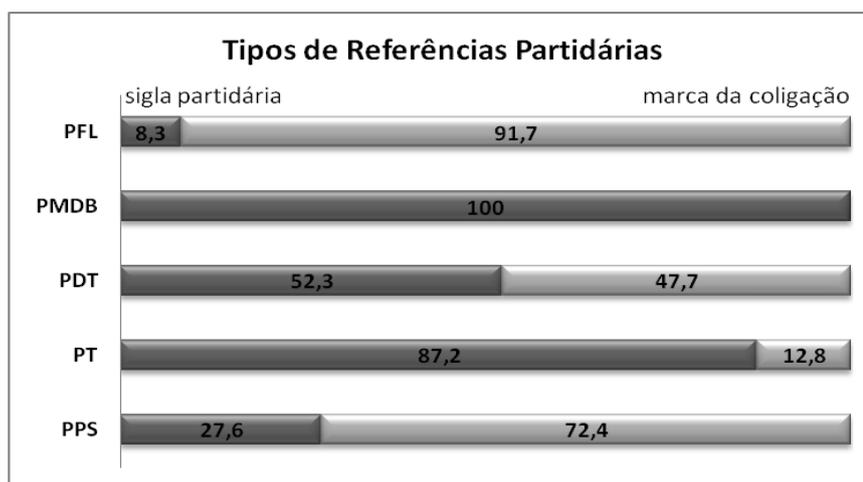


Fonte: Janaína Ruviano da Silva, conforme HGPE 2004 - NEPPE

⁴⁵ Lei 9.504/97, artigo 47, § 2º, inciso II.

O levantamento de todos os indicadores de presença partidária na propaganda eleitoral de 2004 em Porto Alegre, das candidaturas a prefeito, foi feito por Janaína Ruviano da Silva,⁴⁶ a qual calculou o percentual representado por cada um desses partidos num montante que totaliza 100% entre eles. Assim, ela pôde demonstrar que das marcas partidárias identificadas, 43% eram oriundas da propaganda do PT, 31% do PDT, 11% do PMDB e PPS respectivamente, e 4% do PFL. Segundo a autora, repetiu-se, em parte, o resultado encontrado na correlação entre voto e preferência partidária, analisados em outra ocasião: PT, PDT e PMDB são os partidos que mais se utilizam do uso de marcas partidárias na promoção de suas candidaturas a prefeito, resultado de um espaço político fortemente individualizado no Brasil.

Gráfico 2. Tipos de referências partidárias no HGPE de 2004 para prefeito.



Fonte: Janaína Ruviano da Silva, conforme HGPE 2004 - NEPPE

No Gráfico 2 percebemos que o PFL utilizou menos de 10% da sigla partidária durante o HGPE, sendo que o restando (91,7%) do espaço na mídia foi dedicado à promoção de outras referências que tem haver com elementos que compõem a marca da coligação.

O PMDB, talvez, no afã de aumentar os seus índices de identificação partidária em Porto Alegre, perdidos no decorrer dos anos, conforme já observado neste trabalho,

⁴⁶ Bolsista CNPq e apresentadora no **X Salão de Iniciação Científica PUCRS-2009** do trabalho titulado: Imagem partidária no horário gratuito de propaganda eleitoral brasileiro (2004 a 2008).

utilizou-se exclusivamente de *referências partidárias* diretas como legenda, símbolo do partido e bandeiras.

O PDT foi o partido mais equilibrado no HGPE, divulgou proporcionalmente a sigla e a marca da coligação, sendo que a legenda se sobressaiu com 52,3% e o complemento ficou para as referências que envolviam a coligação.

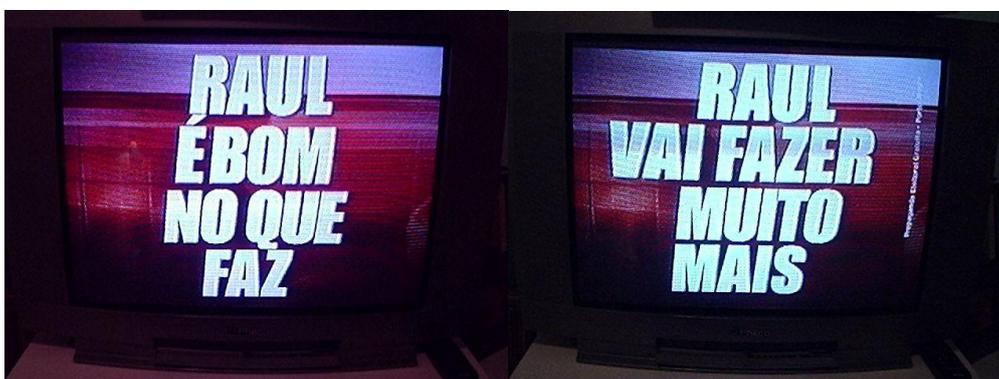
O PT utilizou 87,2% do espaço dedicado ao HGPE para promoção do partido e o restante 12,8% na divulgação de referências indiretas que envolveram a Frente Popular e o próprio candidato Raul Pont. Abaixo, algumas imagens ilustrativas das propagandas políticas mais utilizadas pelo PT nas eleições municipais de 2004.

Imagem 1. Vinheta da campanha do PT nas eleições municipais de 2004



Fonte: Adriane Figueirola Martins

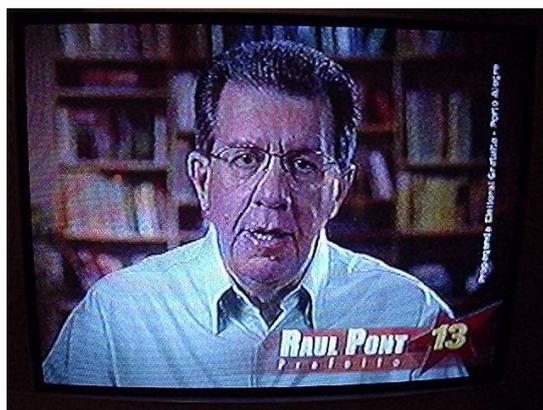
Imagem 2. Slogan da campanha do PT nas eleições municipais de 2004



Fonte: Adriane Figueirola Martins

Em 2004, para a Prefeitura de Porto Alegre, o slogan da campanha do PT foi “Raul é bom no que faz ... Raul vai fazer muito mais.”

Imagem 3. Candidato Raul Pont durante o HGPE de 2004



Fonte: Adriane Figueirola Martins

O PPS, por sua vez, utilizou-se fortemente de referências indiretas, (marca da coligação, número do partido e nome do candidato), tendo obtido um índice de 72,4% do total das referências com essa divulgação. Abaixo algumas imagens ilustrativas das propagandas políticas mais utilizadas pelo PPS nas eleições municipais de 2004.

Imagem 4. Candidato José Fogaça durante o HGPE de 2004 e o número da coligação



Fonte: Adriane Figueirola Martins

Imagem 5. Slogan da campanha do PPS nas eleições municipais de 2004



Fonte: Adriane Figueirola Martins

Em 2004, para a Prefeitura de Porto Alegre, o slogan da campanha do PPS foi “Fogaça – Manter o que está bom ... Fogaça – Mudar o que é preciso”

Imagem 6. Vinheta da campanha do PPS para as eleições municipais em 2004



Fonte: Adriane Figueirola Martins

As vinhetas de caracterização dos programas do PPS foram elaboradas de forma emblemática vinculando-as ao candidato durante o dia, remetendo-se ao por do sol do “Rio” Guaíba, e à coligação durante a noite com a imagem de uma lua preenchida pelo número da coligação, refletindo também o luar no “Rio” Guaíba.

De acordo com Silva (2009), os partidos analisados nas eleições de 2004, 2006 e 2008 fizeram uso da estratégia de garantir suporte a seus candidatos ao cargo Executivo

em suas campanhas eleitorais ao legislativo na televisão, em maior ou menor grau. Estabelecendo assim certa relação entre as coligações proporcionais e majoritárias e preliminarmente havendo, inclusive, uma tendência crescente nas campanhas eleitorais brasileiras.

O PSDB, segundo Silva (2009), “foi o partido que mais frequentemente se destacou no uso dessa estratégia, ficando significativamente acima da média tanto nas eleições gerais de 2006 quanto na eleição municipal de 2008”. A saber, o PSDB estava coligado com o PFL em 2004, e não fez uso dessa estratégia. Em 2008, concorreu isolado em ambos os pleitos, mesmo sem coligação utilizou-se da referida estratégia.

Já o PDT vem sendo o partido que menos utiliza essa estratégia, concentrando seu investimento partidário em referências diretas à legenda, porém, em 2008, essa prática muda, uma vez que o partido irá fazer parte da coligação Cidade Melhor – Futuro Melhor liderada pelo PMDB.

2.4.4 A força das coligações em 2004

Nesta subseção vamos verificar se o número de filiados corresponde ao total de votos recebidos pelas coligações no primeiro turno das eleições municipais de 2004. Mas, antes, importa saber o que se entende por força das coligações neste trabalho. A força é o número de filiados que a coligação possuía até julho de 2004, mês em que iniciou a propaganda eleitoral.

Agora passamos a explicar primeiramente a tabela abaixo. Na coluna **Coligação** encontramos a relação das coligações majoritárias. A coluna **Partido** é composta pelos partidos pertencentes à coligação. O número de filiados de cada partido está na coluna **Filiados**. A quantidade de filiados que a coligação possuía em julho de 2004 está na coluna **Total de Filiados (TF)**. O total de votos obtidos pela coligação está relacionado na coluna **Votação da Coligação (VC)** e, na coluna **Proporcionalidades**, o cálculo é feito pegando-se a votação da coligação e dividindo-a pelo número de filiados.

Tabela 12. Percentual de relação filiação partidária com a votação do 1º turno.

Coligação	Partido	Filiados	Total de Filiados (TF)	Votação da Coligação (VC)	Proporcionalidade (VC) / (TF)
Frente Popular	PC do B	3.186	21.985	304.135	13,83
	PCB	34			
	PL	1.583			
	PMN	205			
	PSL	254			
	PT	16.305			
	PTN	418			
Mudar de Verdade	PHS	444	15.703	47.621	3,03
	PMDB	14.954			
	PRONA	227			
	PSDC	78			
PFL - PSDB	PFL	4.909	10.969	80.633	7,35
	PSDB	6.060			
Porto Alegre de Cara Nova	PSB	3.431	3.461	24.588	7,10
	PSC	30			
Porto Mais Alegre	PAN	233	21.204	78.919	3,72
	PDT	20.971			
PPS - PTB	PPS	2.484	9.552	229.113	23,98
	PTB	7.068			

Fonte: o autor, com base em dados disponíveis no site do TSE referente ao mês de julho de 2004.

A Tabela 12 mostra que a Frente Popular, com o maior número de filiados (21.985), alcançou a votação de 304.135, que representou uma proporção de 13,83 votos por cada filiado da coligação.

A coligação Mudar de Verdade, com 15.703 filiados, obteve um desempenho de 47.621 votos, representando 3,03 votos para cada filiado da coligação majoritária, aliás, ficou com a menor proporção.

A coligação PFL-PSDB com 10.969 filiados chegou à votação de 80.633, o que representou uma proporção de 7,35 votos para cada filiado dessa coligação eleitoral. A coligação Porto Alegre de Cara Nova com um total de 3.461 filiados fez 24.588 votos, e em proporcionalidade atingiu de 7,10 votos por filiado.

Já a coligação Porto Mais Alegre com 21.204 filiados conseguiu uma votação de 78.919 votos e uma proporcionalidade de 3,72 votos por filiado da coligação majoritária. Ressalta-se que o PDT é historicamente o partido com o maior número de filiados na Capital, mesmo assim com toda essa força não conseguiu colocar a coligação

Porto Mais Alegre no segundo turno como acreditava o candidato Vieira da Cunha. Por fim, a coligação PPS-PTB, com 9.552 filiados, obteve 229.113 votos, sendo que cada filiado da coligação representou proporcionalmente 23,98 votos da coligação.

De acordo com Hofmeister e Santos (2007, p. 37) “os partidos com uma ampla base de filiados, sem dúvida, têm maiores possibilidades de participar com sucesso da disputa política e eleitoral, de influenciar fortemente na formação da opinião política e de eleger seus candidatos”. Embora não discordemos dos autores, verifica-se na Tabela 12 que as coligações com o maior número de filiados não conseguiram ficar, em proporcionalidade, à frente das coligações com o menor número de filiados.

Portanto, não se pode incluir esse pleito no rol das generalizações acerca da provável vinculação que há entre número de filiados de um partido, nesse caso da coligação majoritária, com a votação ao cargo de prefeito, porque não se sabe a dimensão exata do número de filiados que são militantes de fato nos partidos.

Tabela 13. Percentual de relação entre votação majoritária e proporcional no 1º turno.

Coligação Majoritária	Votos p/ prefeito	PARTIDO	Votos na Legenda	Votos Nominais	Votos p/ vereador	Relação
Frente Popular	304.135	PC do B	417	23.551	244.468	19,61%
		PCB	301	1.296		
		PL	484	14.602		
		PMN	231	555		
		PSL	410	6.344		
		PT	40.394	153.479		
		PTN	145	2.259		
Mudar de Verdade	47.621	PHS	186	1.941	94.517	49,61%
		PMDB	6.344	83.662		
		PRONA	260	546		
		PSDC	92	1.486		
PFL - PSDB	80.633	PFL	6.706	30.412	90.414	10,81%
		PSDB	1.498	51.798		
Porto Alegre de Cara Nova	24.588	PSB	2.346	26.243	29.861	17,65%
		PSC	227	1.045		
Porto Mais Alegre	78.919	PAN	192	2.664	118.254	33,26%
		PDT	9.558	105.840		
PPS - PTB	229.113	PPS	13.003	32.461	132.637	72,73%
		PTB	2.091	85.082		

Fonte: o autor, com base em dados do TSE.

A Tabela 13 mostra a relação entre a votação majoritária com a votação da proporcional, cujo cálculo foi feito pegando-se a diferença entre as duas votações coligações (majoritária x proporcional) e após efetua-se um novo cálculo dividindo-se o resultado obtido pelos votos da coligação mais votada, para verificar o quanto a diferença representa em termos percentuais de votos não transferidos de uma para a outra coligação.

A Frente Popular fez 304.135 na eleição majoritária e 244.468 votos na proporcional, sendo que a diferença entre elas é de 59.667 votos, o que representa 19,61% da votação total da coligação majoritária, que não foi transferida para a coligação proporcional. A coligação Mudar de Verdade teve um diferencial de 46.896 votos entre ambas as coligações e obteve uma taxa de 49,61% de votos não transferidos da coligação proporcional para a coligação majoritária. A coligação PFL-PSDB foi a que obteve o menor percentual (10,81%) de votos não transferidos da coligação proporcional para a coligação majoritária. Na mesma seara encontram-se as coligações Porto Alegre de Cara Nova (17,65%) e a Porto Mais Alegre (33,26%) com percentuais de votos também não transferidos da coligação proporcional para coligação majoritária. A coligação PPS-PTB, por sua vez, teve uma diferença de 96.476 votos entre as coligações ficando com um percentual de 42,10% de votos não transferidos da majoritária para a coligação proporcional.

A explicação para essa disfunção talvez possa estar relacionada à falta de coesão das lideranças dessas coligações na busca de uma uniformidade de ação junto aos partidos que compõem a aliança eleitoral para ampliarem suas votações no pleito majoritário. Assim, baseados nos dados da tabela acima, não confirmamos que tenha havido relação positiva entre a votação majoritária e a votação proporcional ou vice-versa, uma vez que os percentuais diferenciais ficaram muito difusos.

3 COLIGAÇÕES ELEITORAIS EM 2008

Neste capítulo descrevemos como a legislação eleitoral pode ser utilizada pelos partidos que concorrem isolados para melhorarem suas chances de eleger representantes no Legislativo, e analisamos o desempenho das coligações proporcionais e majoritárias nas eleições de 2008 em Porto Alegre. Utilizamos alguns indicadores relacionados ao processo eleitoral, bem como à atuação das legendas que se coligaram nessas eleições.

3.1 A legislação eleitoral para a eleição municipal de 2008

O TSE, na sessão administrativa realizada na noite de 05/06/2008, manteve o critério das coligações entre partidos, de 2004, para as eleições municipais de 2008. Assim, as coligações municipais para as eleições proporcionais (vereadores), em outubro, só puderam ser feitas entre partidos que já compunham a coligação para candidatos a prefeito, no mesmo município, conforme estabelecido na Lei n.º 9.504/97, de 30/09/97.

Em seu art. 6º, a norma atual dispõe:

Art. 6º É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.

§ 1º A coligação terá denominação própria, que poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram, sendo a ela atribuídas as prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral, e devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários.

§ 2º Na propaganda para eleição majoritária, a coligação usará, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram; na propaganda para eleição proporcional, cada partido usará apenas sua legenda sob o nome da coligação.

§ 3º Na formação de coligações, devem ser observadas, ainda, as seguintes normas:

I - na chapa da coligação, podem inscrever-se candidatos filiados a qualquer partido político dela integrante;

II - o pedido de registro dos candidatos deve ser subscrito pelos presidentes dos partidos coligados, por seus delegados, pela maioria dos membros dos respectivos órgãos executivos de direção ou por representante da coligação, na forma do inciso III;

III - os partidos integrantes da coligação devem designar um representante, que terá atribuições equivalentes às de presidente de partido político, no trato dos interesses e na representação da coligação, no que se refere ao processo eleitoral;

IV - a coligação será representada perante a Justiça Eleitoral pela pessoa designada na forma do inciso III ou por delegados indicados pelos partidos que a compõem, podendo nomear até: a) três delegados perante o Juízo Eleitoral; b) quatro delegados perante o Tribunal Regional Eleitoral; c) cinco delegados perante o Tribunal Superior Eleitoral.

(<http://www.planalto.gov.br>)

Em suma, nas eleições municipais de 2008, os partidos da coligação Cidade Melhor - Futuro Melhor (PMDB, PDT, PTB, PSDC), por exemplo, que se coligaram para concorrer à eleição majoritária, poderiam também celebrar a coligação para a proporcional entre PMDB e PDT, concorrendo o PTB e o PSDC isoladamente, sem coligação na proporcional. Ou ainda poderiam se coligar PDT e PTB, de um lado, e PMDB e PSDC, de outro, formando duas coligações proporcionais distintas.

Mas nenhum deles poderia se coligar proporcionalmente com um terceiro partido não integrante da coligação majoritária. Assim, o PDT não poderia se coligar com o PPS (da coligação Porto Alegre é Mais) para a proporcional, pois tal partido não compunha a coligação majoritária. A lei só autoriza a formação de mais de uma coligação na proporcional dentre os partidos que integrem a coligação para o pleito majoritário.

Assim, a lei ratificou que na mesma circunscrição é facultado aos partidos:

- a) Celebrar coligações apenas para a eleição majoritária;
- b) Celebrar coligações apenas para as eleições proporcionais;
- c) Celebrar coligações para ambas as eleições, majoritária e proporcionais;
- d) Celebrar mais de uma coligação para as eleições proporcionais, dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.

A exposição da referência acima visa apontar o caráter institucional que orientou essas eleições municipais quanto à vigência no ordenamento jurídico e legal para a prática do comportamento coligacionista nos pleitos majoritários e proporcionais do ano de 2008.

Portanto, fato é que não poderia haver dissociação nas eleições majoritárias, da mesma forma que as coligações proporcionais, mesmo que diferenciadas, deveriam ser

apenas entre os partidos que compusessem a coligação para majoritária, por interpretação da lei.

A seção seguinte apresenta tabelas explicativas dos dados gerados no processo eleitoral de 2008, em Porto Alegre, que se refere às coligações proporcionais.

3.2 As coligações nas eleições proporcionais de 2008

O primeiro turno das eleições municipais de 2008 para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre foi disputado por 5 coligações proporcionais e por 9 partidos isolados.⁴⁷ As coligações proporcionais foram constituídas da seguinte maneira: a Frente Popular era composta do PT/ PSL / PTC / PRB; a Frente de Esquerda pelo PSTU / PCB; a coligação A Força das Novas Ideias tinha o DEM e o PP, porém na majoritária era acrescida do PSC com outro nome;⁴⁸ a coligação PC do B / PPS / PR / PMN / PT do B não formalizou um nome específico para a disputa proporcional, sendo registrada junto ao TRE-RS com o nome coletivo dos partidos integrantes, mas na eleição majoritária registrou o nome de Porto Alegre é Mais e tinha ainda a parceria do PSB e do PTN que, por sua vez, formaram outra coligação proporcional, conforme observado no exemplo exposto na alínea *d* da seção anterior, chamada de PSB / PTN.

Tabela 14. Comparativo entre coligações proporcionais e majoritárias em 2008.⁴⁹

Coligação	Partidos Membros	Proporcional	Majoritária	Percentual Diferencial
Frente Popular	PT / PSL / PTC / PRB	19,43%	22,73%	+3,30%
Frente de Esquerda	PSTU / PCB	0,99%	0,78%	-0,21%
A Força das Novas Ideias	DEM / PP	11,59%	4,91%	-6,68%
PC do B/PPS/PR/PMN/PT do B	PC do B / PPS / PR / PMN / PT do B	8,52%	15,35%	+6,83%

Fonte: o autor, com base em dados do TSE.

⁴⁷ Dos partidos que concorreram isolados apenas o PSC, PSDC, PHS, PV não lograram êxito no Parlamento Municipal, enquanto que o PDT, PTB, PMDB, PSDB e PSOL que também concorreram isolados conseguiram eleger representantes para a Câmara de Vereadores.

⁴⁸ Coligação Porto Futuro Alegre.

⁴⁹ O cálculo do percentual das coligações proporcionais e majoritárias foi obtido pela divisão do conjunto dos votos válidos de cada pleito pelo total de votos válidos de cada coligação.

A coluna **Coligação** apresenta os nomes oficialmente registrados, junto ao TRE-RS, das coligações nas eleições para vereador e na coluna **Partidos Membros** são relacionados os partidos que integraram a coligação. Importante saber que apenas a Frente Popular e a Frente de Esquerda mantiveram o mesmo nome e a mesma formação de partidos para ambos os pleitos.

A Tabela 14 mostra que a Frente Popular, liderada pelo PT, que já não estava mais no comando da Prefeitura de Porto Alegre desde 2004, obteve menos de 1/5 (19,43%) dos votos válidos no primeiro turno para a Câmara de Vereadores. A explicação para redução desse percentual, em relação à eleição municipal anterior, se dá em grande medida pelo aumento do número de partidos concorrendo isolados no pleito proporcional. Outro aspecto a destacar é que a coligação do PT, como vinha acontecendo desde 2004, perdeu, em 2008, a parceira do PL (PR), PMN e do PTN, recrudescendo o processo de desconstrução da Frente Popular na Capital dos gaúchos.

Em comparação com a votação de 2004, o percentual diferencial entre a coligação majoritária e proporcional do PT de +6,93% no primeiro turno reduziu para um diferencial de +3,30% em 2008. A explicação para a diminuição do diferencial talvez possa ser explicada pela perda de preferência que a Frente Popular vem obtendo nas últimas eleições municipais em Porto Alegre, ou seja, em 2000 fez 48,72%, em 2004 fez 37,62% e em 2008 ficou com apenas 22,43% dos votos válidos no primeiro turno de cada eleição.

A coligação Frente de Esquerda não conseguiu atingir 1% dos votos válidos em nenhum dos pleitos. Na Tabela 14, observa-se que a coligação do PSTU-PCB apresentou o menor diferencial entre proporcional e majoritária, mas não significa que tenha transferido melhor a votação, pois apesar do baixo percentual nas eleições proporcionais e majoritária é possível fazer, ainda, uma consideração sobre o comportamento dessa coligação. Era de se esperar que quase a totalidade dos votos dados aos três⁵⁰ candidatos da coligação proporcional fosse também atribuída para a candidata Vera Guasso⁵¹, mas pelo resultado das urnas verifica-se que 17,59% dos

⁵⁰ Os três candidatos a vereador da Frente de Esquerda foram: Paulo Ricardo Rumayor Sanches do PCB (133 votos), Julio Cezar Leiras Flores (4.959 votos) e Myrela Leitão Barros (59 votos) ambos do PSTU e conquistaram 7.492 votos incluindo os votos nas legendas do PCB (213 votos) e do PSTU (2128 votos).

⁵¹ A candidata do PSTU fez 6.174 votos.

eleitores que votaram nos candidatos a vereador pelo PSTU⁵² e PCB⁵³, não transferiram seus votos para a coligação majoritária da Frente de Esquerda.

A Força das Novas Ideias, formada pelo DEM e PP, obteve 11,59% dos votos válidos nas eleições proporcionais, fazendo mais do que o dobro dos votos dados ao candidato da coligação majoritária que tinha ainda nessa chapa o PSC. A relação nesse caso foi positiva para a coligação proporcional, pois possibilitou principalmente ao PP eleger 4 vereadores, enquanto que o DEM e PSC ficaram apenas na suplência. Isso revela que os incentivos institucionais podem ajudar, também, os partidos conhecidos como de direita a elegerem seus representantes.

A coligação PC do B / PPS / PR / PMN / PT do B obteve 8,52% dos votos válidos nas eleições proporcionais, enquanto que na disputa majoritária, acrescida do PSB e PTN, atingiu 15,35% dos votos válidos, o que representa um incremento de mais de 50%. Assim sendo, acredita-se que o PSB e o PTN tenham contribuído, fortemente, para o resultado das urnas favoráveis à candidata Manuela D'Ávila.

Tabela 15. Vereadores eleitos por partidos e coligações para a XV Legislatura.

Partidos	Quantidade de candidatos	Votos na legenda	Votos nominais	Eleitos
PMDB	41	42.783	84.009	06
PDT	45	5.274	93.313	05
PTB	45	3.428	88.098	05
PSOL	39	13.759	28.652	02
PSDB	45	5.382	36.420	02
VEREADORES ELEITOS POR PARTIDOS				20
PP / DEM	56	8.564	79.215	04
PT / PSL / PTC / PRB	47	43.256	103.922	08
PC do B / PPS / PR / PMN / PT do B	53	16.466	48.037	03
PSB / PTN	42	896	20.300	01
VEREADORES ELEITOS POR COLIGAÇÕES				16
TOTAL				36

Fonte: o autor, com base em dados do TSE.

⁵² Cabe destacar que o PSTU, em nível nacional, nas eleições de 2004 conseguiu eleger dois vereadores, mas por meio de coligações partidárias com o PT. (Fonte: Câmara dos Deputados).

⁵³ O atual PCB tem o nome do histórico Partido Comunista Brasileiro, contudo tem origem nos anos de 1990 depois que o antigo PCB passou a ser o PPS. O atual PCB elegeu, em nível nacional, um vereador em 2000 e uma dúzia em 2004. (Fonte: Câmara dos Deputados).

Ao contrário do que ocorrera no pleito de 2004, a maioria dos partidos que concorreram isolados foram mais bem sucedidos do que as coligações, como pode ser observado na Tabela 15, na qual constam os resultados das candidaturas nas eleições proporcionais no pleito de 2008 em Porto Alegre.

Os dados da Tabela 15 mostram que nas eleições proporcionais 44,4% dos 36 assentos da Câmara Municipal foram preenchidos por coligações, assim discriminados: PP 4 vereadores - PT 7 vereadores - PRB 1 vereador - PPS 3 vereadores e PSB 1 vereador, enquanto as outras 20 cadeiras, equivalentes a 55,6%, foram conquistadas por partidos isolados: PMDB, PDT, PTB, PSOL e PSDB. Sendo que destas, 16 vagas destinaram-se a partidos que compuseram a coligação majoritária vitoriosa (PMDB, PDT e PTB).

É importante salientar que, embora o PT houvesse se coligado com mais 3 partidos (PSL, PTC e PRB), 7 dos 8 vereadores, eleitos pela coligação, são do Partido dos Trabalhadores. O PT, ao optar por manter a Frente Popular nas eleições proporcionais, acabou transferindo parte da sua votação (quotas Hare e Droop)⁵⁴ para o PRB, que conquistou uma vaga na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Da mesma forma, no caso da coligação A Força das Novas Ideias (PP/DEM), os 4 eleitos foram do PP. Outro aspecto a ser apontado nessa tabela, é o fato de que, entre os reeleitos, 10 de 20 (50%) se elegeram por coligações e entre os novos, 6 de 16 se elegeram pela mesma via (37,5%).

A seguir, vemos na Tabela 16 que 20 dos 36 vereadores de Porto Alegre foram reeleitos para o mandato 2009-2012. Por outro lado, o Legislativo da Capital obteve 16 novos integrantes, o que representou uma renovação de aproximadamente de 44,4% na Câmara de Vereadores, taxa semelhante ao de preenchimento das vagas por coligação, conforme pode ser observado logo abaixo.

⁵⁴ A Quota Hare é usada na Colômbia, Dinamarca, Madagascar e Costa Rica. A Droop é empregada na África do Sul, Grécia e República Tcheca (NICOLAU, 1999, p. 42). A primeira é obtida dividindo-se o nº de votos pelo nº de cadeiras de uma circunscrição; a segunda resulta da divisão dos votos pelo nº de cadeiras mais um. (MACHADO, 2005, p. 46).

Tabela 16. Composição da Câmara de Vereadores para a XV Legislatura.

Partido	Nº	Candidato	Votos	Eleito por	Situação
PTB	14234	MAURÍCIO DZIEDRICKI	15.454	Partido	Reeleito
PMDB	15686	SEBASTIÃO MELO	10.857	Partido	Reeleito
PP	11626	JOÃO DIB	9.975	Coligação	Reeleito
PP	11234	BETO MOESCH	9.554	Coligação	Reeleito
PDT	12123	JOÃO BOSCO VAZ	9.098	Partido	Reeleito
PTB	14014	DR. GOULART	8.478	Partido	Reeleito
PT	13113	SOFIA CAVEDON	8.046	Coligação	Reeleito
PDT	12180	MAURO ZACHER	7.565	Partido	Reeleito
PT	13601	ADELI SELL	7.406	Coligação	Reeleito
PT	13699	MARIA CELESTE	7.117	Coligação	Reeleito
PT	13001	CARLOS TODESCHINI	6.681	Coligação	Reeleito
PP	11633	JOÃO CARLOS NEDEL	6.659	Coligação	Reeleito
PMDB	15815	BERNARDINO VENDRUSCOLO	6.463	Partido	Reeleito
PMDB	15111	HAROLDO DE SOUZA	6.375	Partido	Reeleito
PMDB	15000	PROFESSOR GARCIA	6.088	Partido	Reeleito
PT	13580	ALDACIR OLIBONI	5.791	Coligação	Reeleito
PTB	14999	ELÓI GUIMARÃES	5.250	Partido	Reeleito
PT	13013	CARLOS COMASSETTO	5.146	Coligação	Reeleito
PSDB	45678	LUIZ BRAZ	3.576	Partido	Reeleito
PPS	23700	ELIAS VIDAL	3.381	Coligação	Reeleito
PSOL	50000	PEDRO RUAS	13.569	Partido	Novo
PDT	12001	JULIANA BRIZOLA	9.247	Partido	Novo
PTB	14333	NELCIR TESSARO	7.881	Partido	Novo
PMDB	15500	IDENIR CECCHIM	7.577	Partido	Novo
PRB	10300	WALDIR CANAL	7.046	Coligação	Novo
PMDB	15200	VALTER NAGELSTEIN	6.851	Partido	Novo
PDT	12007	JOSÉ TARCISO DE SOUZA	6.232	Partido	Novo
PDT	12345	MÁRCIO BINS ELY	6.147	Partido	Novo
PP	11011	KEVIN KRIEGER	5.969	Coligação	Novo
PTB	14614	DJ CASSIÁ	5.231	Partido	Novo
PT	13007	MAURO PINHEIRO	5.172	Coligação	Novo
PPS	23238	TONI PROENÇA	3.788	Coligação	Novo
PSDB	45321	MARIO MANFRO	3.490	Partido	Novo
PPS	23444	PAULINHO RUBEM BERTA	3.446	Coligação	Novo
PSOL	50500	FERNANDA MELCHIONNA	2.984	Partido	Novo
PSB	40540	AIRTO FERRONATO	2.372	Coligação	Novo

Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS.

Resumindo, parte dos vereadores foi eleito pelos quocientes partidários; a outra, pelas médias partidárias mais elevadas.

Neste sentido, Machado, A. (2005) faz uma importante observação:

No Brasil, não existe cálculo intracoligação para distribuir assentos legislativos. Na prática, acontece o seguinte: quando um partido concorre sozinho, os votos de um candidato fracassado, já que pertencem à legenda, são transferidos a outros candidatos, sem que o eleitor seja consultado a respeito. Da mesma forma, os votos obtidos por um candidato que excede a quota eleitoral são transferidos àqueles que individualmente não alcançaram. Até aqui, a migração de votos é intrapartidária, mas, no Brasil, diante da permissão de coligações nas eleições proporcionais, verifica-se a transferência de votos, inclusive, a outros partidos (MACHADO, A. 2005, p, 49).

Na XV Legislatura da Câmara de Vereadores, também, houve uma série de alterações quanto à representação na Câmara, porém para efeito de economia de espaço mostraremos apenas aquelas atitudes dos vereadores que afetam diretamente a representatividade do sistema político. Ações essas, meramente pragmáticas, capazes de desvirtuar ainda mais o sentido da representação proporcional, pois nem sempre o suplente que assume a vereança é do mesmo partido do titular que se afasta. Abaixo, seguem algumas ações desses parlamentares:

- Os titulares Márcio Bins Ely (PDT), João Bosco Vaz (PDT), Kevin Krieger (PP), Professor Garcia (PMDB), Idenir Cecchim (PMDB), Dr. Goulart (PTB) e Maurício Dziedricki (PTB) licenciaram-se para exercer cargos no Executivo Municipal, a contar de 01 de janeiro de 2009, assumindo a vereança, respectivamente, os suplentes Nereu D'Avila, Dr. Thiago Duarte, Reginaldo Pujol, João Pancinha, Dr. Raul, Nilo Santos e Alceu Brasinha, na mesma data.

- O suplente Ervino Besson do PDT assumiu a vereança a contar de 01 de janeiro de 2009, em razão de impedimento do suplente Nereu D'Avila, que assumiu cargo no Executivo Municipal a partir da mesma data.

- O suplente Marcello Chiodo do PTB assumiu a vereança a contar de 03 de janeiro de 2009, em razão de impedimento do Ver. Elói Guimarães, que assumiu cargo na Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos a partir de 27 de janeiro de 2009.

- O suplente Alceu Brasinha do PTB passou a substituir o vereador Dr. Goulart, licenciado para exercer o cargo público de Diretor-Geral do Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB –, e o suplente Nilo Santos passou a substituir o vereador Elói

Guimarães, licenciado para exercer o cargo público de Secretário Estadual da Administração.

- O vereador João Bosco Vaz retornou ao exercício da vereança em 1º de abril de 2010, passando a integrar a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

- O suplente Dr. Thiago Duarte passou a substituir o vereador Márcio Bins Ely, licenciado para exercer o cargo público de Secretário do Planejamento Municipal.

- O suplente Dr. Raul passou a substituir o vereador Professor Garcia, licenciado para exercer o cargo público de Secretário Municipal do Meio Ambiente.

- O Vereador Valter Nagelstein licenciou-se em 1º de abril de 2010 para exercer o cargo público de Secretário Municipal da Produção, Indústria e Comércio, assumindo a vereança o suplente João Pancinha, que passou a integrar a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL – CEFOR.

- O Vereador João Pancinha licenciou-se em 30 de abril de 2010 para exercer o cargo público de Diretor-Presidente da Companhia Carris Porto-Alegrense, assumindo a vereança o suplente Paulo Marques, que passou a integrar a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB.

- O vereador Maurício Dziedricki licenciou-se para exercer o cargo público de Secretário Estadual de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa em 1º de janeiro de 2011, assumindo a vereança o suplente Nilo Santos, que passou a integrar a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

- A partir de 1º de janeiro de 2011, o vereador Elói Guimarães retornou ao exercício da vereança, cessando, por conseguinte, o exercício da vereança pelo suplente Nilo Santos, a contar da mesma data.

- Face ao retorno do vereador Professor Garcia ao exercício da vereança, a contar do dia 1º de fevereiro de 2001, integrando a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB –, cessou, no mesmo dia, o exercício da vereança pelo suplente Paulo Marques, e o suplente Dr. Raul Torelly passou a exercer a vereança em substituição ao vereador Valter Nagelstein, licenciado para exercer o cargo público de Secretário Municipal da Produção, Indústria e Comércio – SMIC.

- Face à renúncia da vereadora Juliana Brizola ao mandato de vereadora, a contar do dia 31 de janeiro de 2001, o suplente Dr. Thiago Duarte passou a exercer a vereança como titular, a contar da mesma data. Também, o suplente Luciano Marcantônio passou a exercer a vereança a partir do dia 1º de fevereiro de 2011, em substituição ao vereador

Márcio Bins Ely, licenciado para exercer o cargo público de Secretário do Planejamento Municipal.

- O vereador João Bosco Vaz licenciou-se em 1º de fevereiro de 2011 para exercer cargo público, assumindo a vereança o suplente Mario Fraga, que passou a integrar Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

- No dia 08 de fevereiro de 2011, o vereador Maurício Dziedricki renunciou ao mandato, a fim de ser empossado Deputado Federal, tendo, na mesma data, o suplente Alceu Brasinha assumido a titularidade da vereança e o suplente Nilo Santos passado a substituir o vereador Dr. Goulart, licenciado para exercer o cargo público de Diretor-Geral do Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB.

Na próxima seção, vamos analisar o comportamento das coligações majoritárias por meio de uma série de tabelas explicativas dos dados gerados no processo eleitoral de 2008 em Porto Alegre.

3.3 As coligações na eleição majoritária de 2008

Diferente das eleições proporcionais, conforme observado na seção anterior, em que 9 partidos optaram por disputar as eleições isoladamente, no pleito majoritário o comportamento coligacionista parece ter sido mais estratégico, com exceção do PSDB⁵⁵ e do PHS⁵⁶ que concorreram isolados em ambos os pleitos. O PT manteve a Frente Popular nas coligações majoritária e proporcional, aceitando coligar-se com os partidos menores, no pleito proporcional, tendo em vista a obtenção de apoio nas eleições majoritárias (LAVAREDA, 1991). Essa orientação deveu-se provavelmente à descaracterização ocorrida na formação original da Frente Popular em Porto Alegre no

⁵⁵ Não há dúvida de que a lógica do candidato Nelson Marchezan Jr. (PSDB) fora buscar mais visibilidade para uma futura projeção nacional, pois até o dia 03/10/2008 (dois dias antes da eleição) não havia nenhum programa e/ou plano de governo pronto sendo veiculado publicamente, quer seja por meio de impressos distribuídos nas ruas de Porto Alegre, propaganda eleitoral gratuita e internet, como fizeram os demais candidatos que publicaram seus planos e/ou programas de governo em diversas formas de propaganda eleitoral. Disponível em: http://www.marchezan.com.br/site/eleicos_2008_tv_marchezan_45.php?id=17. Acesso em 03 out. 2008.

⁵⁶ No dia 28/08/2008, o TRE-RS indeferiu a candidatura de Paulo Rogowski. O candidato não teria comprovado a quitação eleitoral e desistiu de concorrer à eleição. O PHS indicou, como substituto, o candidato Carlos Gomes para o cargo de prefeito pelo partido.

decorrer das últimas eleições municipais, com a saída de parceiros originais como o PCB, PC do B, PSB e PSTU.

Tabela 17. Coligações eleitorais (majoritária e proporcional).

Coligação	Partidos membros	Candidato ou Pleito
Cidade Melhor - Futuro Melhor	PMDB / PDT / PTB / PSDC	José Fogaça
Frente Popular	PT / PSL / PTC / PRB	Maria do Rosário
Porto Alegre é Mais	PC do B / PPS / PR / PMN / PT do B / PSB / PTN	Manuela D'Ávila
Sol e Verde	PSOL / PV	Luciana Genro
Porto Futuro Alegre	DEM / PP / PSC	Onyx Lorenzoni
Frente de Esquerda	PSTU / PCB	Vera Guasso
A Força das Novas Ideias	PP / DEM	Proporcional
Frente Popular	PT / PSL / PTC / PRB	Proporcional
PC do B / PPS / PR / PMN / PT do B	PC do B / PPS / PR / PMN / PT do B	Proporcional
PSB / PTN	PSB / PTN	Proporcional
Frente de Esquerda	PSTU / PCB	Proporcional

Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS

3.4 O desempenho das coligações majoritárias de 2008

No primeiro turno das eleições municipais de 2008 para o cargo de prefeito de Porto Alegre, disputaram seis coligações: Cidade Melhor - Futuro Melhor com José Fogaça, Frente Popular com Maria do Rosário, Porto Alegre é Mais com Manuela D'Ávila, Sol e Verde com Luciana Genro, Porto Futuro Alegre com Onyx Lorenzoni, Frente de Esquerda com Vera Guasso e, sem coligações, dois candidatos isolados: o PSDB com Nelson Marchezan Júnior e o PHS com Carlos Gomes.

Nenhum candidato obteve maioria absoluta dos votos válidos, passando ao segundo turno José Fogaça com 43,85% e Maria do Rosário com 22,73% dos votos válidos. Um demonstrativo mais detalhado do resultado das votações do primeiro turno aparece logo abaixo na Tabela 18, contendo a composição das coligações majoritárias, o percentual de votos válidos e número absolutos de votos.

Tabela 18. Votações do 1º turno para o cargo de prefeito.

Coligação	Partidos	Candidato	Válidos	Votos
Cidade Melhor - Futuro Melhor	PMDB / PDT / PTB / PSDC	José Fogaça	43,85%	346.427
Frente Popular	PT / PSL / PTC / PRB	Maria do Rosário	22,73%	179.587
Porto Alegre é Mais	PC do B / PPS / PR / PMN / PT do B / PSB / PTN	Manuela D'Ávila	15,35%	121.232
Sol e Verde	PSOL / PV	Luciana Genro	9,22%	72.863
Porto Futuro Alegre	DEM / PP / PSC	Onyx Lorenzoni	4,91%	38.803
Sem coligação	PSDB	Nelson Marchezan Jr.	2,83%	22.365
Frente de Esquerda	PSTU / PCB	Vera Guasso	0,78%	6.174
Sem coligação	PHS	Carlos Gomes	0,32%	2.548

Fonte: TSE

Na Tabela 18 percebe-se que as coligações representaram 96,85% dos votos válidos contra apenas 3,15% das candidaturas independentes. *A priori* tudo indica que houve algo semelhante ao que Marcus Figueiredo afirmou em seu trabalho em 1994, ou seja, a estratégia maximizadora do voto esteve baseada, também nessas eleições, "na aritmética eleitoral e não na aritmética ideológica" (FIGUEIREDO, 1994, p. 5), já que a esquerda⁵⁷ se pulverizou em três segmentos representados pelas deputadas federais Maria do Rosário (PT), Manuela D'Ávila (PC do B) e Luciana Genro (PSOL). Enfim, juntas, as candidatas da esquerda somariam, hipoteticamente, 47,30% dos votos válidos, se fossem levados em conta o apoio de todos os partidos que estiveram unidos em suas coligações eleitorais e se a estratégia fosse a coerência ideológica.

Numa perspectiva pragmática, ao que parece, as demais forças políticas importantes de Porto Alegre (PMDB/PDT/PTB), convergiram para a coligação do candidato Fogaça, em busca da maximização dos votos, maior tempo na propaganda eleitoral gratuita (NICOLAU, 1996, SCHMITT, 1999) e, conseqüentemente, do êxito no pleito majoritário.

⁵⁷ O espectro político ideológico dos partidos citados nesse trabalho foi classificado com base nos estudos de Krause, Dantas e Miguel (2010).

Tabela 19. Transferência de votos nos pleitos de 2004 e 2008.

ANO	COLIGAÇÃO MAJORITÁRIA	1º Turno	2º Turno	% Transferido
2004	FRENTE POPULAR	37,62%	46,68%	9,06%
	PPS-PTB	28,34%	53,32%	24,98%
2008	FRENTE POPULAR	22,73%	41,05%	18,32%
	CIDADE MELHOR – FUTURO MELHOR	43,85%	58,95%	15,10%

Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS

Na Tabela 19 vemos que, em 2008, o grau de transferência de votos dos candidatos e coligações derrotadas voltou a ter uma distribuição mais equilibrada entre a Frente Popular e a coligação Cidade Melhor - Futuro Melhor. Em 2004, a transferência foi desproporcional, pois dois de cada três eleitores derrotados no primeiro turno transferiu seu voto para a coligação PPS-PTB, no segundo turno.

Há dois aspectos a destacar na Tabela 19. O primeiro é que coincidentemente os votos das legendas e/ou dos candidatos que anunciaram apoio à coligação Cidade Melhor - Futuro Melhor,⁵⁸ somados com os votos dados à coligação Sol e Verde,⁵⁹ no segundo turno, representam uma transferência de votos do primeiro para o segundo turno que ultrapassa os 15%. Ademais, se a coligação a Força das Novas Ideias (4,91% de votos), o PSDB (2,83% de votos) e o PSOL (9,22%) tivessem transferido todos seus votos para a coligação Cidade Melhor-Futuro Melhor no segundo turno, o grau de transferência teria chegado a 16,96%.

O segundo aspecto diz respeito também à suposta transferência dos votos da coligação Porto Alegre é Mais (15,35%) representada pela candidata Manuela D'Ávila do PC do B,⁶⁰ e da Frente de Esquerda (0,78%) à Frente Popular no segundo turno, com

⁵⁸ O DEM decidiu apoiar a reeleição de Fogaça no dia 13/10/2008. De acordo com o Presidente do Diretório Municipal do DEM, Reginaldo Pujol, a neutralidade no segundo turno seria “um reforço à proposta do PT”. O PSDB, por sua vez, decidiu apoiar Fogaça na campanha do segundo turno em 15/10/2008.

⁵⁹ A possível transferência de votos nesse caso serve apenas, para fins de suposição, visto que o PSOL divulgou em várias mídias que não iria apoiar nenhum candidato no segundo turno.

⁶⁰ A Direção Nacional do PC do B no dia 09/10/2008 anunciou o apoio à candidata do Maria do Rosário. Em documento divulgado no site da Manuela na época, o partido afirmava que “se buscará compor relações de apoio do PC do B à candidatura do PT, o que requer entendimentos entre os partidos”.

o que chegar-se-ia ao grau hipotético de transferência de 16,03%, bem próximo ao constatado na tabela supracitada, de 18,32%.

Diante dos percentuais expostos na Tabela 19, pode-se inferir que a transferência de votos foi um indicador considerável para as coligações que permaneceram na disputa eleitoral. Embora carente de exatidão e complexidade, a análise demonstrou que os apoios dos candidatos e/ou coligações derrotados nas urnas no primeiro turno, ora ultrapassaram, ora se aproximaram do percentual de votos obtidos pelas respectivas coligações que disputaram o segundo turno.

3.4.1 A geografia eleitoral no 1º turno de 2008

Os resultados do primeiro turno, mapeados de acordo com a geografia dos votos nas regiões de Porto Alegre, mostram que o candidato José Fogaça (PMDB) fez 43,85% dos votos válidos, saindo na frente em todas as 10 Zonas eleitorais, sendo sempre seguido pela candidata Maria do Rosário (PT) que somou 22,73%.

Os melhores números de Fogaça foram registrados na 2ª e 111ª Zonas, onde obteve mais de 50% dos votos válidos, conforme pode ser observado nas tabelas abaixo e na Figura 1. Em segundo lugar, nas 10 regiões, Rosário teve melhores desempenhos nas Zonas 159 e 113. A candidata Manuela D'Ávila (PC do B) fez 15,35% dos votos válidos, tendo melhores resultados nas Zonas 158 e 159, onde alcançou cerca de 20% dos votos válidos. Já nas Zonas 1, 2 e 111, Manuela não ultrapassou 12% dos votos, escore semelhante ao da quarta colocada no primeiro turno, Luciana Genro (PSOL).

A soma dos votos válidos dos demais candidatos Onyx (DEM), Marchezan (PSDB), Guasso (PSTU) e Gomes (PHS) só conseguiu ficar acima de 10% nas Zonas 158, 159 e 161. Esse índice acrescentado da votação das candidatas Manuela e Luciana Genro representou mais de 33% votos válidos a serem disputados no segundo turno pelos candidatos habilitados, conforme pode ser observado nas Tabelas 20, 21 e Figura 1 logo mais adiante.

Tabela 20. Geografia eleitoral por Zona para prefeito no 1º turno.

CANDIDATO	ZONA ELEITORAL										
	1ª	2ª	111ª	112ª	113ª	114ª	158ª	159ª	160ª	161ª	Válidos
FOGAÇA	46,95%	54,79%	56,27%	49,85%	43,64%	41,00%	36,87%	32,56%	44,67%	38,43%	43,85%
ROSÁRIO	22,93%	19,26	18,09%	19,88%	24,49%	24,27%	23,95%	28,26%	21,71%	22,20%	22,73%
MANUELA	11,88%	9,84	10,95%	13,10%	13,81%	16,21%	20,31%	20,01%	14,41%	19,10%	15,35%
GENRO	11,40%	9,73	8,10%	9,33%	10,02%	9,18%	8,51%	8,34%	9,92%	8,63%	9,22%
ONYX	3,33%	3,29	3,55%	4,01%	4,16%	5,35%	6,23%	6,30%	5,02%	6,79%	4,91%
MARCHEZAN	2,38%	2,15	2,19%	2,86%	2,78%	2,77%	3,10%	3,34%	2,90%	3,57%	2,83%
GUASSO	0,84%	0,62	0,56%	0,68%	0,79%	0,89%	0,76%	0,88%	0,87%	0,92%	0,78%
GOMES	0,28%	0,32	0,29%	0,30%	0,31%	0,33%	0,27%	0,32%	0,50%	0,35%	0,32%

Fonte: Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS.

Logo abaixo, vemos a Tabela 21 que contém os dados absolutos por Zona Eleitoral da eleição majoritária no 1º turno, que serviram de base de dados para elaboração da Tabela 20.

Tabela 21. Dados absolutos por Zona para o cargo de prefeito no 1º turno.

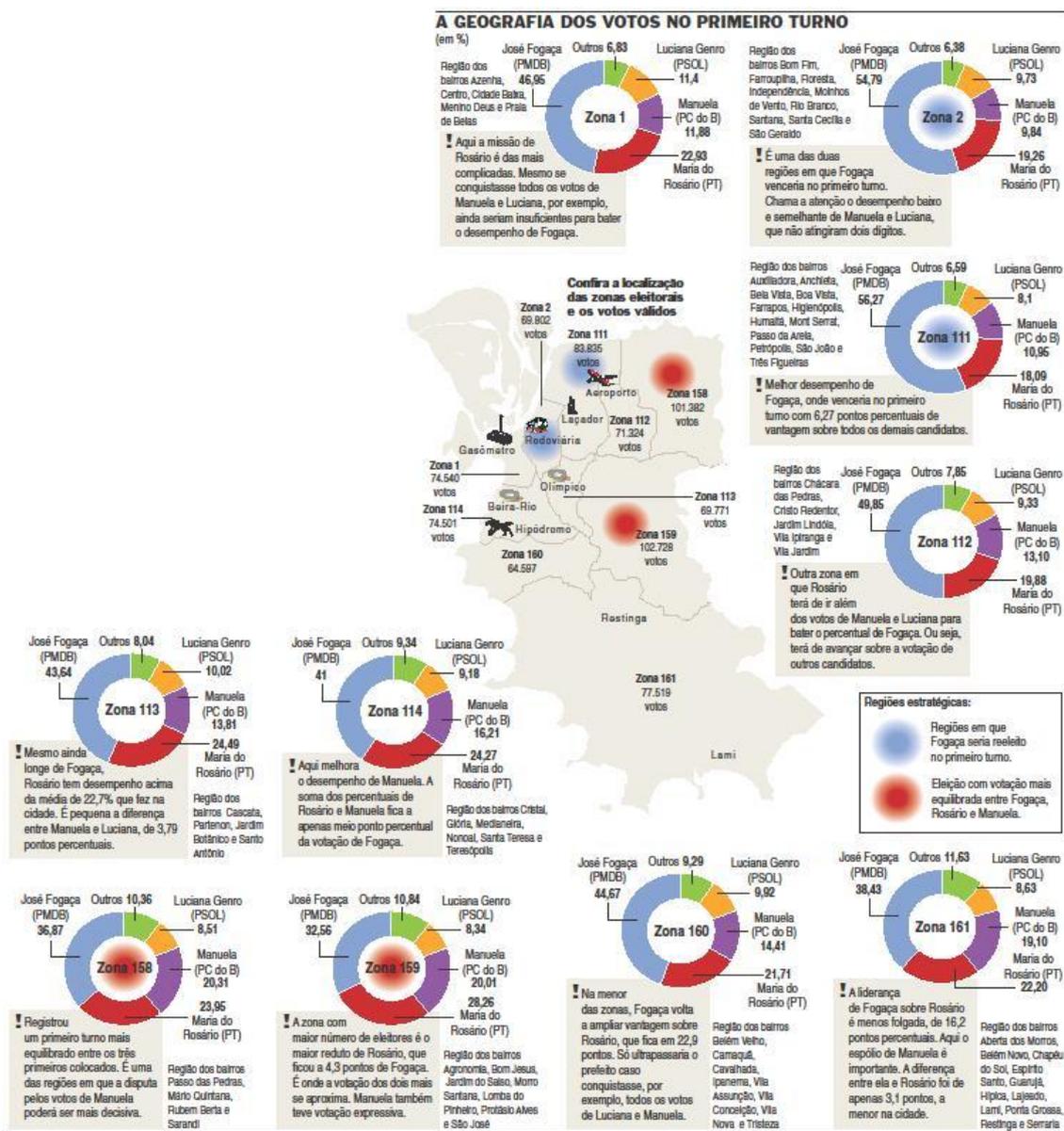
CANDIDATO	ZONA ELEITORAL – 1º turno											
	1ª	2ª	111ª	112ª	113ª	114ª	158ª	159ª	160ª	161ª	Total ZE	(%)
FOGAÇA	34.996	38.246	47.171	35.554	30.447	30.542	37.375	33.446	28.857	29.793	346.427	43,85
ROSÁRIO	17.093	13.443	15.166	14.176	17.087	18.085	24.276	29.028	14.024	17.209	179.587	22,73
MANUELA	8.857	6.866	9.184	9.344	9.637	12.079	20.595	20.553	9.308	14.809	121.232	15,35
GENRO	8.496	6.792	6.793	6.653	6.990	6.841	8.629	8.572	6.406	6.691	72.863	9,22
ONYX	2.481	2.299	2.978	2.863	2.900	3.986	6.320	6.467	3.242	5.267	38.803	4,91
MARCHEZAN	1.777	1.498	1.834	2.038	1.943	2.060	3.143	3.433	1.874	2.765	22.365	2,83
GUASSO	628	436	470	482	554	665	766	900	563	710	6.174	0,78
GOMES	212	222	239	214	213	243	278	329	323	275	2.548	0,32
Total	74.540	69.802	83.835	71.324	69.771	74.501	101.382	102.728	64.597	77.519	789.999	100,00

Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS.

A Figura 1 foi retirada do site www.clicrbs.com.br e manipulada, para demonstrar graficamente o desempenho dos quatro candidatos mais votados nessas eleições municipais de 2008 e, também, para salientar a importância das Zonas Eleitorais para os candidatos/coligações que permaneceram na disputa pela Prefeitura de Porto Alegre.

Para Hofmeister e Santos (2007, p. 79) as questões locais são o “que movem as pessoas, e estas continuamente avaliam os partidos pela maneira de reagir às suas demandas e de atuar localmente”.

Figura 1. A geografia dos votos no 1º turno.

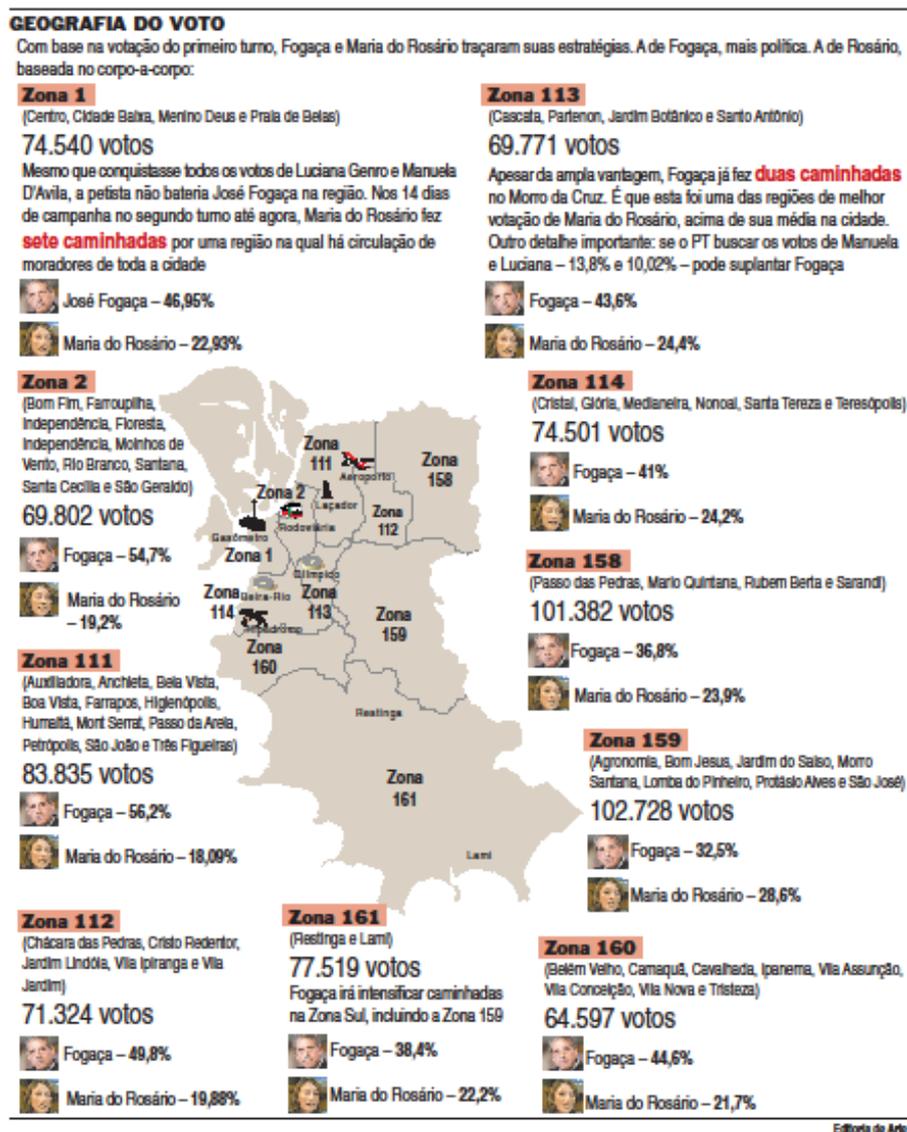


Fonte: ClicRBS

3.4.2 A geografia eleitoral no 2º turno de 2008

Para fins de ilustração e melhor visualização das dez Zonas Eleitorais de Porto Alegre, a seguir veremos a Figura 2 que foi acostada logo abaixo e que caracteriza os resultados das votações do primeiro turno, na qual confirmou Fogaça da coligação Cidade Melhor – Futuro Melhor e a candidata Maria do Rosário da Frente Popular.

Figura 2. Geografia do voto para o 2º turno.



Fonte: CilcRBS

Os dados da Tabela 22, abaixo, de acordo a geografia dos votos nas regiões de Porto Alegre, mostram que o candidato José Fogaça da coligação Cidade Melhor – Futuro Melhor conseguiu se reeleger com 58,95% dos votos válidos, contra 41,05% da candidata Maria do Rosário da Frente Popular que não obteve êxito na recondução do partido ao comando da Capital Gaúcha, onde havia permanecido por 16 anos até a vitória de Fogaça, em 2004.

Tabela 22. Geografia por Zona Eleitoral no 2º turno.

CANDIDATO	ZONA ELEITORAL										
	1ª	2ª	111ª	112ª	113ª	114ª	158ª	159ª	160ª	161ª	Válidos
FOGAÇA	61,29%	69,08%	69,89%	65,12%	58,19%	55,84%	53,68%	47,71%	59,96%	54,91%	58,95%
ROSÁRIO	38,71%	30,92%	30,11%	34,88%	41,81%	44,16%	46,32%	52,29%	40,04%	45,09%	41,05%

Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS.

A Tabela 23, abaixo, mostra os dados absolutos por Zona Eleitoral da eleição majoritária no 2º turno, que serviram de base de dados para elaboração da Tabela 22.

Tabela 23. Dados absolutos por Zona Eleitoral no 2º turno.

CANDIDATO	ZONA ELEITORAL – 2º turno											
	1ª	2ª	111ª	112ª	113ª	114ª	158ª	159ª	160ª	161ª	Total ZE	(%)
FOGAÇA	45.382	48.289	59.151	47.486	41.011	41.876	55.585	49.875	38.962	43.079	470.696	58,95
ROSÁRIO	28.664	21.611	25.488	25.431	29.471	33.113	47.963	54.668	26.019	35.371	327.799	41,05
Total	74.046	69.900	84.639	72.917	70.482	74.989	103.548	104.543	64.981	78.450	798.495	100,00

Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS.

As Tabelas 22 e 23 revelam ainda que Maria do Rosário foi vitoriosa apenas na Zona 159 - região dos bairros Agronomia, Bom Jesus, Jardim do Salso, Morro Santana, Lomba do Pinheiro, Protásio Alves e São José, na qual já havia obtido, no primeiro turno, uma votação significativa, ficando a 4,3 pontos de Fogaça e, no segundo turno, conseguindo fazer 52,29% dos votos.

Fogaça manteve o bom desempenho, registrado nas Zonas 2 e 111, onde obteve mais de 50% votos válidos, no primeiro turno. Destaque para a zona 111 que foi a região onde o candidato mais cresceu, registrando 69,89% dos votos válidos, sendo que no primeiro turno alcançara 56,27% nesta Zona.

Cabe salientar que nessas duas regiões (Zonas 2 e 111) houve importantes obras de infraestrutura nos últimos dois anos de mandato, principalmente em 2008, o que talvez possa explicar o resultado positivo do então Prefeito José Fogaça na época.

Por fim, além de derrotar Maria do Rosário e, conseqüentemente, o PT pela segunda vez consecutiva, José Fogaça, já no PMDB, conseguiu melhorar seu próprio desempenho nas urnas em relação a 2004. Fogaça fez 38.876 votos a mais do que os

431.820 conquistados na eleição anterior, quando representava o PPS e derrotou o candidato Raul Pont. Aumentou também o seu percentual de votos válidos: 53,32% em 2004 e 58,95% em 2008.

O crescimento do desempenho de Fogaça parece ter afetado a votação do PT, partido que governou a Capital de 1989 a 2004.⁶¹ Pois, após sofrer para chegar ao segundo turno, a candidata Maria do Rosário obteve 41,05% dos votos válidos, cinco pontos percentuais a menos em relação à votação da Frente Popular na eleição anterior.

Para se ter ideia do tamanho da redução do número de votos, cerca de 50 mil eleitores deixaram de votar na Frente Popular em comparação ao segundo turno de 2004. E se ampliarmos a comparação incluindo as eleições em que o PT disputou a prefeitura de Porto Alegre, a começar pela própria sucessão em 1992, vemos que a eleição majoritária de 2008 foi a que a Frente Popular obteve os piores resultados, conforme detalhado abaixo na Tabela 24.

Tabela 24. Desempenho da Frente Popular 1992-2008.

ELEIÇÃO MUNICIPAL	CANDIDATO	VOTOS	%
1992 - 1º Turno PORTO ALEGRE	Tarso Genro	307.145	43,63
1992 - 2º Turno PORTO ALEGRE	Tarso Genro	400.770	59,82
1996 - 1º Turno PORTO ALEGRE	Raul Pont	408.998	53,71
2000 - 1º Turno PORTO ALEGRE	Tarso Genro	381.117	48,72
2000 - 2º Turno PORTO ALEGRE	Tarso Genro	491.775	63,51
2004 - 1º Turno PORTO ALEGRE	Raul Pont	304.135	37,62
2004 - 2º Turno PORTO ALEGRE	Raul Pont	378.099	46,68
2008 - 1º Turno PORTO ALEGRE	Maria do Rosário	179.587	22,73
2008 - 2º Turno PORTO ALEGRE	Maria do Rosário	327.799	41,05

Fonte: o autor, com base em dados do TRE-RS.

3.4.3 Horário gratuito de propaganda eleitoral em 2008

⁶¹ O PT governou Porto Alegre por 16 anos: **1º mandato** – Olívio Dutra (1989 a 1992); **2º mandato** – Tarso Genro (1993 a 1996); **3º mandato** – Raul Pont (1997 a 2000); **4º mandato** – Tarso Genro/João Verle (2001-2004).

No dia 18 de julho de 2008, no Plenário do TRE-RS foi realizada a reunião entre os partidos/coligações e as emissoras de Rádio e Televisão da Capital, para definir os critérios de veiculação da Propaganda Eleitoral, nos meios de comunicação de Porto Alegre, para as Eleições Municipais de 2008.⁶²

A propaganda eleitoral gratuita (HGPE) marcou, de um lado, a consolidação da liderança de Fogaça, que esteve próximo de vencer no primeiro turno e, de outro lado, evidenciou a disputa acirrada entre Maria do Rosário e Manuela D'Ávila pelo segundo lugar. Além disso, a propaganda eleitoral gratuita foi acompanhada por uma novidade: a campanha de Luciana Genro (4º lugar em todas as pesquisas) direcionada contra, na maioria das vezes, às candidatas do PT e PC do B pela segunda posição nas pesquisas de intenção de voto para a Prefeitura de Porto Alegre.

O HGPE foi veiculado em dois períodos (no primeiro turno de 19 de agosto a 02 de outubro e, no do segundo turno, de 11 a 24 de outubro).⁶³ O critério para a divisão do tempo de cada candidatura na TV foi o da representação das coligações na Câmara dos Deputados.⁶⁴ Neste aspecto, José Fogaça levou nítida vantagem sobre os demais. Além de ficar com quase um terço do horário destinado aos demais candidatos na majoritária, teve um bom reforço no HGPE das eleições proporcionais que direcionaram parte da propaganda para o candidato, conforme será analisado mais adiante.

Mas será que o tempo de exposição no HGPE para a mídia audiovisual é positivo? Segundo Schmitt *et al* (1999), o HGPE fora do campo político é no mínimo percebido de forma controversa. A mídia geralmente assume uma postura crítica quanto ao tempo utilizado pelos partidos no chamado “horário político” em sua grade de programação, pois o que está em jogo para a imprensa visual e auditiva é o prejuízo imediato no faturamento de suas emissoras de rádio e TV, por conta também de uma alegada queda de audiência.

⁶² Ver Ata Nº 002/2008 da 1ª Zona Eleitoral de Porto Alegre (Fonte: www.tre-rs.gov.br).

⁶³ O reinício da propaganda eleitoral de rádio e televisão estava marcado para o dia 09/10/2008, mas em razão de acordo celebrado entre os participantes e homologado pelo Juiz da 1ª Zona Eleitoral, foi alterado para 11/10/2008, na forma do disposto nos artigos 30 e 32 da resolução do TSE 22.718/2008 (Fonte: www.tre-rs.gov.br).

⁶⁴ Lei 9.504/97 - Art. 47 (...) § 2º Os horários reservados à propaganda de cada eleição, nos termos do parágrafo anterior, serão distribuídos entre todos os partidos e coligações que tenham candidato e representação na Câmara dos Deputados, observados os seguintes critérios: I - um terço, igualmente; II - dois terços, proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram. (...) (Fonte: www.senado.gov.br)

Os autores, no entanto, salientam os benefícios do HGPE:

Pesquisas de opinião pública costumam mostrar que o HGPE exerce duas funções diante do eleitorado. Virtualmente, todos os eleitores, ainda que não o façam diariamente, assistem (no todo ou em parte) a diversos programas eleitorais na TV ou no rádio durante as semanas de campanha. O horário eleitoral é com toda certeza uma das duas ou três fontes de informação políticas mais importantes para a população. Além dessa função informativa, o HGPE é também fundamental para a decisão do voto. As pesquisas mostram que parcelas significativas do eleitorado escolhem os seus candidatos pela propaganda gratuita, como, por exemplo, a pesquisa do IBOPE publicada pelo jornal *O Globo*, em 16/8/98 e a pesquisa do Datafolha, publicada pela *Folha de S. Paulo*, em 18/8/98 (SCHMITT *et al*, 1999).

Schmitt (2005) apontou que os grandes partidos podem se beneficiar das coligações, na medida em que aumenta o seu tempo de exposição nos meios de comunicação e também na medida em que poderão lançar um maior número de candidatos. Isso resulta, no limite, de um expressivo contingente de cabos eleitorais na condição de candidatos a vereador que irão propagar a candidatura majoritária nas comunidades a que pertencem.

Silva (2009), analisando o PMDB, PSDB, PDT, PT e PSOL nas eleições municipais de 2008, apontou que esses partidos utilizaram parte do tempo destinado à propaganda eleitoral proporcional para promoção ou suporte às candidaturas majoritárias ao qual estavam atreladas.

Começando com o PMDB, que destinou 46% do HGPE da campanha proporcional para reforçar a candidatura a prefeito pela coligação Cidade Melhor - Futuro Melhor. O PSDB, embora concorrendo isolado em ambos os pleitos, foi o partido que mais destinou esforços coletivistas no HGPE para a promoção do candidato Nelson Marchezan a prefeito (71%).

Estrategicamente, o PDT destinou 34% do total da propaganda eleitoral para o legislativo municipal na promoção do candidato a prefeito pela coligação Cidade Melhor – Futuro Melhor, da qual o PDT fazia parte e participava com o candidato a vice-prefeito, José Fortunati. Na mesma linha comportamental, o PT também se utilizou dessa estratégia e destinou 47% do HGPE das eleições proporcionais para a campanha da coligação majoritária. Ainda segundo a autora, o PSOL foi o partido que menos se utilizou nessas eleições da estratégia de divulgação da candidatura majoritária por meio

da propaganda eleitoral para o cargo de vereador, ficando com um percentual final de 27%.

Conforme já observado no capítulo 2, baseado nos dados do trabalho de Silva (2009), os partidos analisados nas eleições de 2004, 2006 e 2008 fizeram uso, em maior ou menor grau, da estratégia de garantir suporte a seus candidatos ao cargo Executivo em suas campanhas eleitorais ao legislativo na televisão. Estabeleceram, assim, certa relação entre as coligações proporcionais e majoritárias, analisada no estudo supracitado.⁶⁵

A título de informação complementar, acostamos as Tabelas 25 e 26, que contêm a distribuição diária dos tempos dos partidos e coligações para os cargos de vereador e prefeito realizados pelo TRE-RS, para que outros pesquisadores possam também ter mais uma fonte de acesso à divisão do HGPE nas eleições municipais de 2008 em Porto Alegre.

Tabela 25. Distribuição diária de tempo para o cargo de prefeito: rádio e TV.

Partido/Coligação	Tempo igualitário mm:ss:cc	Tempo proporcional mm:ss:cc	Tempo total mm:ss:cc
Cidade Melhor- Futuro Melhor	01'15"00	05'18"13	06'33"13
Porto Futuro Alegre	01'15"00	04'29"01	05'44"01
Porto Alegre é Mais	01'15"00	03'32"87	04'47"87
Frente Popular	01'15"00	03'23"51	04'38"51
Sol e Verde	01'15"00	00'37"43	01'52"43
Frente de Esquerda	01'15"00	00'00"00	01'15"00
31 - PHS	01'15"00	00'04"68	01'19"68
45 - PSDB	01'15"00	02'34"39	03'49"39

Fonte: TRE-RS

⁶⁵ Conforme a autora já citada, a metodologia de pesquisa é extremamente trabalhosa, uma vez que consiste na coleta e análise dos dados utilizados na pesquisa observando as seguintes etapas: 1) Gravação e/ou digitalização do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral dos anos de 2004, 2006 e 2008; 2) Classificação das estratégias partidárias nas diferentes candidaturas, segundo critérios estabelecidos em planilhas elaboradas a fim de identificar e quantificar signos partidários na veiculação da propaganda televisiva; 3) Organização dos dados segundo critérios estabelecidos para a análise e elaboração de tabelas e gráficos;

Tabela 26. Distribuição diária de tempo para o cargo de vereador: rádio e TV.

Partido/Coligação	Tempo igualitário mm:ss:cc	Tempo proporcional mm:ss:cc	Tempo total mm:ss:cc
A Força das Novas Ideias	00'42"86	04'07"95	04'50"81
Frente de Esquerda	00'42"86	00'00"00	00'42"86
Frente Popular	00'42"86	03'23"51	04'06"37
PC do B / PPS / PR / PMN / PT do B	00'42"86	02'29"71	03'12"57
PSB / PTN	00'42"86	01'03"16	01'46"03
12 - PDT	00'42"86	00'56"14	01'39"00
14 - PTB	00'42"86	00'53"80	01'36"66
15 - PMDB	00'42"86	03'28"19	04'11"05
20 - PSC	00'42"86	00'21"05	01'03"91
27 - PSDC	00'42"86	00'00"00	00'42"86
31 - PHS	00'42"86	00'04"68	00'47"54
43 - PV	00'42"86	00'30"41	01'13"27
45 - PSDB	00'42"86	02'34"39	03'17"25
50 - PSOL	00'42"86	00'07"02	00'49"88

Fonte: TRE-RS

3.4.4 A força das coligações em 2008

Os resultados de várias eleições para prefeito ocorridas no Brasil contribuíram para que alguns autores chegassem à conclusão que a melhor maneira de avaliar o poder dos partidos políticos no país é, sem dúvida alguma, a votação para vereador.

Nicolau (2008) afirma que:

o melhor indicador para avaliar o poder dos partidos pelo país é a votação para vereador. Se um partido tem um mínimo de organização, em uma determinada cidade, ele apresenta pelo menos um candidato na disputa para a Câmara Municipal. O partido pode não lançar candidato à prefeitura, pode não participar de coligações, mas certamente concorrerá com pelo menos um nome à vereança. Por isso, quando somamos os milhares de esforços dos militantes dos partidos por todo o país temos um bom quadro da real inserção do partido (Disponível em: <<http://veja.com.br/politica/blogs/eleicoes-2008/>>. Acesso em: 27 out. 2008).

Misiara (2008) reforça que:

o vereador é aquele cidadão que se destaca por sua militância em favor de sua comunidade. É o líder local dos movimentos sociais e das associações representativas dos interesses comunitários fundamentais nos campos social, cultural, esportivo, econômico, educacional, assistencial etc. (MISIARA, 2008, p. 92).

Como se está analisando apenas duas eleições neste trabalho, não é possível concluir, a partir destes apontamentos, se houve uma relação entre a votação das coligações proporcionais vinculadas a suas respectivas coligações majoritárias.

Tabela 27. Percentual de relação entre votação majoritária e proporcional no 1º turno.

Coligação	Votos p/ prefeito (VP)	PARTIDO	Votos na Legenda	Votos Nominais	Votos p/ vereador (VV)	Relação
Cidade Melhor - Futuro Melhor	346.427	PMDB	42.783	84.009	317.631	8,31%
		PDT	5.274	93.313		
		PTB	3.428	88.098		
		PSDC	93	633		
Frente de Esquerda	6.174	PSTU	2.128	5.018	7.492	17,59%
		PCB	213	133		
Porto Alegre é Mais	121.232	PR	519	1.704	85.699	29,30%
		PT do B	71	389		
		PC do B	14.796	25.934		
		PPS	842	19.559		
		PMN	238	451		
		PSB	734	19.360		
Sol e Verde	72.863	PV	2.843	7.611	52.865	27,44%
		PSOL	13.759	28.652		
Frente Popular	179.587	PT	42.190	91.249	147.178	18,04%
		PRB	773	12.673		
		PSL	201	0		
		PTC	92	0		
Porto Futuro Alegre	38.803	DEM	5.286	26.153	97.051	60,01%
		PP	3.278	53.062		
		PSC	441	8.831		

Fonte: o autor, com base em dados do TSE.

A Tabela 27 mostra a relação da votação proporcional com a votação majoritária utilizando a mesma metodologia adota na Tabela 13. Na grande maioria, os percentuais de votos não transferidos da proporcional para a majoritária ficaram abaixo de 1/3, exceto nas coligações Porto Futuro Alegre, em que ficou acima de 2/3.

A coligação Cidade Melhor – Futuro Melhor com 317.631 votos obtidos para vereador, obtidos, em grande parte, pelo PMDB, PDT e PTB, ficou com o menor

percentual de relação entre as votações para vereador e prefeito, atingindo 8,31% de votos não transferidos da coligação majoritária para a coligação proporcional.

A coligação Porto é Mais Alegre fez 85.699 votos para vereador e 121.232 votos para prefeito obtidos principalmente pelo PC do B, PPS e PSB. Essa coligação obteve o percentual de 29,30% de votos não transferidos da coligação majoritária para a coligação proporcional.

A coligação Sol e Verde, por sua vez, atingiu um percentual de 27,44% de votos não transferidos da majoritária para a proporcional. A Frente Popular com 179.587 votos obtidos para prefeito teve como principais partidos contribuintes para essa votação o PT, que era líder da chapa, e o PRB, ficando com um percentual de 18,04% de votos também não transferidos da majoritária da Frente Popular para sua proporcional que fez 147.178 votos.

Ainda baseado nos dados da tabela acima, vemos que as únicas coligações que tiveram percentuais de votos não transferidos da proporcional para a majoritária foram as coligações Frente de Esquerda e Porto Futuro Alegre.

A Tabela 28, a seguir, traça uma relação entre as votações das coligações majoritárias com o número de filiados, revelando preliminarmente que o tamanho do partido pode ser uma importante variável a se considerar na hora de decidir em se coligar com outras forças políticas.

Tabela 28. Percentual de relação filiação partidária com a votação do 1º turno.⁶⁶

Coligação	Partido	Filiados	Total de Filiados (TF)	Votação da Coligação (VC)	Proporcionalidade (VC) / (TF)
Cidade Melhor-Futuro Melhor	PTB	11.330	49.951	346.427	6,93
	PDT	22.327			
	PMDB	16.178			
	PSDC	116			
Sol e Verde	PSOL	1.395	1.857	72.863	39,23
	PV	462			
Porto Alegre é Mais	PC do B	3.455	11.569	121.232	10,47
	PPS	3.298			
	PR	1.415			
	PT do B	29			
	PMN	175			
	PSB	2.934			
	PTN	263			
Frente Popular	PSL	197	17.895	179.587	10,03
	PTC	324			
	PRB	810			
	PT	16.564			
Porto Futuro Alegre	DEM	6.059	15.140	38.803	2,56
	PP	8.869			
	PSC	212			
Frente de Esquerda	PSTU	123	148	6.174	41,71
	PCB	25			

Fonte: o autor, com base nos dados do TSE referente ao mês de setembro de 2008.

A coligação Cidade Melhor - Futuro Melhor, com o maior número de filiados (49.951), alcançou a votação de 346.427 votos, que representou 6,93 votos para cada filiado da coligação. A coligação Sol e Verde com um total de 1.857 filiados fez 72.863 votos, sendo que cada um deles representou 39,23 votos para a coligação. Já a coligação Porto Alegre é Mais, com 11.569 filiados, conseguiu uma votação de 121.232 e uma representação de 10,47 dos votos por filiado. A Frente Popular, com o segundo maior número de filiados (17.895), obteve uma votação de 179.587, representando 10,03 votos para cada filiado da coligação. A coligação Porto Futuro Alegre com 15.140 filiados

⁶⁶ O PSDB (com 7.846 filiados) e o PHS (com 631 filiados) que concorreram isolados no pleito majoritário e obtiveram 22.365 e 2.548 votos respectivamente, representados percentualmente em 35,08% para o PSDB e 24,76% dos votos válidos para o PHS.

chegou à votação de 38.803 votos, ficando com a menor taxa de representação, ou seja, cada filiado representou para a votação da coligação 2,56 votos. A Frente de Esquerda, com 148 (cento e quarenta e oito) ⁶⁷ filiados, obteve uma votação de 6.174 votos, atingindo a maior taxa de representação, visto que cada filiado representou 41,71 votos para a coligação do PSTU e PCB.

O argumento que se pretendia defender com esses dados era que o número de filiados pode ter alguma associação ou relação com a votação da coligação majoritária, mas como pôde ser observado na Tabela 28, nessas eleições, o desempenho das coligações não esteve diretamente relacionado com o número de filiados que cada coligação eleitoral tinha no mês de setembro de 2008, em termos numéricos, isto porque a variável votação da coligação mostrou-se independente do número de filiados que cada coligação tinha no primeiro turno dessas eleições.

O próximo capítulo apresenta os resultados alcançados nesta pesquisa juntamente com a comparação entre as coligações eleitorais de 2004 e 2008 em Porto Alegre.

⁶⁷ Dados absolutos, conforme TSE em setembro de 2008.

4 ANÁLISE CONTEXTUAL DAS ELEIÇÕES

4.1 Análise contextual das eleições em 2004

Nas eleições de 2004 para a Prefeitura de Porto Alegre, o PT que estava no poder desde 1989, perdeu o pleito para o PPS, partido político que, na época, fazia parte da base aliada do Governo federal (PT). Além do desgaste natural do partido, que administrava a Capital Gaúcha há quatro gestões, também contribuiu para a derrota o estilo pessoal e o comportamento político do candidato Raul Pont, pois além de desprezar o peso político do PTB, cometeu dois erros políticos fatais: subestimou o peso político do seu companheiro de sigla, o senador Paulo Paim, um dos políticos mais populares do Estado, e buscou deliberadamente desvincular-se do Governo Federal por divergir da política econômica do Presidente Lula.

O candidato vitorioso, José Fogaça, eleito pelo PPS, um partido pequeno e com pouca tradição em Porto Alegre, fez uma campanha, assim como Lula em 2003, de “paz e amor”, para manter os baixos índices de rejeição e contar com o apoio de toda a oposição no segundo turno, estratégia que deu certo, seguindo também a receita adotada pelo então Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigoto, em 2002.

Acredita-se que as sucedidas administrações do PT em Porto Alegre não foram julgadas nessa eleição, mas o estilo, a coerência política⁶⁸ e a vida pessoal dos candidatos do PT. E isso só aconteceu porque os adversários tinham boas credenciais, experiência política e gozavam de boa reputação perante o eleitorado.

Francisco Ferraz, ex-reitor da UFRGS e diretor do site "Política para Políticos", reforça esse argumento:

⁶⁸ É digno de nota o desgaste político local do PT após a renúncia de Tarso Genro ao cargo de prefeito para concorrer ao Governo do Estado em 2002, após ter afirmado “peremptoriamente” que não o faria. Essa decisão teria rompido a relação de confiança com o eleitorado, prejudicando a imagem do PT no Estado, com reflexo na surpreendente derrota de Tarso Genro, em segundo turno, para Germano Rigotto, do PMDB.

“Desta vez, a oposição apresentou um candidato com posição de centro-esquerda e que, por suas características pessoais, era capaz de entrar no eleitorado que votava no PT. É a combinação destes dois elementos que explica melhor a vitória da oposição na capital gaúcha”.

(Fonte: <http://portal.pps.org.br/portal/showData/25607>)

O candidato Fogaça que derrotou a Frente Popular e conseqüentemente o PT, começou sua carreira política no Legislativo, ao se eleger deputado estadual em 1978. Em 1982, foi eleito deputado federal. Nesse mandato, comandou em 1984 na Câmara dos Deputados a campanha “Diretas-Já”, que pedia eleições diretas para Presidente da República.

Fogaça foi eleito senador em 1986 e participou da Assembleia Nacional Constituinte, na qual foi relator-adjunto e corresponsável pela redação do texto final da Constituição de 1988. Em 1994, reelegeu-se senador e continuou envolvido com a Constituição - foi o relator de várias propostas de emendas constitucionais. Assumiu outra relatoria - a do novo Código Civil Brasileiro - em 2000.

Historicamente ligado ao PMDB (desde quando a sigla era MDB), Fogaça chegou a ser presidente da legenda em 1993. Mas conflitos com outro nome forte do partido no Rio Grande do Sul, Antonio Britto, levaram Fogaça a abandonar o partido e a se filiar ao PPS. Em sua última eleição, em 2000, a sua primeira na nova sigla, não conseguiu um novo mandato como senador, mas, em 2004, representando a coligação PPS-PTB fez 28,34% dos votos válidos no primeiro turno das eleições para prefeitura de Porto alegre e conseguiu ir para o segundo turno contra Raul Pont que fez 37,62% dos votos válidos.

No segundo turno, Raul Pont contou apenas com o apoio do PSB que fizera 3% dos válidos, não sendo suficiente para que a Frente Popular ampliasse o seu percentual ao ponto de vencer as eleições. Fogaça, por sua vez, contou com o apoio de grande parte dos votos de outros partidos e/ou coligações, através de um novo arranjo de lideranças políticas opositoras derrotadas no primeiro turno.

O processo de "transferência" de votos do primeiro para o segundo turno, talvez seja um dos principais fatores, dentre outras razões, para a derrota petista em Porto

Alegre, visto que de cada três eleitores derrotados no primeiro turno, dois votaram no candidato José Fogaça (PPS) no segundo turno da eleição municipal de 2004.

4.2 Análise contextual das eleições em 2008

Líder em todas as pesquisas de opinião durante a campanha eleitoral, o candidato José Fogaça chegou ao segundo turno pressionado por críticas de que não havia cumprido suas principais promessas eleitorais. Ainda assim, Fogaça apresentou poucas variações nas pesquisas dos principais institutos - ele sempre oscilou entre 30% e 35% da preferência do eleitorado. O então prefeito, na época das eleições, foi acusado de não construir os nove postos de saúde prometidos durante a campanha e de não ter criado um sistema integrado de transporte coletivo. Em compensação, Fogaça centrou sua campanha na construção de um centro popular de compras - o Camelódromo - e a construção de um sistema de escoamento para reduzir os alagamentos na cidade. Além disso, o prefeito manteve o Orçamento Participativo - uma das principais bandeiras eleitorais do PT.

Mas, mesmo apoiado por “pesos-pesados” da política gaúcha, como o PDT do vice José Fortunati e o PTB do Senador Sérgio Zambiasi, Fogaça teve dificuldades para construir sua candidatura. Eleito pelo PPS em 2004, o prefeito se viu obrigado a voltar ao PMDB, há menos de um ano de sua saída, para garantir uma candidatura própria de seu partido de origem, visto que iniciou na vida pública ao ser eleito deputado estadual em 1978 pelo antigo MDB.

Como o PPS não “abriu mão” de indicar o vice na chapa de Manuela D’Ávila, restou a Fogaça retornar à sigla que havia abandonado em 2001. A troca de partido foi sacramentada poucos dias antes do prazo final de registro partidário estabelecido pela legislação eleitoral. Fogaça também manteve suspense sobre sua decisão de disputar a reeleição até o último momento: com isso, evitou a pressão explícita dos adversários.

A Coligação Cidade Melhor - Futuro Melhor representada por José Fogaça foi bem sucedida, conseguindo agregar importantes forças políticas da Capital Gaúcha (PDT e PTB) em torno da candidatura dele. Estes partidos juntos ao PMDB, cabeça de chapa, em números, estiveram sempre na frente das outras coligações dentro do

processo eleitoral, em muitos aspectos: maior tempo de HGPE, maior número de filiados, número de candidatos a vereador, número de candidatos eleitos, número de votos obtidos, melhor posição em todas as pesquisas eleitorais, resultando no excelente desempenho do prefeito Fogaça no primeiro turno.

No segundo turno, ao integrar DEM, PSDB, PPS, PP e PMN à “coligação original”, o prefeito reeleito conseguiu recompor sua base de apoio em uma nova “aliança” que reproduziu a composição de partidos que já participavam do governo municipal, sendo importantes para o resultado final, haja vista a possível transferência dos votos, que ocorrera do novo arranjo eleitoral das legendas derrotadas com a coligação Cidade Melhor – Futuro Melhor no segundo turno. A vitória de Fogaça sobre a candidata do PT, Maria do Rosário, confirmou, em tese, a perda de força do Partido dos Trabalhadores na Capital Gaúcha, uma vez que a Frente Popular não conseguiu agregar antigos parceiros em sua chapa (PC do B, PCB e PSB), culminando numa estratégia eleitoral infrutífera para o resultado do pleito majoritário.

A candidatura de Rosário engrenou apenas na reta final, depois que o PT ajudou financeiramente o diretório estadual e deslocou ministros para atuarem no HGPE, entre eles Tarso Genro (Justiça) e Dilma Rousseff (Casa Civil), que também reforçaram as caminhadas pela cidade de Porto Alegre. Mesmo com problemas para decolar junto ao eleitorado, a petista não teve o apoio explícito do principal cabo eleitoral deste pleito - o presidente Lula que não gravou depoimento a favor de Rosário, no início da campanha, para não desagradar aliados em nível nacional como o PMDB e o PC do B.

Deputada Federal em segundo mandato, para chegar ao segundo turno Rosário teve de enfrentar, em março de 2008, uma prévia desgastante com um dos principais caciques do partido, o ex-ministro Miguel Rossetto. Líder da principal corrente do PT gaúcho, a Democracia Socialista (DS), Rossetto perdeu a prévia por uma diferença de apenas 56 votos em um universo de 4.379 eleitores. A prévia expôs uma divisão interna no partido que, de certa forma, se refletiu na campanha.

Além do eleitorado do PT ter diminuído em redutos tradicionais da esquerda na capital (em comparação as eleições de 2004), Maria do Rosário não conseguiu superar o desgaste sofrido pelo PT nos 16 anos a frente do Município. As críticas sobre uma suposta falta de empenho e eficiência de Fogaça, na busca de soluções para a cidade, foram sistematicamente devolvidas com justificativas de que os petistas tiveram mais

tempo e também não resolveram os gargalos em áreas como saúde, educação e transporte.

A vinculação da candidata ao presidente Lula e o depoimento de apoio veiculado somente nos últimos programas eleitorais também não foram suficientes para garantir a virada da petista. Outro ponto que cabe ser ressaltado é o fato de que, apesar da indicação nacional, a adesão do PC do B⁶⁹ à candidatura petista, precisou de um longo processo de negociação para que se concretizasse. Além disso, a candidata comunista, Manuela D'Ávila⁷⁰, teve uma participação bastante discreta na campanha de Maria do Rosário com uma aparição de pouco mais de 20 minutos em uma atividade na véspera da eleição.⁷¹

Em síntese, além dos danos provocados pela disputa interna para escolha do candidato do PT à eleição, a divisão do eleitorado entre três candidatas da esquerda e a dificuldade em recompor a Frente Popular devem ter tido um papel bastante importante para a derrota de Rosário, no segundo turno.

⁶⁹ Fonte: disponível em: <<http://g1globo.com/noticias/0,,MRP793433-15729,00.html>>. Acesso em: 15 out. 2008.

⁷⁰ Manuela não digeriu os ataques feitos no primeiro turno pela petista contra o PPS, sigla do candidato a vice e de oposição ao governo Lula. “críticas aos meus aliados são críticas a mim”, disse Manuela a Rádio Bandeirantes. <<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimahora&url=http%3A%2F%2Fwww1.folha...>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

⁷¹ Fonte: HGPE de rádio e TV veiculado em 24/10/2008 - último dia de propaganda eleitoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou o desempenho das coligações eleitorais que disputaram as eleições municipais de 2004 e 2008 em Porto Alegre. Preliminarmente, verificou-se que a coligação foi um recurso legal bastante utilizado pela maioria dos partidos que participaram desses pleitos, visto que independente de quaisquer que fossem as intenções das legendas, as mesmas ainda estavam submetidas à legislação eleitoral. Essas legendas formaram 24 coligações no período assim distribuídas: em 2004, 6 coligações proporcionais e 7 coligações majoritárias; em 2008, 5 coligações proporcionais e 6 coligações majoritárias. Destaque para o fato de que apenas o PT manteve o mesmo nome da Frente Popular nos dois pleitos, embora sem repetir integralmente os mesmos parceiros nas duas eleições.

Os dados mostraram, também, que foram poucas as coligações que não mantiveram, nessas eleições, um percentual significativo de relação entre as votações das coligações proporcionais e majoritárias, construídas a partir da perspectiva da maximização dos interesses projetados por cada legenda, a cada pleito, a chama “racionalidade política contextual” (LIMA JUNIOR, 1983).

A análise mais acurada mostrou que aumentou o número de vereadores eleitos por partidos isolados nas eleições de 2008, bem como diminuiu o percentual de candidatos eleitos para a Câmara de Vereadores por coligações nesse pleito, o que encontra explicação nas regras que estruturam o sistema eleitoral brasileiro e também nas variáveis institucionais. Para Soares (2001, p. 152), quanto maior o número de cadeiras em disputa, menor o cociente eleitoral, isto é, a quantidade de votos necessária para a obtenção da primeira cadeira. Se esse custo é menor, torna-se mais fácil para um partido garantir representação e, portanto, não é tão interessante ou necessário participar de uma coligação, principalmente no caso das legendas pequenas. Ao inverso, se a magnitude é menor, o cociente eleitoral passa a ser maior, assim como o estímulo à união de forças, com a intenção de viabilizar a superação dessa barreira. Em outras palavras: há uma relação entre tamanho da cláusula de barreira/cociente eleitoral e estímulo à formação de coligação, e uma relação inversa entre magnitude e estímulo às alianças partidárias.

Na tentativa de verificar a relação entre as coligações majoritárias e proporcionais, agregou-se à análise do desempenho eleitoral o processo de transferência de votos dos candidatos e/ou coligações derrotadas no primeiro turno, para as coligações que permaneceram na disputa pela Prefeitura de Porto Alegre. Paradoxalmente, foi possível identificar através do estudo, que os apoios dados aos candidatos chegaram bem próximos ao percentual de votos que ambos obtiveram no segundo turno dessas eleições.

Com base neste exame foi possível, ainda, aventar a importância do processo de transferência de votos em eleições municipais, tendo em vista a iminente possibilidade da tecnologia da informação na elaboração de software estatístico capaz de calcular, probabilisticamente urna a urna, o grau de transferência de votos de um candidato derrotado no primeiro turno para outro que permanece disputando a eleição no segundo turno.

Ao observar o conteúdo do HGPE, com base na pesquisa em fase de ser concretizada por Silva (2009), verificou-se que os partidos analisados por essa autora fizeram uso da estratégia de garantir suporte a seus candidatos a cargos Executivos em suas campanhas eleitorais ao legislativo na televisão, em maior ou menor grau. Estabelecendo neste caso, uma tendência à confirmação de que houve relação entre as coligações majoritárias e proporcionais no HGPE das eleições de 2004 e 2008 em Porto Alegre.

Outra questão importante que permeou o estudo foi a verificação das votações das coligações nas dez Zonas Eleitorais através da geografia eleitoral, na qual se constatou que, em algumas Zonas, por exemplo, a Frente Popular, além de estar perdendo seu eleitorado na Capital, também vem perdendo parte da sua tradicional votação de um terço em cada Zona Eleitoral de Porto Alegre.

Quanto à relação filiação partidária com a votação majoritária no primeiro turno dessas eleições, chegou-se à conclusão de que não há indícios suficientes para sustentar essa relação, por duas razões básicas: 1) a experiência indica que apesar de alguns preconceitos ou de menosprezos pela política em geral, alguns partidos ainda conseguem recrutar novos filiados (HOFMEISTER E SANTOS, 2007), mas o acréscimo deles nas estruturas partidárias não é garantia de que os mesmos irão atuar

como militantes; 2) ainda que haja um imenso número de filiados nos quadros do partido, mesmo assim não se sabe a dimensão exata daqueles que de fato militam para o partido. Portanto, não se pode incluir as eleições de 2004-2008 no rol das generalizações, se é que existe alguma que possa, acerca da provável vinculação que há entre número de filiados de um partido, nesse caso da coligação, com a votação ao cargo de prefeito.

Durante a análise de todo material coletado para o estudo, foi possível identificar as distorções de representação política ocorridas na Câmara de Vereadores de Porto Alegre com os afastamentos de alguns dos vereadores do exercício do mandato eletivo para atuarem em outras esferas governamentais, desvirtuando ainda mais o sentido da representação proporcional. Essas práticas vão ao encontro das discussões que abordam a fragmentação do sistema partidário e da representatividade do sistema político, decorrentes dos possíveis impactos das coligações eleitorais proporcionais (NICOLAU, 1996; TAVARES, 1998; FLEISCHER e DALMORO, 2005, dentre outros).

Por fim, o fenômeno das coligações se revelou muito complexo, multicausal e, portanto, irreduzível a uma única interpretação explicativa da relação que possa haver entre essas coligações. Apesar da utilização de indicadores vinculados à perspectiva institucionalista não foi possível, neste trabalho, confirmar a existência de tal relação. Fica aqui o indicativo da necessidade de realizar estudos posteriores que considerem a relação das coligações eleitorais majoritárias e proporcionais no âmbito municipal, o que permitiria, no limite, ampliar a percepção da lógica coligacionista dentro do sistema partidário e eleitoral, e “em plano mais ambicioso, [poderiam] servir de orientação para futuros trabalhos mais amplos que visem a explicar as inenarráveis contradições da política brasileira” (SOARES, 1964, p. 124).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. **Democracia representativa – do voto e do modo de votar**. Paris: Guillard, Alillaud & Cia, 1895.

BAQUERO, Marcello. Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições municipais de 1996 em Porto Alegre. In: (Org.). **A lógica do processo eleitoral em tempos modernos**. Porto Alegre/Canoas: Editora da UFRGS/La Salle de Ensino Superior, 1997.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

CARREIRÃO, Yan de Souza. “Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina”. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, p. 136-163, 2006.

CERVI, Emerson Urizzi. Verticalização de coligações e voto no Brasil: As urnas e a coerência ideológico/partidária entre 1998 e 2006. Comunicação apresentada na 3ª Sessão do GT n. 24 – Partidos e Sistemas Partidários, **XXXI Encontro Anual da ANPOCS**, 2007.

DANTAS, Humberto. PRAÇA, Sérgio. Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008. In KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luiz Felipe. (orgs.). **Coligações partidárias na nova Democracia Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2010.

DANTAS, Humberto. Coligações em eleições municipais e o cenário de 2008. In: José Mario Brasilense Carneiro (org). **Política local e as eleições de 2008**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Cadernos Adenauer, ano IX, número 2, 2008.

_____. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos brasileiros nas disputas de 2004 e 2004**. Tese de doutorado em Ciência Política, São Paulo: USP, 2007.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

FAVETTI, Paola Ramos. Partidos **Aliados em eleições presidenciais no Brasil: análise das coligações vencedoras em 1994, 1998 e 2002**. Dissertação de mestrado. Brasília, UnB. 2004.

FIGUEIREDO, Marcus. A lei de ferro da competição eleitoral: a aritmética eleitoral. **Cadernos de Conjuntura**, Rio de Janeiro, IUPERJ, nº 50, jul. 1994.

FILOMENA, Cesar. A gênese da construção do discurso antipetista - Análise da eleição para governador do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1994. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, nº 2, p. 185, 2008.

FLEISCHER. David. A Política de Coligações no Brasil – antes e depois da *Verticalização* (1994 e 1998 vs. 2002 e 2006): Impactos sobre os partidos. **Série Ceppac vol. 006, Brasília: CEPPAC/UnB, 2007.**

_____. **Do antigo ao novo pluripartidarismo; partidos e sistemas partidários no Congresso Nacional (1945-1964).** Curso de Assessoria Parlamentar. Brasília: UNB, 1986 (Mimeo).

_____. *Las consecuencias políticas Del sistema electoral brasileño: partidos políticos, Poder Legislativo y gobernabilidad.* **Serie Cuadernos de Capel.** San Jose, Costa Rica: Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH) / Capel, 1995.

FLEISCHER. David. Jefferson DALMORO. Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade. In: KRAUSE, S., SCHMITT, R. (org). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2005.

FREITAS. Andréia, MESQUITA, Lara. Coligações em Eleições Proporcionais: Quem ganha com isso? **Revista LIBERDADE e CIDADANIA – Ano II – nº 7 – jan. / mar. 2010.**

HOFMEISTER, Wilhelm. SANTOS, Gustavo Adolfo Pedrosa Daltro. Os Partidos Políticos na Democracia – Uma introdução para a formação política. **Revista Escola Política nº 02.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2007.

LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas; o processo partidário eleitoral brasileiro.** Rio de Janeiro: Rio Fundo / IUPERJ, 1991.

LESSA, Renato. Presidencialismo com representação proporcional ou de como evitar a escolha trágica entre governabilidade e representação proporcional. In: LIMA JÚNIOR, O. B. de, SOUZA, A, de, LESSA, R. Reforma institucional; sistema de governo e representação política. Rio de Janeiro: IUPERJ, **Agenda de Políticas Públicas, nº 2,** 1992.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Os partidos políticos brasileiros; a experiência federal e regional (1945-1964).** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luiz Felipe. (orgs.). **Coligações partidárias na nova Democracia Brasileira.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2010.

KRAUSE, Silvana. Pedro Paulo Alves GODOI. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006) padrões e tendências. In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luiz Felipe. (orgs.). **Coligações partidárias na nova Democracia Brasileira.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2010.

KRAUSE, Silvana. SCHMITT, Rogério. (orgs.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2005.

MACHADO, Aline. A lógica das coligações no Brasil. In: KRAUSE, S., SCHMITT, R. (org). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2005.

MACHADO, Carlos. **“Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil – 2000 e 2004”**. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Brasília: UnB, 2007.

MARTINS, Adriane Figueirola. **“A e-campanha para Prefeitura de Porto Alegre: as estratégias persuasivas de José Fogaça e Raul Pont no segundo turno em 2004”**. Dissertação de mestrado em Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MIGUEL, Luiz Felipe; MACHADO, Carlos. “Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais” (2000 e 2004). **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 50, nº 4, p. 757-793, 2007.

MIGUEL, Luiz Felipe; MACHADO, Carlos. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luiz Felipe. (orgs.). **Coligações partidárias na nova Democracia Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2010.

MISIARA, Sebastião. Um novo olhar sobre o papel do Legislativo Municipal. In: José Mario Brasilense Carneiro (org). Política local e as eleições de 2008. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, **Cadernos Adenauer, ano IX, nº 2**, 2008.

NICOLAU, Jairo Marconi. Breves comentários sobre as eleições de 1994 e o quadro partidário. **Cadernos de Conjuntura**, Rio de Janeiro, IUPERJ, nº 50, julho 1994.

_____. **Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **Sistemas Eleitorais**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PAIVA, Denise. KRAUSE, Silvana. Institucionalização Partidária e Influência do Partido do Governo Estadual nas Eleições para o Executivo Municipal: o padrão das coligações eleitorais no estado de Goiás. Comunicação apresentada na 2ª Sessão – Representação política e aliança eleitoral do GT nº 08 – Mídia, Opinião Pública e Eleições, **XXIV Encontro Anual da ANPOCS**, 2000.

PEIXO, Vitor de Moraes. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros competição e estratégia. In KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luiz Felipe. (orgs.). **Coligações partidárias na nova Democracia Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2010.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do “G79” (1996-2008). In KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luiz Felipe. (orgs.). **Coligações partidárias na nova Democracia Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Crise e castigo; partidos e gerais na política brasileira**. Rio de Janeiro: IUPERJ / Vértice, 1987.

SILVA, Janaína Ruviano. Imagem partidária no horário gratuito de propaganda eleitoral brasileiro (2004 A 2008). Comunicação apresentada no **X Salão de Iniciativa Científica – PUCRS, 2009**.

SCHMITT, Rogério. CARNEIRO, Leandro Piquet, KUSCHNIR, Karina. Estratégia de campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em eleições proporcionais. **Dados**, volume 42, nº 2. Rio de Janeiro, 1999.

SCHMITT, Rogério. **Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil**. Rio de Janeiro, Tese de doutorado apresentada ao IUPERJ, 1999.

_____. Os estudos sobre aliança e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira. In: KRAUSE, S., SCHMITT, R. (orgs.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2005.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Alianças e coligações eleitorais; notas para uma teoria**. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 1964.

_____. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

TAVARES, José A. Giusti. **Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégias**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Reforma política e retrocesso democrático; agenda para reformas pontuais no sistema eleitoral e partidário brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

SITES CONSULTADOS

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Eleição renova 44% da Câmara Municipal**. Disponível em: http://www2.camarapoa.rs.gov.br/impresao.php?reg=7369&p_secao+56&di=2008-10.... Acesso em: 06 out. 2008.

CLICRBS. **Eleições 2008 - divulgação de resultados**. Disponível em: www.clicrbs.com.br/eleicoes2008/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&capa=1224§ion=Infogr%E1ficos&topo= Acesso em: 13 out. 2009.

_____. **Eleições 2004 - divulgação de resultados**. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/eleicoes2004/jsp/default.jsp?template=1569.dwt&uf=1&local=1&mnit=6§ion=Pesquisas> Acesso em: 13 out. 2008.

D'ÁVILA, Manuela, **[página da candidata na campanha eleitoral]**. Disponível em: www.manuela65.can.br Acesso em: 03 out. 2008.

GENRO, Luciana. **[página da candidata na campanha eleitoral]**. Disponível em: www.lucianagenro50.can.br Acesso em: 03 out. 2008.

MARCHEZAN, Nelson Jr. [**página do candidato na campanha eleitoral**]. Disponível em: <<http://www.marchezan.com.br>>. Acesso em: 03 out. 2008.

NICOLAU, Jairo. Os fatores que influenciam o voto dos eleitores. **Veja.com**, 22 out. 2008. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/blogs/eleicoes-2008/>>. Acesso em: 27 out. 2008.

ONYX, Lorenzoni. [**página do candidato na campanha eleitoral**]. Disponível em: <www.onyx25.can.br> Acesso em: 03 out. 2008.

SENADO FEDERAL. **Da propaganda eleitoral no rádio e na televisão**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/web/codigos/eleitoral/eleit010.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

TRE-RS, GESTORWEB. [**mensagem pessoal**]. Mensagem recebida por <julio_cesar_andrade@yahoo.com.br> em: 03 nov. 2008.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Divulgação dos resultados – segundo turno**. <http://www.tre-rs.gov.br/eleicoes/2008/2turno/RS88013.html>>. Acesso em: 31 out. 2008.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2008 - divulgação de resultados**. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.gov.br/divhtml.htm>> Acesso em: 06 out. 2008.

ANEXO 1 – Cálculo do quociente eleitoral para vereador.

1. Quociente Eleitoral:

Forma de cálculo: número de votos válidos computados na eleição para vereador (nominais e nas legendas) divididos pelo número de vagas, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um se superior (art. 106 do Código Eleitoral).

Exemplos:

a) - votos válidos = 11.455

- número de vagas = 11

b) - votos válidos = 11.458

- número de vagas = 11

1.1. Exemplo a: $11.455/11 = 1.041$, 36 resultando quociente eleitoral igual a 1.041.

1.2. Exemplo b: $11.458/11 = 1.041,63$ resultando quociente eleitoral igual a 1.042.

2. Quociente Partidário:

Forma de cálculo: número de votos válidos (nominais e de legendas) dados a cada partido ou coligação, divididos pelo quociente eleitoral (artigos 107 e 108 do Código Eleitoral).

Tomando-se o exemplo a, em que o número de votos válidos é 11.455, resultando quociente eleitoral de 1.041 votos, e que, por hipótese, o Partido "A" obteve 6.247 votos e a Coligação "B" 4.164 votos, computando-se os nominais e na legenda, o quociente partidário seria:

2.1. Partido "A" = $6.246/1.041 = 6$ (seis) vagas

2.2. Coligação "B" = $4.164/1.041 = 4$ (quatro) vagas

Somadas as vagas distribuídas - 10 (dez) - restaria 1 (uma) vaga a ser preenchida pelo cálculo das sobras.

3. Sobras:

Forma de cálculo: número de votos válidos (nominais e de legenda) dados a um partido ou coligação divididos pelo número de candidatos a que tem direito + 1.

Tomando-se como exemplo a única vaga a ser preenchida pelo cálculo das sobras no exemplo a, bem como a votação supramencionada, a 11ª (décima primeira) vaga pertencerá ao partido ou a coligação que obtiver a maior média.

3.1. Partido "A" = $6.246/(6+1) = 6.246/7 = 892$

3.2. Coligação "B" = $4.164/(4+1) = 4.164/5 = 833$

No exemplo acima, o Partido "A", por ter a maior média de votos, terá a 11ª vaga.

Nota: na eventualidade de existência de mais vagas a serem distribuídas através das sobras, deve-se repetir o mesmo cálculo, para o partido ou coligação que obteve a vaga anterior.

Exemplo: Partido "A" = $6.246/(7+1) = 6.246/8 = 780$

Conforme o exemplo acima, a próxima vaga seria da Coligação "B", uma vez que, refeito o cálculo do Partido "A", a média de votos obtida pela referida agremiação partidária seria inferior à da Coligação.

Fonte: TRE-RS.

ANEXO 2 – Entrevista: candidatos a Prefeitura de Porto Alegre em 2004.



2 | ZERO HORA | PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 23/09/2004



Jornal da Eleição



Entrevista: Jair Soares (PP), candidato à prefeitura de Porto Alegre

“Guarda na esquina é ovo de Colombo”

MOISÉS MENDES

Zero Hora inicia hoje, com Jair Soares, da coligação PP-PV, uma série de entrevistas diárias com os nove candidatos à prefeitura de Porto Alegre. A ordem de publicação das entrevistas, até o dia 1º de outubro, foi definida em sorteio na Redação de ZH, com a presença de assessores de imprensa de candidatos.

Zero Hora – Qual seria sua primeira medida ao assumir a prefeitura?

Jair Soares – Tomar pé da situação financeira. Não temos todos os dados do desempenho do Orçamento do município. Vamos implantar a qualidade total na prefeitura, com valorização do servidor efetivo, e fazer uma revisão tributária. Estamos perdendo muitas empresas, principalmente de prestação de serviços, porque o Imposto sobre Serviços (ISS) é muito elevado. É preciso enxugar a máquina e extinguir cargos em comissão, porque há órgãos superpostos. Temos de reduzir o número de secretarias. E vamos abrir as contas do governo via Internet, como saldos bancários, caixa, empenhos, licitações e dívida ativa. No IPVA, a inadimplência é de 26%, ou R\$ 100 milhões. Mas não pensamos em aumentar tributos. E queremos que a Smov libere em 30 dias todos os inícios de obras.

ZH – O que pode ser feito para melhorar os serviços de saúde?

Jair – Insisto na abertura de todos os postos de saúde 24 horas por dia, com o conhecimento de oito anos como secretário de Saúde do Estado, quatro como ministro da Previdência e quatro como governador. Se tivermos o cartão magnético para atendimento, vamos baixar custos. Com o cartão, recuperaremos a história do paciente e poderemos implantar um modelo baseado na saúde integral. Outro assunto de saúde que acho de gravidade é o da qualidade da água. Nossa água está no limite do grau de potabilidade. A água tem cheiro e gosto, o que tem ocasionado aumento de componentes químicos, como sulfato de cobre e de alumínio, além do cloro. Isso, pelo efeito corrosivo, pode trazer problemas para a rede de distribuição de água. Um projeto viável é a construção de uma estação de captação no Rio Jacuí, que tem menos poluentes.

“**Certamente temos de reduzir o número de secretarias.**”



Jair: “Enquanto não houver mais emprego, vamos conviver com a informalidade, que salvou a Itália”

ZH – O senhor provocou polêmica com o plano de “um guarda municipal em cada esquina”. Isso é possível?

Jair – Foi uma força de expressão. Se colocarmos um guarda numa esquina, com um GPS, que é um aparelho localizador, codificado, ele vai controlar a esquina em que está e mais 11 esquinas. O centro de Porto Alegre seria diferente, teria células divididas em núcleos, com guardas municipais em duplas, mais os núcleos com cinco PMs cada. Isso seria possível por meio de convênio com o governo do Estado. Seriam 40 homens da PM e 36 guardas circulando. Vamos abrir o

transito de todas as ruas e iluminar o Centro.

ZH – Haveria trânsito inclusive no que é hoje o calçadão da Andradás?

Jair – Na Andradás também, de ponta a ponta, e durante todo o dia. Com os veículos, tiramos os meliantes, e a rua pode ser melhor policiada. Circulam cerca de 500 mil pessoas por dia no Centro. Precisariamos de cerca de 4 mil homens. Hoje a Guarda Municipal não tem mil homens e cuida apenas de prédios públicos. A Guarda cuidaria de todas as ocorrências, em colaboração com a BM. Se for um assalto à mão armada, o guarda aperta um botão com um código e avisa a Brigada.

ZH – Essa proposta foi considerada inviável.

Jair – As pessoas criticam sem examinar a viabilidade. Se você ver no papel, é um ovo de Colombo (o candidato rabisca num papel um ma-

pa, com o guarda e as 12 esquinas, ressaltando que leva em conta bairros com quadras simétricas). E precisamos usar a tecnologia do GPS e das câmeras digitais nas ruas, que colocariam as imagens na Internet. Qualquer cidadão pode ver imagens de qualquer lugar.

ZH – Na área de educação, o senhor manteria o modelo de ciclos?

Jair – Defendemos a educação tradicional e o que Anísio Teixeira (educador baiano) preconizou e Leonel Brizola copiou, que é a escola inteligente, integral, com dois turnos, com aprendizado, merenda e almoço, e à tarde, oficinas pedagógicas, recreação, lazer, esporte e orientação sobre cuidados com saúde. E ampliar a computação nas escolas. A escola por ciclos aprova a criança por idade, sem que tenha feito um aprendizado mais adequado.

ZH – Como resolver o problema dos camelôs no Centro?

Jair – Usaremos o diálogo. Enquanto não houver aumento de emprego, vamos conviver com a informalidade, que em certo momento salvou a Itália. É possível fazer uma realocação dos camelôs, mas não há onde colocar 4 mil camelôs no Centro. Poderemos ter camelódromos em vários locais, no cais do porto, nos terminais de ônibus e nos bairros. Mas com a fiscalização de produtos pirataeados, contrabandeados e roubados. Precisamos verificar onde estão os depósitos dos produtos, para saber suas procedências.

ZH – Como tirar as crianças das ruas?

Jair – Vários municípios tiraram crianças das ruas, muitos sem o porte de Porto Alegre. Temos de fazer um levantamento para saber quem são os responsáveis pelas crianças. Quem não tiver responsáveis vai ser encaminhado às escolas-albergues. Essas crianças não podem é ficar nas ruas.

ZH – É possível “humanizar” a convivência de quem anda de carro com quem anda a pé em Porto Alegre?

Jair – Primeiro, com educação para o trânsito, com campanhas institucionais. O motorista tem de respeitar o pedestre quando este põe o pé na faixa de segurança. Mas isso não se muda com multa ou da noite para o dia. Eu mexeria em alguns pardais que estão escondidos. Precisamos de mais lombadas, que são educativas.

O QUE PORTO ALEGRE TEM DE MELHOR?

Jair Soares – O Guaíba é o que Porto Alegre tem de mais belo. O Guaíba nos propicia este pôr-do-sol encantador. Nós temos de virar a cidade para lá.

As entrevistas

Hoje	Amanhã	Sábado	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Jair Soares (PP)	Guilherme Giortano (PCO)	Beto Albuquerque (PSB)	Onyx Lorenzoni (PFL)	Vieira da Cunha (PDT)	Raul Pont (PT)	Vera Guasso (PSTU)	Mendes Ribeiro (PMDB)	José Fogaca (PPS)



2 | ZERO HORA | PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 24/09/2004



Jornal da Eleição



Entrevista: Guilherme Giordano (PCO), candidato à prefeitura de Porto Alegre

“A população deve ter sua milícia”

MOISÉS MENDES

Guilherme Giordano, do PCO, é o segundo entrevistado da série com os nove candidatos à prefeitura de Porto Alegre. A ordem de publicação das entrevistas diárias, até 1º de outubro, foi definida em sorteio na Redação de Zero Hora, com a presença de assessores de imprensa de candidatos.

moises.mendes@zerohora.com.br

Zero Hora – Qual seria primeira medida ao assumir a prefeitura?

Guilherme Giordano – O PCO lançou candidaturas revolucionárias e socialistas em todo o país. A nossa campanha vai além da mera eleição de um representante no Legislativo ou no Executivo. O principal objetivo é elevar a consciência política da classe trabalhadora. O nosso partido é marxista. No Brasil, com a falência dos partidos tradicionais, a classe dominante se vê obrigada a lançar mão do recurso da Frente Popular (aliança de partidos que apoiou a candidatura à Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva), que nós caracterizamos como uma política de colaboração de classes. A política da Frente Popular é o único instrumento que esconde os interesses daqueles que governam o país desde a época da ditadura militar, passando pela Nova República, atravessando os governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

ZH – O que o PCO fará caso chegue à prefeitura?

Giordano – A eleição de um partido operário, revolucionário como o PCO, numa capital como Porto Alegre, vai ser uma importante alavanca para defender as reivindicações mais vitais da classe trabalhadora e impulsionar essa luta em nível nacional. As primeiras medidas que o nosso partido tomaria seriam medidas de cunho do ponto de vista de classe social. Recursos hoje destinados a engordar o bolso das empreiteiras, dos banqueiros e dos grandes capitalistas da cidade seriam destinados à classe trabalhadora e aos setores menos favorecidos da população. Tomaríamos medidas para estatizar a saúde, o transporte coletivo e a educação.

ZH – Tudo seria estatal?

Giordano – Todos os setores essenciais para a vida da classe trabalhadora devem ser de dever do Estado, não podem ser objeto de lucro. Nosso partido não

aceita a camisa-de-força que em todas as eleições municipais a classe dominante tenta impor, que é a tentativa de limitar o debate à legislação municipal reacionária.

ZH – Como ficaria a área de segurança?

Giordano – As polícias civis e militares e o próprio Exército devem ser dissolvidos. A população, através dos organismos de classe, dos conselhos operários e populares, deve decidir sobre sua segurança soberanamente. A população trabalhadora é quem deve constituir sua milícia popular e eleger seus comandos livre e democraticamente.

ZH – Milícias armadas?

Giordano – Toda a população deve ter acesso a armas e a técnicas militares. Hoje, a tendência é cada vez mais criar uma tropa de elite para desarmar a população e enfrentar a situação de crise não com atendimento das reivindicações básicas, mas com repressão.

ZH – O senhor vai manter o ensino por ciclos nas escolas?

Giordano – Fernando Henrique Cardoso deu início a esse método, que nada mais é do que a aprovação automática do aluno. Qual é o conteúdo dessa política? Responder aos organismos que continuam dominando o país, o capital parasitário, financeiro, e reduzir o tempo de permanência do estudante na escola, reduzir custos. É muito cinismo ver gente prometendo que vai resolver o problema da educação com turno integral, quando paga salário miserável ao professor.

ZH – Qual é a solução para os camelôs?

Giordano – O PT, aqui em Porto Alegre e em São Paulo, persegue esses setores que foram jogados na rua da amargura por conta dos planos econômicos. É perseguição para esconder os interesses dos principais lojistas, dos



Giordano: “nosso partido não aceita a camisa-de-força de limitar o debate à legislação municipal”

grandes capitalistas da cidade. Os camelôs devem ser tratados como seres humanos, com total liberdade para trabalhar.

ZH – Mesmo os que vendem produtos pirateados ou contrabandeados?

Giordano – Nosso partido não é um partido policial. Não cabe a nós responder. Quem domina os portos do país? Como esse produto pirateado entra no país? Quem tem o controle de portos e alfândegas? Vão criminalizar quem vende bugiganga por conta de uma política que favorece o banqueiro, que é pirata também? Isso favorece os grandes empresários, que provavelmente devem estar por trás da pirataria.

ZH – Como se resolve o problema da criança de rua?

Giordano – Hoje, não há nenhuma proteção à maternidade. As mulheres trabalhadoras estão vivendo uma situação de subexploração. Nossa proposta seria a constituição de creches estatais, obrigando também as em-

presas a ter creche para que as mulheres possam trabalhar. A proteção às crianças de rua deve ser acompanhada de um programa, mas não o que o PT faz aqui, que não serve nem como paliativo, que é colocar os setores menos favorecidos num abrigo e reprimir.

ZH – É possível humanizar a convivência de quem anda de carro com quem anda a pé em Porto Alegre?

Giordano – Toda essa campanha que existe aí em relação ao trânsito visa, em última instância, a transferir recursos dos impostos dos trabalhadores para as empreiteiras. Estamos vendo a cidade cheia de viadutos, obras faraônicas, perimetrais. A solução é investir no transporte coletivo e estatizar as grandes empresas de transporte. E dar fim às multas repressivas que visam a extorquir principalmente a classe média. Não se vê retorno nenhum. A cidade está alagada. Somos contra os pardais e contra qualquer medida repressiva que em última instância não vise a evitar acidente.

O QUE PORTO ALEGRE TEM DE MELHOR?

Guilherme Giordano – Os setores massacrados da sociedade. A classe operária, a juventude, os negros, as mulheres, aquelas pessoas que comem frio nas vilas, que se solidarizam e mostram para essa classe individualista, mesquinha e burguesa que a única solução, não só para Porto Alegre, mas para o mundo inteiro, é a solução de classe.

As entrevistas

Ontem Jair Soares (PP)	Hoje Guilherme Giordano (PCO)	Sábado Beto Albuquerque (PSB)	Domingo Onyx Lorenzoni (PFL)	Segunda-feira Vieira da Cunha (PDT)	Terça-feira Raul Pont (PT)	Quarta-feira Vera Guasso (PSTU)	Quinta-feira Mendes Ribeiro (PMDB)	Sexta-feira José Fogaça (PPS)
-------------------------------------	--	--	---	--	---	--	---	--

Entrevista: Beto Albuquerque (PSB), candidato à prefeitura de Porto Alegre

“A prefeitura tem muito chefe para pouco índio”

MOISÉS MENDES

Beto Albuquerque, da coligação PSB-PSC, é o terceiro entrevistado da série com os nove candidatos à prefeitura de Porto Alegre. A ordem de publicação das entrevistas diárias, até 1º de outubro, foi definida em sorteio na Redação de Zero Hora, com a presença de assessores de imprensa de candidatos.

moises.mendes@zerohora.com.br

Zero Hora – Qual será a sua primeira medida como prefeito caso seja eleito?

Albuquerque – Organizar a prefeitura para que seja administrada com cinco secretários. Vamos governar mais com servidores públicos do que com cargos em comissão e fundir serviços. Vou eliminar o séquito ao redor de cada secretário, mas não a prestação de serviço. Vou instituir a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças. Vamos ter a Secretaria de Infra-Estrutura e Manutenção Urbana. Elimino o séquito das secretarias de Transportes e de Obras e Viação. Teremos a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental. E mais as secretarias de Saúde, que não pode estar ligada a nenhuma outra, e de Educação, Cultura, Desporto e Lazer. Hoje, são 14 secretários e mais 14 autarquias e fundações. Temos 28 chefes de primeiro escalão.

ZH – Quantas pessoas serão dispensadas?

Albuquerque – Estaremos reduzindo com certeza metade dos CCs (*cargos em comissão*), além das despesas da estrutura em torno de cada secretário. Teremos pelo menos 250 CCs a menos. A prefeitura está burocratizada, tem muito chefe para pouco índio. E vamos criar o tudo fácil municipal, que é a mesa onde estará todo o governo para discutir pequenos e grandes investimentos.

ZH – O senhor tem uma proposta polêmica de entrega de medicamento em casa.

Albuquerque – Precisamos ter alguns postos de saúde abertos 24 horas e a aparelhagem para atender a sociedade, como raio-X, mamografia, unidade



Albuquerque: “No meu governo, o endereço do comércio informal não serão as ruas”

de laboratório, eletrocardiograma. Meu programa prevê a entrega de remédios de uso contínuo para idoso de baixa renda e acima de 70 anos. Há um desperdício no desvio de remédios, que saem do posto de saúde, da central de medicamentos, e não chegam a quem precisa. O cara pega um remédio que vale R\$ 200, pára no boteco da esquina e troca tudo por bebida, cigarro, droga. Remédio é moeda de troca. As equipes do programa Saúde da Família podem entregar os medicamentos. Outra alternativa são os Correios. Em Pernambuco, quando governamos com Miguel Arraes, entregávamos remédio pelo Correio. O Rio faz isso. A prefeitura de Passo Fundo realiza tele-entrega.

O QUE PORTO ALEGRE TEM DE MELHOR?

Albuquerque – Porto Alegre é a síntese do Rio Grande do Sul, tanto na população quanto na geografia e na cultura. Pelo menos 40% de sua população não nasceu aqui. Também me encantam o alto índice de politização e o discernimento cultural.

Gonzaga. Mas não vamos abrir mão da capacidade de atuação de quem comete infração. Inverte esse discurso de que aqui se tem muita multa. Aqui tem muito infrator. Alguns malucos são autuados e depois querem fazer discurso de santo. Vamos aumentar o número de rotatórias, que também são educativas.

ZH – O senhor manterá o sistema de ciclos nas escolas?

Albuquerque – Tenho uma visão crítica, ao considerar a possibilidade de o sistema não educar. Mas também tenho uma posição favorável, porque não exclui o estudante que roda. Na escola tradicional, a criança roda duas vezes e desaparece da escola. O ciclo é uma tentativa de mantê-lo na rede. Vamos discutir o assunto com a comunidade escolar e os servidores. Também estudaremos a questão da escola integral.

ZH – Quais são as críticas que mais o incomodam?

Albuquerque – Dois candidatos lembram que meu partido já integrou a Administração Popular. São Onyx Lorenzoni e Vieira da Cunha. Tenho uma vantagem em relação a eles. Nunca perdi para o PT. Eles já perderam e vão perder de novo. Fogaça já perdeu, Onyx, Vieira, e Mendes Ribeiro perdeu junto com o Brito (*Antônio Brito, candidato do PMDB em 1988*). Eu tenho experiência administrativa. Fogaça e Onyx nunca administraram uma banca de acarajé. O único ato executivo dos dois foi mudar de partido.

“

Há um desperdício no desvio de remédios, que não chegam a quem precisa.

”

ZH – Como se resolve o problema dos camelôs?

Albuquerque – Vamos fazer o chamado shopping popular, na Zona Norte, no Centro e, se necessário, também na Zona Sul. Temos prédios abandonados no Centro. O comércio ilegal e a pirataria serão reprimidos. Comércio informal é uma coisa. Comércio ilegal é outra. No meu governo, o endereço do comércio informal não serão as ruas.

ZH – É possível humanizar a relação entre o carro e o pedestre?

Albuquerque – Com um amplo processo educativo, com a colaboração de entidades como a Fundação Thiago

ZH – O que muda na área de segurança?

Albuquerque – Vamos dialogar com os governos federal e estadual e captar recursos da União. Há hoje um convênio entre a prefeitura e o Estado, em que o município remunera a ação da Brigada em relação a camelôs. Quero ampliar o convênio e assumir o pagamento das horas extras de toda a Brigada. O brigadiano ganhará mais, sem tem de fazer bico. A Brigada paga R\$ 4 a hora, o que é uma vergonha. Vamos pactuar com o Estado uma hora extra razoável. A Guarda Municipal não disputará o poder ostensivo, mas cuidará da criança da escola e dos idosos nas ruas. Não criaremos um exército ou uma brigada municipal. A Brigada é o poder ostensivo. O município vai atuar de forma complementar.

As entrevistas

Quinta-feira Jair Soares (PP)	Ontem Guilherme Giordano (PCC)	Hoje Beto Albuquerque (PSB)	Amanhã Onyx Lorenzoni (PFL)	Segunda-feira Vieira da Cunha (PDT)	Terça-feira Raul Pont (PT)	Quarta-feira Vera Guasso (PSTU)	Quinta-feira Mendes Ribeiro (PMDB)	Sexta-feira José Fogaça (PPS)
--	---	--	--	--	---	--	---	--

Entrevista: Onyx Lorenzoni (PFL), candidato à prefeitura de Porto Alegre

“Sou a verdadeira oposição ao PT”

ROSANE DE OLIVEIRA

Onyx Lorenzoni, da coligação PFL-PSDB, é o quarto entrevistado da série com os nove candidatos à prefeitura de Porto Alegre. A ordem de publicação das entrevistas diárias, até 1º de outubro, foi definida em sorteio na Redação de Zero Hora, com a presença de assessores da imprensa de candidatos.

rosane.oliveira@zerohora.com.br

Zero Hora – O senhor promete reduzir impostos e aumentar serviços. Não é contraditório?

Onyx Lorenzoni – Não é contraditório. No Brasil, praticamente todas as correntes políticas chegam ao poder e aumentam impostos. Chegou o momento de mudar, com modernas ferramentas de gestão, trabalhando por projetos, criando, por exemplo, o Gabinete de Controle do Gasto Público. É possível começar por Porto Alegre um movimento pela redução dos impostos, até porque o impacto do ISS (*Imposto sobre Serviços*) e do IPTU (*Imposto Predial e Territorial Urbano*) é de cerca de 14% ao ano. Quando se reduz impostos, aumenta-se a arrecadação.

ZH – Como tornar viáveis suas propostas para a segurança?

Onyx – A prefeitura tem orçamento mais do que suficiente para fazer a ampliação da Guarda Municipal, que tem um papel preventivo. A Guarda está para a segurança como o agente comunitário de saúde para a prevenção de doenças. Depois que o crime se organiza, é preciso ação policial. O efetivo da Brigada nas ruas é de metade do que Porto Alegre já teve. A prefeitura pode compor com a Brigada e a Polícia Civil uma ação mais efetiva. Se, em quatro anos, chegarmos a 3 mil agentes na Guarda Municipal, somados aos 2 mil brigadianos, mais os 600 policiais civis, em quatro anos teríamos a maior força policial que Porto Alegre já conheceu.

ZH – Significa triplicar o número de guardas.

Onyx – Só os CCs (*cargos em comissão*) da administração direta de Porto Alegre são responsáveis hoje por um gasto de mais de R\$ 18 milhões por ano. A administração esconde seus CCs. A média salarial de cada um é de R\$ 3,5 mil. Para cada um que tu tiras, dá para contratar três guardas municipais. Vou cortar 50% dos CCs. A prefeitura pode gastar, do seu Orçamento, R\$ 20 milhões por ano com segurança.

ZH – É possível tirar das ruas as crianças que pedem esmolas?

Onyx – Primeiro, começamos lá embaixo, com o projeto das creches 12 horas. Porque é de zero a seis anos que a criança desenvolve o prazer de aprender e constitui todas as balizas do que será o futuro indivíduo. Porto Alegre tem 145 mil crianças nessa faixa etária e só atende a 4,5 mil em creches próprias. Somando os convênios, atende a 10%. Estimamos o déficit em 30 mil vagas, somando creche e pré-escola. Para os meninos de rua, temos o projeto de transformar os nove Centros Sociais Urbanos em vilas olímpicas e construir mais algumas. No turno inverso ao da escola, as crianças iriam para esses centros. Não se tira os meninos da rua com o discurso de que é preciso estudar para ser alguém na vida. É preciso oferecer atrativos, como arte, música, pintura e esporte.

ZH – Qual seria sua primeira medida ao assumir a prefeitura?

Onyx – Montar uma nova estrutura administrativa, desburocratizada, com apenas oito secretarias (*hoje são 14*), redução dos níveis hierárquicos e criação de oito polos administrativos regionais. Teremos o Gabinete da Inclusão, a ser comandado pelo vice, Paulo Brum, e o Gabinete de Controle do Gasto Público.

ZH – O que são as lojas do cidadão?

Onyx – É uma experiência que eu conheci em Hagen, na Alemanha. Uma estrutura reúne todos os serviços prestados pela prefeitura, de tal forma que um cidadão do Lami, por exemplo, pode solicitar qualquer serviço na sua região mesmo.

ZH – Como os partidos da coligação são relativamente pequenos, como o senhor montará sua equipe?

“
Para cada cargo em comissão que tu tiras, dá para contratar três guardas municipais.”

Onyx – Depois de 16 anos do PT na administração, Porto Alegre precisa de uma seleção, ou seja, com um Ronaldo em cada secretaria.

ZH – Existem tantos Ronaldinhos?

Onyx – Existem. Além dos partidos, existem pessoas que aceitariam contribuir, com muito conhecimento e qualidade. A ideia é termos o secretário como grande gestor de programas e, depois, os gerentes de projetos, como fazem as empresas. O prefeito fará o que Loureiro da Silva fazia, que era acompanhar o cotidiano da cidade. Quero ser um novo Loureiro da Silva, o prefeito mais empreendedor que tivemos.

ZH – É possível humanizar o trânsito de Porto Alegre?

Onyx – É preciso ter um plano de educação. Temos de treinar os azuleiros para que o foco seja a educação e não a indústria da multa. Como o Cristiano

tavam Buarque (*ex-governador de Brasília e hoje senador pelo PT do Distrito Federal*) fez em Brasília. Em Brasília, se o pedestre levantar o braço numa faixa de segurança, o carro pára. Vamos trocar todos os paradas por lombadas eletrônicas.

ZH – Quem o senhor gostaria de enfrentar no segundo turno?

Onyx – Raul Pont. Primeiro, porque sou a verdadeira oposição, junto com o Paulo Brum. Sonho ser prefeito para mostrar que em quatro anos a gente pode fazer a cidade avançar muito mais do que nos últimos 10 ou 16.

ZH – O senhor manteria o sistema de ciclos nas escolas municipais?

Onyx – Chamaria para a discussão a professora Esther Grossi, o ex-ministro (*da Educação*) Paulo Renato Souza e os educadores que se filiam às duas correntes. Também seriam convocados os professores da rede pública.



Onyx: “Quero ser um novo Loureiro da Silva”

O QUE PORTO ALEGRE TEM DE MELHOR?

Onyx – A localização privilegiada tanto do ponto de vista geográfico como dos acidentes topográficos. Não há nenhuma ação da prefeitura para propiciar o reencontro da população com seu maior patrimônio, que é o Guaíba. Porto Alegre poderia se transformar em referência em muitos esportes náuticos e ser um pólo cinematográfico.

As entrevistas

Quinta-feira Jair Soares (PP)	Sexta-feira Guilherme Jordano (PCO)	Sábado Beto Albuquerque (PSB)	Domingo Onyx Lorenzoni (PFL)	Segunda-feira Vieira da Cunha (PDT)	Terça-feira Raul Pont (PT)	Quarta-feira Vera Guzzo (PSTU)	Quinta-feira Mendes Ribeiro (PMDB)	Sexta-feira José Fogaça (PPS)
-------------------------------------	---	-------------------------------------	------------------------------------	---	----------------------------------	--------------------------------------	--	-------------------------------------

Entrevista: Vieira da Cunha (PDT), candidato à prefeitura de Porto Alegre

“O sistema de ciclos é paternalista e ineficiente”

MOISÉS MENDES

Vieira da Cunha, da coligação Porto Mais Alegre (PDT-PAN), é o quinto entrevistado da série com os nove candidatos à prefeitura de Porto Alegre. A ordem de publicação das entrevistas diárias, até 1º de outubro, foi definida em sorteio na Redação de Zero Hora, com a presença de assessores de imprensa de candidatos.

moises.mendes@zerohora.com.br

Zero Hora – Qual seria sua primeira medida na prefeitura?

Vieira da Cunha – Minha primeira medida será na área da educação. Vamos identificar as escolas que passarão a funcionar em turno integral e licitar a construção de Ciep's. O Ciep é mais do que escola, é um projeto de inclusão social. Nosso projeto é instalar um Ciep em cada uma das comunidades com maiores índices de pobreza. Brizola (Leonel Brizola), quando governador, construiu 6,3 mil escolas. Collares (Alceu Collares), como prefeito de Porto Alegre, criou 17 Ciep's.

“
O trânsito de Porto Alegre desrespeita os pedestres. Os idosos não têm vez.
”

ZH – Quantos Ciep's o senhor criaria?

Vieira – Tenho evitado falar em números, porque a realidade financeira da prefeitura é uma caixa-preta e porque o povo cansou de promessas que não se concretizam.

ZH – Como ficará o sistema de ciclos nas escolas?

Vieira – Será revisado imediatamente. O sistema de ciclos é uma prática paternalista e ineficiente. A escola tem de cumprir o seu objetivo maior que é o de transmitir conhecimento. Adotarmos o sistema de séries, porque as dificuldades do aluno devem ser resolvidas durante o ano letivo. Não queremos a exclusão do aluno com dificuldades, mas esse aluno deve ser mantido pela qualidade do ensino que se oferece.

ZH – Qual é a solução para os camelôs?

Vieira – Precisamos separar o joio do trigo. Há camelôs, que serão tratados com respeito, e testas-de-ferro do crime organizado, que serão tratados como delinquentes. Vamos formar uma



Vieira: “Testas-de-ferro do crime organizado serão tratados como delinquentes”

força tarefa com Polícia Civil, Polícia Federal e Ministério Público para ir à origem e desbaratar as quadrilhas que fazem de muitas dessas bancas seus postos avançados. O camelô, o subempregado que depende da atividade para sustentar a família, será organizado e cadastrado e terá um local específico para trabalhar, que pode ser um shopping popular. Há mais de 2 mil ambulantes no Centro, mas pouco mais de

500 são cadastrados. A prefeitura perdeu o controle da situação.

ZH – O que pode ser melhorado na área da saúde?

Vieira – Providência número um: respeitar os profissionais do setor. Eles não têm o respeito devido por parte da administração municipal. Não há diálogo, há inversão de hierarquias nos postos, há partidização na escolha de

O QUE PORTO ALEGRE TEM DE MELHOR?

Vieira da Cunha – É o fato de ser ao mesmo tempo uma grande cidade e conservar as características de uma pequena cidade. Aqui, os parques, mesmo que estejam descuidados, são o espaço de convívio de seus moradores.

chefias, salários diferentes para trabalho igual. Em segundo lugar, investir na prevenção. É fundamental a participação de Porto Alegre no Programa Saúde da Família. São pouco mais de 60 equipes. Nosso programa prevê duplicar o número de postos 24 horas, que são hoje quatro ou cinco, e estender o terceiro turno de atendimento, até as 22h, a mais 12 postos.

ZH – A Guarda Municipal pode ter novas tarefas?

Vieira – O Senado já aprovou em dois turnos uma emenda constitucional que estende aos guardas municipais a competência pelo policiamento ostensivo de logradouros públicos. O assunto está na Câmara dos Deputados. Mesmo na situação atual, com a competência do Estado, o prefeito pode e deve atuar nessa área. Nosso programa prevê um convênio com o Estado, para que a Guarda e os fiscais de trânsito atuem em colaboração com a Brigada. Um segundo passo será a criação de um centro de inteligência municipal, para identificar e combater focos de criminalidade. Outra medida eficiente são as câmeras de vídeo no Centro e nas principais avenidas.

ZH – É possível humanizar o trânsito de Porto Alegre?

Vieira – Nossas ações vão se basear no princípio da vida em primeiro lugar. O trânsito de Porto Alegre desrespeita os pedestres. Os idosos não têm vez. Chega ao cúmulo de as sinalceiras exigirem que as pessoas atravessem a rua correndo. A política de trânsito será voltada para prevenção, orientação e educação de motoristas e pedestres. Os agentes de fiscalização serão qualificados para que exerçam o papel de orientador, antes de punir. Os pardais que não estiverem em pontos críticos ou estiverem camuflados serão retirados.

ZH – Como se resolve o problema da criança de rua?

Vieira – O Ciep tira a criança da rua e lhe dá ampla assistência, não só educação, mas alimentação e assistência médica e odontológica, recreação, esporte, artes. Também apoiaremos as Aldeias SOS que já existem, e criaremos novas aldeias.

As entrevistas

Quinta-feira Jair Soares (PP)	Sexta-feira Guilherme Giordano (PCO)	Sábado Beto Albuquerque (PSB)	Domingo Onyx Lorenzoni (PFL)	Hoje Vieira da Cunha (PDT)	Terça-feira Raul Pont (PT)	Quarta-feira Vera Guasso (PSTU)	Quinta-feira Mendes Ribeiro (PMDB)	Sexta-feira José Fogaça (PPS)
-------------------------------------	--	-------------------------------------	------------------------------------	----------------------------------	----------------------------------	---------------------------------------	--	-------------------------------------



Entrevista: Raul Pont (PT), candidato à prefeitura de Porto Alegre

“Os ciclos são uma inovação no Brasil”

MOISÉS MENDES e ROSANE DE OLIVEIRA

Raul Pont, candidato do PT à prefeitura de Porto Alegre, é o sexto entrevistado da série com os nove candidatos à prefeitura de Porto Alegre. A ordem de publicação das entrevistas diárias, até 1º de outubro, foi definida em sorteio na Redação de Zero Hora, com a presença de assessores de imprensa de candidatos.

moises.mendes@zerohora.com.br
rosane.oliveira@zerohora.com.br

Zero Hora – Com 16 anos de poder do PT na prefeitura, como evitar o marasmo de quem está por longo período nos cargos?

Raul Pont – É muito difícil que a prefeitura descanse ou se acomode. Quem está fora ou não acompanha não se dá conta de que só mesmo a oposição para fazer essa crítica da burocratização ou do acomodamento. A estrutura da prefeitura mal dá conta de cumprir o orçamento-programa que o Orçamento Participativo estabelece.

ZH – O senhor vai manter ou aumentar o número de funcionários?

Pont – Proporcionalmente, diminuímos o número de pessoas nas atividades-meio do município e aumentamos em três áreas. Na saúde, o número mais do que triplicou. Na educação, duplicou. A assistência social também cresceu muito com convênios. Temos 400 convênios com cerca de 150 entidades. Nas creches, por exemplo, se não fossem as comunitárias, precisaríamos de mais 1,2 mil funcionários. Nas atividades meio, não há crescimento exagerado de funcionários.

ZH – Será preciso reorganizar a máquina para torná-la mais eficiente?

Pont – Não acho que se tenha uma máquina exemplar. Em alguns órgãos, podemos estudar a possibilidade de compatibilizar relações que são muito próximas e diminuir o número de gerências, diretores e secretários. Nunca tivemos maioria na Câmara de Vereadores para mexer no es-

tatuto do funcionalismo e facilitar reformas administrativas. Os mesmos partidos que aprovaram a reforma da Previdência na União e no Estado, aqui em Porto Alegre levaram quatro anos para aprová-la, e com a progressividade das alíquotas de contribuição.

ZH – Como tirar as crianças das ruas?

Pont – Somos tocados diariamente pelo problema do desemprego e da pobreza, que não é só do prefeito. Até anos atrás, não tínhamos nenhuma creche conveniada. Hoje, são 133, e estamos com mais meia dúzia em construção. Mais de 70% das crianças cadastradas no início deste mandato foram atendidas nos núcleos de apoio sócio-familiar ou numa recomposição familiar, com o Bolsa Família. O poder público tem recursos e condições de retirar todas as crianças? Não vou dizer que sim, porque seria ilusório e mentiroso.

ZH – O senhor manterá o sistema de ciclos sem modificações?

Pont – Os ciclos são uma inovação no sistema brasileiro. A rede pública era geradora brutal de evasão e repência. Como crianças que não têm um caderno, um livro e uma revista e o pai é o analfabeto, vão ter o mesmo rendimento escolar de outras que têm pais alfabetizados e empregados e acesso à informação? Por que ninguém fala nos 30% de evasão e 10% de repência do sistema de séries da rede estadual? O ciclo respeita a particularidade de cada criança no processo de cresci-



Pont: “Seria uma irracionalidade econômica abrir todos os postos de saúde por 24 horas”

mento e de aprendizado. Há avaliação individualizada.

ZH – Que crítica da oposição mais lhe incomoda?

Pont – Me incomoda a hipocrisia dos que dizem coisas que não fazem ou não fizeram quando foram governo. Ouvi Mendes Ribeiro dizer que é a favor do Orçamento Participativo, e Fogaça diz que o OP fica porque é bom. O PPS, o PTB e o PMDB liquidaram o OP na Assembleia no ano passado. Votaram contra. Me mostrem um governo municipal do PMDB, do PTB ou do PPS que tenha Orçamento Participativo.

O QUE PORTO ALEGRE TEM DE MELHOR?

Pont – Sem bairismo ou arrogância, Porto Alegre tem um espírito republicano acima da média brasileira. Porto Alegre é solidária e tem um espírito crítico, briguento, que reclama e exerce sua cidadania.

ZH – Como se humaniza a relação dos carros com os pedestres?

Pont – O processo de educação é prejudicado pelas campanhas de desmoralização da fiscalização. O prestígio dado à campanha do deputado Fernando Záchia, que combatia os pardais, fez com que dessem tinos em instrumentos de medição de velocidade. Criou-se um clima de que o azulzinho é uma fábrica de multas. Se não houver uma política de respeito às leis, com constrangimen-

to do infrator, não adianta pintar a faixa de segurança.

ZH – É possível abrir todos os postos de saúde por 24 horas?

Pont – Seria uma irracionalidade econômica. O Hospital de Pronto Socorro, que vira 24 horas e tem especialidades de traumatologia, coração, queimados e outras, custa um terço dos gastos com receita própria do município. O correto é ter uma rede distribuída estrategicamente (com cinco postos 24 horas), além dos hospitais. E há 16 ambulâncias do Samu em plantão permanente.

ZH – Por que a consulta especializada tem tanta demora?

Pont – Temos um atendimento muito superior à demanda de Porto Alegre, porque atendemos à Região Metropolitana e ao Interior. O SUS nos dá 170 mil consultas por mês. Mas por que Novo Hamburgo, que tem arrecadação de ICMS e renda per capita superior às de Porto Alegre, não municipalizou a saúde? Em Canoas, o prefeito Marcos Ronchetti (PSDB) inaugurou a obra física do hospital. Não sei quando vai abrir. Fazer a obra é uma barbada. O problema é manter postos e hospitais.

As entrevistas

Quinta-feira Jair Soares (PP)	Sexta-feira Guilherme Giordano (PCO)	Sábado Beto Albuquerque (PSB)	Domingo Onyx Lorenzoni (PFL)	Segunda-feira Vieira da Cunha (PDT)	Hoje Raul Pont (PT)	Quarta-feira Vera Guasso (PSTU)	Quinta-feira Mendes Ribeiro (PMDB)	Sexta-feira José Fogaça (PPS)
-------------------------------------	--	-------------------------------------	------------------------------------	---	---------------------------	---------------------------------------	--	-------------------------------------

Entrevista: Vera Guasso (PSTU), candidata à prefeitura de Porto Alegre

“O PT privatizou os postos de saúde”

MOISÉS MENDES

Vera Guasso, do PSTU, é a sétima entrevistada da série com as nove candidatas à prefeitura de Porto Alegre. A ordem de publicação das entrevistas diárias, até 1º de outubro, foi definida em sorteio na Redação de Zero Hora, com a presença de assessores de imprensa de candidatas.

moises.mendes@zerohora.com.br

Zero Hora – Qual seria sua primeira medida ao assumir a prefeitura?

Vera Guasso – Um plano de obras públicas, com a construção de casas populares, de creches e de postos de saúde para a criação de milhares de empregos. Ao mesmo tempo, a organização da população para lutar contra o modelo econômico do país, que não gera desenvolvimento em benefício da maioria do povo.

ZH – O que a senhora faria na área da saúde?

Vera – É preciso interromper a privatização dos postos. A administração do PT está privatizando os postos de saúde, que são entregues a grandes hospitais. Temos no mínimo cinco postos que tiveram o gerenciamento entregue a hospitais. Isso é privatização da saúde pública, que é um direito da população e um dever do Estado. Não pode haver iniciativa privada nesse setor. É vamos ampliar os serviços para que as pessoas não esperem até seis meses por consulta especializada. Tem também a questão dos remédios. O PT cortou a verba para remédios.

ZH – A Guarda Municipal pode ter novas funções?

Vera – Somos o único partido que diz que o problema da violência tem muito a ver com a questão social e o desemprego de mais de 120 mil pessoas em Porto Alegre. Somos pela dissolução do aparato policial que está aí.

ZH – Brigada e Polícia Civil seriam



Vera: “Os pardais serão mantidos apenas em locais de risco para a população”

extintas?

Vera – Exatamente. Essa forma de polícia protege muito mais a grande propriedade do que a população. A população carente, mais pobre, não tem garantia de segurança. Defendemos a criação de novos órgãos de segurança controlados pelas populações a partir dos conselhos populares. Uma polícia unificada controlada pela população nos conselhos populares. A Guarda Municipal tem a tarefa de garantir o patrimônio público. Não precisa estar no policiamento.

ZH – Como se resolve o problema dos camelôs?

Vera – Os camelôs são fruto da crise econômica. Eles precisam de liberdade para trabalhar. A solução seria o emprego formal, porque nenhum camelô quer trabalhar sob 40°C ou com chuva. Precisamos garantir e organizar o trabalho deles, discutindo soluções democraticamente.

ZH – E a venda de produtos piratas e contrabandeados?

Vera – A pergunta que fica sempre é: quem controla o contrabando? Com certeza não são os camelôs. O controle do contrabando tem de ser feito pela Polícia Federal e por quem controla os portos. Não é a prefeitura que vai controlar o contrabando. Somos favoráveis ao direito autoral, mas não ao poder dessas grandes empresas de música. Muitos músicos, como Lobão, debatem o que acontece nessa área e buscam saídas gravando seus próprios CDs.

ZH – O sistema de ciclos nas escolas será alterado?

Vera – Nossa proposta prevê uma profunda revisão dos ciclos. O que importa é que estamos preocupados com os problemas de evasão e da repetência. Vamos revisar, avaliar e corrigir, e quem pode fazer isso são os educadores e os pais. Na verdade, os ciclos são um somatório de várias opiniões. Não podemos dizer que vamos acabar, mas reavaliar com os pais e os educadores.

ZH – Há como tirar as crianças das ruas?

Vera – Com certeza. Combate-se esse problema com políticas públicas. A prefeitura deve garantir creches e pré-escola para que as famílias não precisem deixar suas crianças na rua. Não há uma política pública para o conjunto, a família e a criança. Por isso vemos cada vez mais crianças nas ruas. A miséria, a prostituição infantil e o desemprego são resultantes da crise social. Uma medida mais urgente é dar abrigo e pré-escola a essas crianças. Na eleição anterior, um candidato a prefeito que agora é ministro (*Vera se refere a Tarso Genro, ministro da Educação*) disse que ia tirar as crianças da rua e isso não foi feito.

ZH – Como se humaniza a relação do carro com o pedestre?

Vera – Em primeiro lugar, a fiscalização não pode ter fim arrecadatório. Os pardais serão mantidos apenas em locais de risco para a população. O mais importante é ter transporte coletivo barato, e para isso é preciso estatizar progressivamente o transporte. Enquanto estiver na mão do empresário privado, o transporte coletivo vai continuar caro.

“
A polícia protege mais a grande propriedade do que a população.
”

As entrevistas

Quinta-feira Jair Soares (PP)	Sexta-feira Guilherme Giordano (PCO)	Sábado Beto Albuquerque (PSB)	Domingo Onyx Lorenzoni (PFL)	Segunda-feira Vieira da Cunha (PDT)	Terça-feira Raul Pont (PT)	Hoje Vera Guasso (PSTU)	Quinta-feira Mendes Ribeiro (PMDB)	Sexta-feira José Fogaça (PPS)
-------------------------------------	--	-------------------------------------	------------------------------------	---	----------------------------------	-------------------------------	--	-------------------------------------

Entrevista: Mendes Ribeiro (PMDB), candidato à prefeitura de Porto Alegre

“Porto Alegre está com medo”

MOISÉS MENDES

Mendes Ribeiro (PMDB) é o oitavo entrevistado da série com os nove candidatos à prefeitura de Porto Alegre. A ordem de publicação das entrevistas diárias, até amanhã, foi definida em sorteio realizado na Redação de Zero Hora, com a presença de assessores de imprensa de candidatos.

moises.mendes@zerohora.com.br

Zero Hora – Qual seria sua primeira medida ao assumir a prefeitura?

Mendes Ribeiro – Vou trabalhar com o Orçamento que será votado pelo governo atual. Farei uma administração com diálogo e entendimento. Teremos também o Fórum Social Mundial, em janeiro. Precisamos manter as estruturas para que a cidade continue funcionando normalmente. É o ato que considero mais importante.

ZH – O que acha da acusação do candidato do PT, Raul Pont, segundo a qual o senhor sempre combateu o Orçamento Participativo e agora o defende?

Mendes – Pont quer fazer o medo vencer a esperança, e a esperança, segundo o próprio PT, sempre venceu o medo. Prefiro chamar o OP de Participação Popular, uma forma mais avançada que a do próprio PT. O PT tem regiões de discussão do OP. Eu terei bairros que discutirão o seu Orçamento. Farei a gestão colegiada.

ZH – A Guarda Municipal teria novas atribuições?

Mendes – Porto Alegre está com medo, e o prefeito tem de sentir esse medo, tem de agir para vencer esse medo. A prefeitura tem de fortalecer as parcerias com o Estado, fornecendo equipamento e recebendo a contrapartida do aumento do efetivo policial. A Guarda Municipal será incrementada em mais mil homens, aproveitando preferencialmente os ex-políciais da Brigada. Criaremos um conselho



Mendes: “Terei de construir muita casa para terminar com o déficit habitacional”

de segurança em cada bairro. O bairro sabe onde está a droga, onde está o perigo permanente. Faremos convênios com a Polícia Civil, para que estagiários assumam funções administrativas e o policial possa fazer o seu trabalho de rua. Vou investir na colocação de câmeras nas ruas em parceria com o governo.

ZH – O senhor acha possível manter os postos de saúde abertos por 24 horas?

Mendes – Não. O que precisamos é aumentar o número de postos 24 horas e impulsionar

o programa Saúde da Família. Porto Alegre não investiu no programa. E não podemos admitir situações em que as pessoas esperam até um ano por uma consulta.

ZH – Qual sua posição sobre o sistema de ciclos nas escolas?

Mendes – Vamos introduzir a lei da gestão democrática, que dará autonomia administrativa, financeira e pedagógica a cada comunidade escolar. As que optarem pelo ciclo receberão da prefeitura a infra-estrutura adequada, o

O QUE PORTO ALEGRE TEM DE MELHOR?

Mendes – Porto Alegre tem esse caldeamento bendito de raças, essas culturas diferenciadas. Tem sua capacidade empreendedora. Tem a sua arborização. E nos dá o privilégio de ver o pôr-do-sol no Guaíba.

mesmo acontecendo com as que escolherem outra forma pedagógica. Acho que o ciclo é uma boa ideia mal gerenciada. Não podemos transformar as nossas escolas em escolas de tempo integral porque faltam salas de aula. Mas vamos dar início ao processo, construindo cinco escolas de ofício regionais de tempo integral, para a qualificação profissional.

ZH – O senhor tem simpatia pelo sistema de ciclos?

Mendes – Não tenho simpatia, mas também não tenho ojeriza, não faço uma crítica destrutiva. Temos questões fundamentais para discutir em Porto Alegre, mas há 16 anos estamos numa discussão superficial. Precisamos debater um projeto para a cidade. A qualidade do serviço público está decaindo por falta de um projeto que modifique a forma de governar.

ZH – Como resolver o problema dos camelôs?

Mendes – Vamos construir camelódromos, com espaços fechados ou abertos, ainda não tenho clareza. Mas seriam no Centro e se transformariam em centros turísticos. O camelô será o médio empresário de amanhã. Vi em várias cidades do mundo e em cidades brasileiras que esse problema foi facilmente equacionado. Foi assim em Florianópolis e em Brasília.

ZH – Como tirar as crianças das ruas?

Mendes – Investindo na educação infantil, investindo na família, no núcleo familiar, propiciando a recuperação da família. O PT construiu, em 16 anos, 11 mil casas. Temos um déficit de 70 mil. Terei de construir muita casa para terminar com esse déficit habitacional. Precisamos recuperar as pessoas com habitação, apoio familiar, educação infantil e a Hospedaria da Esperança.

ZH – É possível humanizar a relação do trânsito com o pedestre?

Mendes – Precisamos educar, mas sem transformar os azuleiros em adversários da população, como fez o PT. O azuleiro tem de educar e orientar. Todos os pardais serão substituídos por lombadas eletrônicas, gradativamente.

“
Todos os pardais serão substituídos por lombadas eletrônicas.
”

As entrevistas

Quinta-feira Jair Soares (PP)	Sexta-feira Guilherme Giordano (PCO)	Sábado Beto Albuquerque (PSB)	Domingo Onyx Lorenzoni (PFL)	Segunda-feira Vieira da Cunha (PDT)	Terça-feira Raul Pont (PT)	Quarta-feira Vera Guasso (PSTU)	Hoje Mendes Ribeiro (PMDB)	Sexta-feira José Fogaça (PPS)
-------------------------------------	--	-------------------------------------	------------------------------------	---	----------------------------------	---------------------------------------	----------------------------------	-------------------------------------

Entrevista: José Fogaça (PPS),
 candidato à prefeitura de Porto Alegre

“Vou tornar a EPTC independente das multas”

MOISÉS MENDES • ROSANE DE OLIVEIRA

José Fogaça (PPS) é o último entrevistado da série com os nove candidatos à prefeitura de Porto Alegre.

moises.mendes@zerohora.com.br e rosane.oliveira@zerohora.com.br

Zero Hora – O senhor fala em manter o que está bom e mudar o que está ruim. Esse é um discurso de oposição?

José Fogaça – Não somos governistas, queremos mudar o governo. Deve se encerrar aqui o ciclo do PT.

ZH – Em que áreas o senhor considera as mudanças mais necessárias?

Fogaça – É preciso mudar a política de saúde. O PT sempre rejeitou a municipalização e levou quase 10 anos para implantá-la. Não tem uma visão de integração e, assim, não cria uma administração eficiente. A postura tem de ser de diálogo. Os profissionais de saúde são parceiros e têm características e exigências especiais. Não há contratação de especialistas há 10 anos.

ZH – Falta funcionários em outras áreas?

Fogaça – Na educação, ocorre o contrário. Temos profissionais capacitados. O problema é uma orientação equivocada em relação ao sistema pedagógico. Vamos debater com os professores uma forma de alterar o modelo. Não pode haver o mesmo sistema de avaliação tradicional, por série, mas pode haver uma referência curricular mínima.

ZH – Qual seria sua primeira medida para mostrar que houve uma ruptura em relação ao PT?

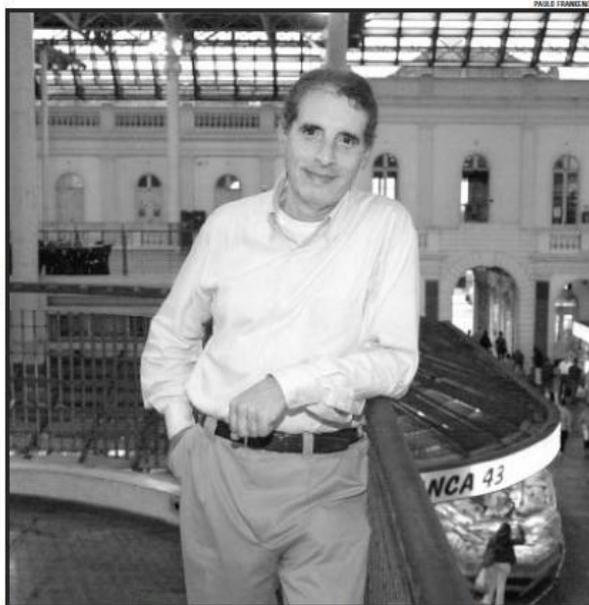
Fogaça – Hoje a máquina pública funciona a partir de um superquadro de relações de trabalho terceirizadas. A terceirização gera um volume de gastos mais ou menos correspondente aos gastos com os servidores ativos. Não sou contra as terceirizações. O PT é que era contra, e agora eu encontro um manancial de contratações terceirizadas. Preciso entender a razão disso e conhecer essas relações.

ZH – Como tirar as crianças das ruas?

Fogaça – Dá para tirar as crianças das ruas. É preciso, porém, dividir essa responsabilidade com a sociedade. Para isso, é preciso aceitar que existe uma etapa na qual a criança terá de sair do controle da prefeitura. O sistema de abrigo tem de ser dividido com fundações, entidades sociais privadas. Há ainda a fase do acompanhamento. A criança deve ser levada para sua família. Em caso de violência em casa, a criança tem de ser levada do abrigo para um parente, família substituída ou casa-lar. A prefeitura hoje não tem esse acompanhamento. O conselheiro virou um operador do sistema de abrigo, quando é o grande acompanhador. É preciso uma secretaria executiva no conselho, com uma equipe multidisciplinar de apoio. Sem acompanhamento, a criança volta para as ruas.

ZH – Até que ponto, com o Orçamento da prefeitura, dá para fazer alguma coisa na área da segurança?

Fogaça – O Fundo Nacional de Segurança Pública existe desde 1997. Este ano deve haver cerca de R\$ 500 milhões disponíveis, e apenas 60 cidades pegaram recursos. Isso é falta de projeto. O PT não aumenta o contingente policial por uma opção ideológica. Eles não ampliam o papel da polícia. A Guarda Municipal tem 590 membros, mas exerce apenas uma função patrimonial. Cabe também à Guarda a vigilância sobre praças e vias públicas. A Guarda tem o poder de polícia ad-



Fogaça: “posso dizer que o primeiro prefeito a introduzir o OP no Estado foi Bernardo de Souza (PPS)”

“
 Deve se encerrar aqui o ciclo do PT.”

O QUE PORTO ALEGRE TEM DE MELHOR?

José Fogaça – Todas as vezes que falei da cidade em poesia, só falei das pessoas. Não há uma referência a monumentos físicos de Porto Alegre. Nem ao Guaíba. Só há referência às pessoas, ao jeito que elas são. Essa resposta eu dei 15 anos atrás.

ZH – É possível humanizar a relação do trânsito com o pedestre?

Fogaça – É preciso um período que combine programa de educação com um certo nível de repressão. O que se vê é a total ausência de programas. Parece que há um desejo de manter os padrões de comportamento, geradores de renda e multas. Vou ter de realizar uma operação terrível que é a de tornar a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) independente das multas. A EPTC tem de sobreviver das multas numa faixa de 25% e não de 80%. A cidade não pode ter um órgão disciplinador do trânsito que é mantido por multas.

ZH – O PT acusa o PPS de estar prometendo manter o Orçamento Participativo sem tê-lo implementado em algum lugar. O PPS adota esse modelo em algum lugar?

Fogaça – Não saberia dizer. Mas posso dizer que o primeiro prefeito a introduzir o OP no Estado é do PPS, Bernardo de Souza (*ex-prefeito de Pelotas*). Temos a autoria disso. Mas mesmo se não fosse assim, eu quero fazer o OP. Em 1985, no programa da chapa Carrion e Fogaça, o primeiro compromisso era democracia participativa. Minha visão de mundo é essa.

ministrativa e tem de ter um caráter complementar e comunitário.

ZH – Como resolver o problema dos camelôs?

Fogaça – A palavra é diálogo. Primeiro, é preciso encontrar alternativas de trabalho viáveis para os camelôs. Depois, é preciso instituir os shoppings populares e aí sim passar para uma política de retirada dos camelôs das áreas proibidas. Isso já aconteceu em Belo Horizonte.

ZH – Qual é o melhor oponente num possível segundo turno?

Fogaça – Só quero enfrentar um. Quero mudar Porto Alegre.

ZH – O PT acusa o PPS de estar prometendo manter o Orçamento Participativo sem tê-lo implementado em algum lugar. O PPS adota esse modelo em algum lugar?

Fogaça – Não saberia dizer. Mas posso dizer que o primeiro prefeito a introduzir o OP no Estado é do PPS, Bernardo de Souza (*ex-prefeito de Pelotas*). Temos a autoria disso. Mas mesmo se não fosse assim, eu quero fazer o OP. Em 1985, no programa da chapa Carrion e Fogaça, o primeiro compromisso era democracia participativa. Minha visão de mundo é essa.

AS ENTREVISTAS (ordem de publicação definida em sorteio realizado na Redação de Zero Hora, com a presença de assessores de imprensa de candidatos)

Quinta-feira Jair Soares (PP)	Sexta-feira Guilherme Giordano (PCO)	Sábado Beto Albuquerque (PSB)	Domingo Onyx Lorenzoni (FFL)	Segunda-feira Vieira da Cunha (PDT)	Terça-feira Raul Pont (PT)	Quarta-feira Vera Guasso (PSTU)	Quinta-feira Mendes Ribeiro (PMDB)	Hoje José Fogaça (PPS)
-------------------------------------	--	-------------------------------------	------------------------------------	---	----------------------------------	---------------------------------------	--	------------------------------

Leia a íntegra das entrevistas em zh.clicrbs.com.br

ANEXO 3 – Entrevista: candidatos a Prefeitura de Porto Alegre em 2004 no 2º turno.

6 PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 01/10/2004

ZERO HORA
POLÍTICA

Editor: Luiz Antônio Araujo • lanraujo@zerohora.com.br • 5218-4580
Coordenadora de Produção: Dione Kuhn • dione.kuhn@zerohora.com.br • 5218-4505



Colombo
www.colombo.com.br



Municípios 2004

**Entrevista: José Fogaça (PPS),
candidato a prefeito de Porto Alegre**



Panambra
www.panambra.com.br

“Não haverá privatização no meu governo”

Em entrevista ao programa Polêmica, da Rádio Gaúcha, o candidato a prefeito da Capital José Fogaça (PPS) explicou ontem como pretende estimular a economia se for eleito.

Além do desenvolvimento econômico, tema que se sobressaiu entre as 27 perguntas enviadas por ouvintes e feitas pelo apresentador Lauro Quadros, Fogaça falou sobre assuntos como educação, saúde e transporte. Hoje, a partir das 9h30min, será a vez de Raul Pont (PT).

Acompanhado por um assessor, Fogaça falou olhando sempre diretamente para o apresentador do programa, gesticulou bastante e aproveitou os intervalos comerciais para ler e fazer anotações.



fotos: José Araújo

Sabatina: Lauro (E) fez a Fogaça (D) as perguntas encaminhadas por ouvintes

Quais as alternativas para melhorar a economia do município?

Porto Alegre é a 310ª cidade em renda per capita só no Rio Grande do Sul. As outras cidades crescem 2,9% ao ano, enquanto Porto Alegre cresce 1,5%. É preciso atrair empresas e estimular pequenos negócios, por isso criaremos uma agência de desenvolvimento, a partir de parcerias. Vamos criar política tributária para atrair empresas de alta tecnologia, do setor de logística, que estimule a construção civil e o turismo de eventos.

O que o senhor pretende fazer com os camelôs no Centro?

Em primeiro lugar, diálogo. Em momento nenhum vou permitir o uso da força, o uso da repressão contra os camelôs se não houver para eles uma alternativa. O modelo adotado em Belo Horizonte me parece mais adequado para Porto Alegre. Lá foram criados os shoppings populares. Prédios em área de intensa circulação de pessoas onde se instalam boxes dos pequenos empresários.

Como será implantado o turno integral se as escolas já estão ocupadas nos dois turnos? Será implementado o calendário rotativo?

Não haverá calendário rotativo. Vamos implantar a educação integral em áreas restritas, onde se localizam os maiores bolsões de miséria. E ali que os Ciepês têm uma eficiência social. Algumas escolas poderão ser transformadas em integrais. Em outros casos, poderemos construí-las.

O que o senhor irá fazer pela saúde?

A saúde está mal, temos de mudar a gestão e a lógica do atendimento. No posto, a pessoa encontra atendimento burocrático e é encaminhada para uma fila de computador. Vamos criar centros de especialidade e ampliar convênios com hospitais. Há muitos anos a prefeitura não contrata especialistas.

O senhor adotará a passagem integrada?

Sim. Um dos compromissos que o PFL coloca como pressuposto para o

Qual será sua política em relação aos azuleiros?

Eles têm hoje papel punitivo. Queremos transformar os azuleiros em grande instrumento dos programas de caráter educacional do município. O que mais me preocupa é garantir que a EPTC não dependa de multas para se manter. Hoje, 80% das necessida-

Qual será sua política em relação aos azuleiros?

des financeiras são garantidas pelas multas. Se ela precisa da multa, precisa também da cidade que descumpra leis de trânsito. Se cria uma contradição.

O senhor irá baixar impostos?

Não vou aumentar impostos. Mas não posso dizer que vou baixar impostos de maneira linear. Isso é irresponsabilidade, temos de respeitar o Orçamento. Vamos fazer política tributária voltada para o crescimento. Em áreas econômicas ou físicas vamos usar política tributária, como o 4º Distrito. Ah, por exemplo, precisamos promover estímulo tributário por meio de redução do IPTU e parcelamento do ITBI.

Quais seus planos para o funcionalismo? Vai restituir bimestralidade e progresso?

Vamos valorizar o funcionário, principalmente o de carreira. Tenho notícia de funcionários que foram marginalizados por questão político-ideológica. Vai haver de novo valorização da qualidade técnica. A bimestralidade está na lei, vou cumprir a lei. A lei da bimestralidade e a da responsabilidade fiscal.

Qual sua posição com relação às privatizações?

Não vejo nenhuma possibilidade de haver privatização em Porto Alegre. É um tema que está fora de lugar. É um tema anacrônico, superado. Trazer à baila a questão da privatização é um instrumentalismo eleitoral. Não haverá privatização de empresas estatais no meu governo. Esse é um compromisso inclusive que assumi com o PDT. Essa questão é meramente um jogo de cena montado por adversários políticos para promover confusão política.

“ Não vou aumentar impostos. Mas não posso dizer que vou baixar impostos de maneira linear. Isso é irresponsabilidade. ”



A vez de Pont

O candidato Raul Pont (PT) participa do Polêmica, da Rádio Gaúcha, hoje.

A ordem de realização das entrevistas foi sorteada na segunda-feira na sede da emissora, com a presença de assessores dos candidatos.

Horário: 9h30min às 11h

Os ouvintes podem enviar perguntas pelo telefone (51) 3299-2831 (a partir das 9h30min) e pelo e-mail polemica@rdgaucha.com.br sobre os seguintes temas:

■ Assistência social	■ Infra-estrutura
■ Centro da cidade	■ Receitas e impostos
■ Educação	■ Saúde
■ Habitação	■ Segurança
	■ Transporte

Semana das Crianças



VIDEOGAME
MEGA DRIVE III
60 jogos.

A partir de R\$ 349,00

34,90

JUNHO ZERO

Concorra a 4 caminhões e 450 DVDs.
R\$100,00 em compras = 1 cupom



lojas Colombo
O lado bom da vida.

Até 31/10/04, concorrerá em todas as lojas Colombo. Para participar, basta comprar qualquer produto de vídeo game ou DVD no valor de R\$ 100,00. O cupom será gerado automaticamente no momento da compra. O prazo de validade do cupom é de 30 dias. Não é possível a utilização do cupom em compras de produtos de vídeo game ou DVD. Não é possível a utilização do cupom em compras de produtos de vídeo game ou DVD. Não é possível a utilização do cupom em compras de produtos de vídeo game ou DVD.



Entrevista: Raul Pont (PT),
candidato a prefeito de Porto Alegre



“Vamos implantar a passagem integrada”

O trânsito e o transporte público na Capital foram os principais temas abordados pelo candidato a prefeito Raul Pont (PT) no programa Polêmica, da Rádio Gaúcha, ontem pela manhã.

Pont prometeu implantar a tarifa integrada de ônibus. Um dia antes, o programa havia recebido José Fogaça (PPS). A ordem das entrevistas foi definida por sorteio.

Pont respondeu a 25 questões de ouvintes e do apresentador Lauro Quadros durante uma hora e meia. O número de questões foi decorrente do tempo de cada resposta, que não foi determinado.

Acompanhado por uma assessora dentro do estúdio, o petista manteve-se atento a um relógio de pulso colocado sobre a mesa para indicar o tempo de cada resposta.

As entrevistas

Ouça as integrações das entrevistas com José Fogaça (PPS) e Raul Pont (PT) no Polêmica em zh.elforbis.com.br

- Resultado completo em todos os municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e nas capitais brasileiras com número total de votos de todos os candidatos a prefeito e vereador
- Gráficos de evolução dos partidos em relação a 2000
- Nova composição das Câmaras gaúchas por partido, sexo, idade e grau de instrução
- Perfil dos prefeitos eleitos no Rio Grande do Sul conforme sexo, idade e instrução



Qual a diferença do segundo turno em relação ao primeiro?

Os partidos que apoiam Rigotto (governador Germano Rigotto) apresentaram grande número de candidaturas e dividiram taréfas. Enquanto uns batiam na prefeitura, o adversário no segundo turno passou em brancas nuvens, assumiu postura de bomocismo, de que é a favor das coisas boas e contra as ruins, uma postura de conselheiro Acácio. Agora, o adversário assume sua verdadeira face, que é a da unidade desse campo.



O que pretende fazer com relação ao Centro, aos camelôs e à segurança na região?

A transformação passa por apostar no Centro como área de vivência e moradia. Com o governo federal, recuperamos e entregamos dois prédios para moradia. Temos 10 prédios no Programa Monumenta, inclusive do governo do Estado. Nunca demos novos alvarás para camelôs na prefeitura. Estamos negociando com empresários para pôr irregulares em prédios, uma espécie de centro de venda popular.



O que pretende fazer com relação a quem aguarda mais de um ano por uma consulta?

Me surpreendo quando ouço dizerem que não contratamos ninguém. Tínhamos 1,5 mil funcionários e hoje temos 5,5 mil. Algumas áreas têm problemas porque as consultas pelo SUS, mais de 2 milhões por ano, em grande parte ficam à disposição de hospitais e médicos conveniados. O problema é o limite do sistema. Temos de convencer o SUS a aumentá-lo.



Teste: durante uma hora e meia, Lauro (E) fez perguntas de ouvintes a Pont (D)



Como acabar com os alojamentos?

No início do nosso governo, tínhamos mais de 400 pontos de alojamento na cidade. Hoje, cerca de 300 foram resolvidos. Alguém se lembra de como era na região da Avenida Polônia? Ali foi resolvido o problema, com uma das obras mais caras da minha gestão. Na Goethe, a obra já foi licitada.



O metrô será implantado na Capital?

O metrô é uma necessidade. O caminho adotado há pouco tempo é o correto. Um escritório unifica a Trensurb, a Metroplan e a EPTC trabalhando no projeto, ligando o projeto

com o sistema já existente para integrá-lo. O mais complicado é qual órgão vai buscar o financiamento principal. Município e Estado não têm condições de buscar financiamento externo nesse volume.

Qual o plano para a escola de crianças de zero a seis anos, quando as mães trabalham?

Um dos nossos programas mais exitosos foi o Creches Comunitárias. A comunidade se organiza e a prefeitura repassa recursos para garantir atendimento às crianças o dia inteiro. Hoje, são 133 convênios, e novas creches estão em construção. Um dos maiores compromissos é que, em curtíssimo prazo, passemos para 150, 160 creches.



Como ficará o papel da EPTC?

Temos de acabar com a ideia de que azulzinho vive de multa. Temos de respeitar as regras. Se a EPTC tem problemas como empresa, vamos resolver isso, vamos discutir. Pode voltar a ser autarquia. Fizemos a EPTC assim porque era modelo assumido nas grandes cidades, não há problema em revisar. Mas não aceitamos vincular isso com as infrações. É bobagem, demagogia.



Qual sua posição a respeito da tarifa integrada para ônibus?

Estamos implantando esse sistema, mas não é algo que depende só da cabeça do prefeito. Se faz com a ligação de perimetrais com radiais, com a construção de terminais e corredores preparados para receber esses ônibus. Falta que os empresários compreem os equipamentos, mas já negociamos que não haverá demissões. Os cobradores serão uma espécie de comissário de bordo. No meu governo, vamos implantar a passagem integrada definitivamente.



A bimestralidade dos servidores vai voltar se o senhor for eleito?

Somos os maiores defensores da bimestralidade. Uma das coisas de que mais me orgulho foi garanti-la como prefeito e vice. A política de renúncia fiscal do Estado também reduziu os repasses do ICMS para o município. Mas quem garantiu a bimestralidade por 14 anos tem direito a um crédito. O sindicato entrou na Justiça e perdeu. Essa será uma das primeiras coisas que farei em janeiro: reunir a categoria para discutir a reconstrução da bimestralidade.

“ Se a EPTC tem problema como empresa, vamos resolver isso, vamos discutir. Pode voltar a ser autarquia. ”



Semana das Crianças

Concorra a
4 caminhões e 450 DVDs.
R\$100,00 em compras = 1 cupom



TRATOR COUNTRY BANDERANTE
Assento anatômico com regulagem.
Idade: 2 a 7 anos.

À vista 349,00
10x 34,90
JURO ZERO

Oferta válida de 28 a 31/10/2004 no respectivo departamento. Consulte o site www.colombo.com.br para o prazo de validade. Exclui-se o frete. Colômbio - Cx. Postal 100 - CEP 91049-720/RS.



Colombo
O lado bom da vida.



OS LEITORES ENTREVISTAM



Carla Somavilla Duarte, 30 anos, graduada em Direito e estudante de Psicologia



Gaspar Centeno Viégas, 61 anos, servidor estadual aposentado



Camila Correa Pimentel, 27 anos, advogada



Fernanda Nascimento, 20 anos, estudante de História

José Fogaça, candidato do PPS a prefeito de Porto Alegre

Zero Hora convidou oito de seus leitores para entrevistar os dois candidatos à prefeitura de Porto Alegre. A ordem de publicação foi definida em sorteio. Na terça-feira passada, quatro homens e quatro mulheres fizeram perguntas por uma hora ao candidato do PPS a prefeito, José Fogaça. Confira abaixo os principais trechos da entrevista feita na Redação de ZH.

Carla Somavilla Duarte – Trago uma preocupação de um grande número de eleitores a respeito do Projeto de Lei do Ato Médico. Muitos profissionais da área da saúde podem ser prejudicados com a aprovação da proposta. O senhor é a favor ou contra o projeto?

José Fogaça – Eu sou a favor da definição da atividade médica sem que isso venha a entrar nas profissões já regulamentadas. Portanto, essas profissões que já são regulamentadas – fisioterapeuta, fonoaudiólogo, biólogo, assistente social, psicólogo, nutricionista, terapeuta ocupacional – têm o seu campo e elas têm de ser preservadas.

Gaspar Centeno Viégas – Não seria o caso de restringir o passe livre a idosos que ganham até três salários mínimos, com comprovação de renda? Eu conheço pessoas que ganham R\$ 10 mil e se utilizam do transporte coletivo. Após os 65 anos, utilizam o transporte coletivo de graça. Eles têm casa em Gramado, apartamento e casa na praia. Eu acho que tem de diminuir esse tipo de coisa e acabar com essa isenção, que acaba sendo paga diariamente pelos operários.

Fogaça – Gaspar, aquilo que já foi conquistado de gratuidade nas passagens de ônibus dificilmente mudará. Mas uma coisa é certa: não há como ampliar o passe livre. Justamente porque quem paga os custos do passe livre são os demais usuários. Eu acabei de fazer um debate no Instituto de Educação, e os alunos me perguntaram se eu daria passe livre para eles. A resposta foi não. Eles já têm a meia passagem. Se desse a gratuidade, seriam os operários, os trabalhadores e as pessoas que não têm condições que iriam pagar pela isenção.

Camila Correa Pimentel – Houve melhora na limpeza urbana nos últimos anos. Mas Porto Alegre apresenta problemas crônicos, como a ausência de lixos coletores no longo da cidade, nas praças. Qual a sua política para a área?

Fogaça – A coleta seletiva implantada em Porto Alegre foi uma das primeiras do Brasil. Temos de reconhecer isso. Tens razão em dizer que de lá para cá não houve mais campanhas nem avaliações sobre o serviço. Então é aquela coisa: é preciso mudar o governo. Governos que se repetem acabam cometendo erros. Por isso, às vezes é preciso romper com políticas para começar a requalifi-

car aquilo que de bom existe mas já está ficando carcomido, velho. A questão da coleta seletiva é uma delas. Precisamos reiniciar uma campanha visando à coleta seletiva. Na questão dos investimentos nos equipamentos públicos, como lixeiras, é possível agir de duas maneiras: ou na renovação do contrato das empresas terceirizadas pelo DMLU, incluindo a obrigatoriedade dos equipamentos ao longo de certas vias públicas e em áreas mais específicas da cidade, e utilizando esses equipamentos como uma área de concessão de serviços. Ali pode haver publicidade, que pague

e garanta a manutenção do equipamento.

Fernanda Nascimento – Carroças são um problema relacionado com a limpeza urbana. Há algum plano para isso?

Fogaça – Hoje, só há uma estação de transbordo para onde vai todo o lixo de Porto Alegre, a Lomba do Pinheiro. De lá, vai para o aterro Santa Tecla, em Gravataí, ou para Minas do Leão. Portanto, o problema do caminho do lixo pode ser até uma solução para o problema dos carroceiros, mas antes eu quero dizer o seguinte em relação aos carroceiros. O problema dos carroceiros, para mim, é uma questão de honra. Ele só vai ser resolvido com diálogo e no momento em que encontramos uma alternativa de sobrevivência. Jamais vai partir de mim, como prefeito,

a pura e simples expulsão dessas pessoas da cidade. Se alguém quer isso, não vote em mim, não vou fazer isso. Vou tentar romper o modelo tradicional e criar estações de transbordo na periferia da cidade. A ideia é ter várias estações de transbordo, onde possa haver triagem, coleta e reciclagem. Usinas que permitam que os carroceiros não circulem por toda a cidade.

Nei Borne – Eu vejo que o comércio e a indústria de Porto Alegre estão saindo daqui e procurando municípios menores pela menor taxa de ISS. Que atitude tomará a prefeitura para impedir a evasão?

Fogaça – Esta cidade depende em 73% da prestação de serviços. A indústria representa

só 24%, e o resto, muito pouco, é agricultura. A nossa arrecadação depende muito da dinâmica da economia de serviços. Se encontramos aqui uma política tributária que gerou o mais alto ISS do país, cerca de 5%, o resultado é que as empresas fugiram da Capital. As empresas de alta tecnologia foram todas para São Leopoldo, formando pólos de tecnologia lá. Elas pagam 2% e ainda têm apoio da prefeitura. Aqui se considera que esse tipo de política tributária é favorecer os ricos. Não me comprometo a rebaixar impostos. Não é possível um rebaixamento assim, uniforme, genérico, indiscriminado de todos os impostos. A prefeitura já teve déficit em 2001, 2002, 2003 e vai ter esse ano provavelmente. Então, é irresponsável rebaixar impostos, mas o que eu vou fazer é uma

patrulha comunitária. São dois guardas municipais, temos 85 bairros em Porto Alegre, que fazem uma espécie de ronda. Eu também escrevi a Constituição, fui subleitor da Constituinte. Não poderia vir aqui e dizer que agora a Guarda Municipal vai fazer tarefa de repressão como a Brigada. Não, a tarefa da guarda municipal é cuidar dos prédios municipais, cuidar dos parques e jardins e cuidar das vias públicas. Mas a política nacional da segurança pública prevê ampliação das guardas municipais para que elas integrem o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Então, o que o guarda municipal pode fazer? Ele não tem tarefa de repressão. É por isso que eu estou chamando de operação integrada. Ele tem de ter telefone, rádio e tem de sempre chamar a BM para resolver os problemas quando a tarefa repressiva for necessária.

Telmo Aparício Silveira – O senhor vai enxugar a máquina municipal?

Fogaça – Em primeiro lugar, a folha de pagamento já atinge quase 54%. Está no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mesmo que eu quisesse não poderia aumentar por via da folha de pagamento. A prefeitura usa muito serviços terceirizados e não inclui isso na folha de pagamento. Isso às vezes significa uma contratação indireta de pessoas para trabalhar. Mesmo que seja caracterizado como serviço, não se sabe quantos funcionários aquela empresa contratada tem e como eles trabalham para a prefeitura. Eu acredito no funcionário de carreira. Quem não sabe governar com funcionário de carreira não é estadista. O servidor com cargo de confiança (CC) não é um personagem

vital e chave para um bom governo. Agora se me perguntares quantos CCs a prefeitura de Porto Alegre tem, eu não sei. Mas agora vamos saber.

Telmo – Como o senhor vai tratar o Orçamento?

Fogaça – O Orçamento é feito a priori, ou seja, se prevê o que vai se gastar, tudo é feito por antevision e se prevêem todos os mecanismos de controle disso antecipadamente. Tal dinheiro pode ser gasto assim e tal dinheiro não pode ser gasto assim. O Poder Legislativo faz o Orçamento e depois esquece a execução. Não vão saber se houve metas atingidas, se houve indicadores que foram qualificados.



“Governos que se



Se me perguntares quantos servidores com cargos de confiança (CCs) a prefeitura tem, eu não sei. Mas agora vamos saber.



Nei Borne,
66 anos,
graduado em
Direito e
representante
comercial



**Marcelo
Xavier,**
30 anos,
jornalista



**Telmo
Aparício
Silveira,**
41 anos,
advogado



**Adolfo José
Rodrigues
Valduga,**
42 anos,
professor de
educação
física e taxista



repetem acabam cometendo erros”

Telmo – Como mudar isso?

Fogaça – Tem de inverter o Orçamento, ele tem de ser feito por medição de resultados, por eficiência dos gastos. Se a Fasic, por exemplo, me demonstrar que com menos dinheiro atendeu mais crianças e adolescentes de rua e encaimhou essas crianças para as suas famílias, ela atingiu metas sociais e índices de aproveitamento dos recursos. Nenhum governo faz isso. Nós vamos fazer.

Adolfo Rodrigues Valduga – Eu queria saber como o município manterá a qualidade da Educação Infantil e quais as propostas para melhorá-la.

Fogaça – A Educação Infantil é outra invenção nossa. Até a Constituição de 1988, nenhuma lei, nenhuma regra, nenhuma norma dizia que o Estado tinha de cuidar das crianças de zero a seis anos. Ai se criou uma regra. O município tem de cuidar das crianças de zero a seis anos. E evidentemente a cobertura tem de ser a maior possível. Hoje, Porto Alegre, com escolas de educação infantil do governo, cobre só 3% da necessidade das 140 mil crianças de zero a seis anos que tem. O PT sempre foi contra fazer convênio com instituições porque eles diziam que isso era entregar dinheiro público para o setor privado. Agora, eles descobriram que é mais barato e mais eficiente e abrange um número muito maior de crianças. Criaram as creches comunitárias que existiam e eram sustentadas pela LBA, passaram a ter os recursos do município. Ai o que aconteceu? Escolas do Estado cobrem 3%, creches comunitárias, 9%. A garantia que eu posso dar é que essa cobertura de 12% vai crescer no mínimo o dobro até o final do mandato.

Gaspar – O senhor se animaria a retirar 30% do Orçamento direcionado à publicidade para aplicar em programas que tiram crianças da rua?

Fogaça – Muito mais.

Gaspar – Dá pra fazer?

Fogaça – Eu sou contra essa visão de que a rua é um espaço lúdico no qual a criança se constrói como rebelde e dono de si mesmo. Lugar de criança não é na rua. Lugar de criança é na escola e na família. Para isso trabalhei no Estatuto da Criança e do Adolescente. Quem trabalhou pelo Estatuto sabe que lugar de criança é na família. Tem de tirar a criança da rua. O Estatuto foi criado para que a criança seja destinada a sua família.

Se ela não tem família ou se a família é precária do ponto de vista da sustentação dos recursos do país, tem o Bolsa Família, o Família Cidadã, e para isso tem as políticas de apoio. Se não existe a família, a criança pode ir para uma família substituída, para uma casa-lar, pode ir para essas instituições de mães sociais como a Aldeia SOS. A prefeitura destina ela para lá. Agora, tira da rua, bota no abrigo, do abrigo manda para uma instituição privada, uma casa lar, uma família substituída. Deixa como está para ver se essa criança não volta para a rua. Volta. Por que falta uma outra operação: o acompanhamento

até os 18 anos. E ai só tem um jeito de fazer. A prefeitura não vai ter dinheiro para acompanhar, tem de criar um programa de apadrinhamento afetivo.

Camila – O senhor tem alguma política para fazer a interação da população com o Guaíba?

Fogaça – A orla do Guaíba é talvez o maior manancial de investimentos que a cidade pode fazer em favor do seu embelezamento. São 70 quilômetros que Porto Alegre tem de

Guaíba. Isso é um objetivo que nós temos, de urbanizar toda a orla. Sabia que se tu tiveres um barco, não tem lugar para tu entrar com o barco no rio daqui até a Serrania? Isso é negar o rio à cidade.

Camila – A população tem vontade de usufruir do Guaíba, mas também de toda essa região portuária. Há muito tempo se ouve falar em aproveitar a área como um centro cultural, mas nunca isso se realiza.

Fogaça – O cais do porto é uma barbadá. Quem tem de colocar dinheiro é o Estado. A prefeitura vai se associar, ajudar em tudo, mas não vai entrar com o dinheiro.

Fernanda – Se o senhor pegar uma Zero Hora de 30 anos atrás, verá que a Goethe estava inundada. Hoje, dá uma chuvinha, e a mesma coisa acontece. Praticamente toda a cidade sofre desse problema. O senhor tem alguma solução?

Fogaça – No caso da Avenida Goethe, o conduto forçado Alvaro Chaves já começou. Não posso negar, o atual governo já começou a fazer. Levou 16 anos para entender que isso era necessário. Houve até uma decisão judicial. Acho que o Ministério Público determinou a execução da obra. É uma obra caríssima, mas ela tem de ser realizada. A área da Nilo Peçanha com Teixeira Mendes, onde já morreu gente, também tem dificuldades. Temos um problema sério, que é a manutenção das canalizações. Não há serviço de manutenção. Se tu tiveres uma política permanente de manutenção, limpeza das bocas-de-lobo, abertura das entradas e um desassoreamento dos arroios Cavalhada e Dilúvio e se tu tiveres uma política que venha efetivamente a implantar um programa socioambiental, co-

rência da prefeitura.

Marcelo Xavier – Existe um problema urgente aqui na Capital que é o número de camelôs. Eu queria saber se existe uma possibilidade de regularizar a situação.

Fogaça – Eu disse para os camelôs. Eles resistiram, mas depois aceitaram o diálogo. O modelo é o de Belo Horizonte, onde se montou o chamado shopping popular em um edifício. Pode ser um edifício abandonado, reformado por um investidor privado que vai cobrar uma mensalidade, um aluguel pequeno. O camelô passa a pagar um box e um imposto simbólico. Ai, vai ter o Sebrae, que o ensinará a trabalhar como empresário. Esse camelô deixa de ser camelô e passa a ser um microempresário. Ele ganha cidadania empresarial. Ai você vai perguntar: deu certo? Deu. O shopping Oiapoque tem 600 boxes, fica perto do Centro, passam 60 mil pessoas por dia. Pergunta se um ex-camelô quer sair dali. Não.

Telmo – Os postos de saúde podem abrir 24 horas?

Fogaça – Todos os 144, não. Não há recursos para isso. Agora, quatro 24 horas em 16 anos é muito pouco. No mínimo, podes ter um posto 24 horas por região de planejamento. São oito regiões. É caro manter um posto 24 horas, mas o SUS tem recursos.

Adolfo – Sou professor de educação física e tenho um táxi. Os taxistas há 16 anos vêm sofrendo represálias, pressão. É só perguntar para um taxista que a gente vai ver que eles estão insatisfeitos com a gerência desta administração. Querria saber quais são as propostas do candidato para a melhoria das condições de trabalho dos taxistas de Porto Alegre.

Fogaça – Bom, uma das mudanças que vai haver é mudança de atitude, é o diálogo. Uma das coisas que mais me assusta é a EPTC, e isso diz respeito aos taxistas. A EPTC depende em 80% da sua manutenção de multas. Digamos que todas essas multas fossem justas, e que isso se deve a infrações. No dia em que a população portoalegrense for altamente educada e não cometer mais infrações tem de fechar a EPTC. Não é possível, ela é necessária para várias coisas. Então a primeira coisa é tornar a EPTC autônoma do ponto de vista financeiro. Depois, mudar a política de multas para a educação.



Uma das coisas que mais me assusta é a EPTC. A sua manutenção depende em 80% das multas.

mo está previsto, acho que boa parte dos problemas pode ser resolvido. Mas é uma área de custos, tem de haver prioridade. Sabemos o que é preciso fazer e quais são as obras.

Nei Borne – Há algum tempo, ressurgiu a idéia de criar transporte público de Porto Alegre a Guaíba por via fluvial. A prefeitura tem alguma idéia?

Fogaça – A disposição é ajudar ao máximo. Isso até viria a colaborar com o projeto Cais do Porto, mas não é um problema do município. É sim do Estado. A prefeitura tem de estimular, mas não está sob a inge-

AMANHÃ: os leitores entrevistam Raul Pont



OS LEITORES ENTREVISTAM



Carla Somavilla Duarte, 30 anos, graduada em Direito e estudante de Psicologia



Gaspar Centeno Viégas, 61 anos, servidor estadual aposentado



Camila Correa Pimentel, 27 anos, advogada



Fernanda Nascimento, 20 anos, estudante de História

Raul Pont, candidato do PT a prefeito de Porto Alegre

Oito leitores de Zero Hora foram convidados a entrevistar os dois candidatos à prefeitura de Porto Alegre. A ordem de publicação foi definida em sorteio. Na quarta-feira passada, Raul Pont esteve na Redação de ZH, onde foi questionado por uma hora pelos entrevistadores. Confira abaixo os principais trechos da conversa:

Carla Somavilla Duarte – Trago uma preocupação de um grande número de eleitores a respeito do Projeto de Lei do Ato Médico, que está em tramitação no Congresso e regulará a profissão de médico. Muitos profissionais da área da saúde podem ser prejudicados caso seja aprovado. O senhor é a favor ou contra?

Raul Pont – Não tenho acompanhado o projeto na Câmara. Estou seguindo a orientação da nossa bancada e as conversas que tive com pessoas do movimento. Alguns me procuraram na Assembleia, e me pareceu que a preocupação é justa e correta. É um projeto de lei equivocado nesse aspecto. Há um exagero, uma ampliação indevida, já que há um conjunto de profissões que tem objetos próprios, funções definidas. Me parece que é um projeto que tem de ser corrigido.

Gaspar Centeno Viégas – Quando o senhor foi prefeito, disseram que no distrito industrial da Restinga seriam criados mais empregos que numa montadora, fato que até hoje não ocorreu. Agora, o senhor diz que vai fazer um hospital na Restinga com 130 leitos. Como o senhor quer que o eletor acredite?

Pont – São coisas bem distintas. A projeção que fazíamos era do número de leitos ofertados e de uma expectativa de que as empresas iriam se instalar no distrito industrial. O que cabia ao município foi feito. Todos os leitos que colocamos à venda praticamente estão vendidos. Mas não posso controlar, não posso impor o ritmo do empresário. Agora, nem todos os empresários que compraram leitos construíram. O hospital é algo diferente, é responsabilidade nossa. O hospital é um convênio que nós já assinamos com o Hospital Moinhos de Vento, e o Moinhos assumiu o compromisso de gerenciar naquela região 30 unidades de saúde da família. Até o ano que vem, também construírá na unidade que já funciona hoje a parte materno-infantil. Até 2006, o hospital estaria operando, com cirurgias de média complexidade.

Camila Correa Pimentel – Não se pode negar que houve, nos últimos anos, uma melhora na limpeza urbana, principalmente no que se refere à coleta de lixo. Mas Porto Alegre ainda tem problemas crônicos, como coleta de lixo insuficiente, ausência de latas de lixo, de locais para depósito de pilhas e de política educacional. Como resolver isso?

Pont – As medidas que tomamos foram

em primeiro lugar acabar com os famosos lixões. Fizemos convênio com mais três municípios para operar o aterro de Santa Tecla, em Gravataí. Entramos com o corpo técnico, transformamos aquele lixão num aterro sanitário graças a equipamentos e técnicos do nosso município, em troca do uso do terreno. Hoje, estamos em fase de buscas e licenciamento para mais um aterro. A maior parte, em volume, a gente vem conseguindo destinar para a coleta seletiva, na estação de transbordo da Lomba do Pinheiro.

Distrito da Restinga
"O que cabia ao município foi feito. Mas nem todos os empresários que compraram leitos construíram."

Camila – A ausência de latas de lixo na cidade não estaria prejudicando a limpeza?

Pont – Fizemos uma experiência com coletores cor de laranja, fizemos um investimento grande. A depreciação foi enorme. Antes de um mês, mais da metade já tinha sido arrebentada. Uma parte foi reposta, outra, não. O DMLU está estudando alguma forma mais durável.

Fernanda Nascimento – Há 4,1 mil carroças cadastradas pela EPTC, fora as irregulares. O senhor tem alguma solução?

Pont – Temos feito um trabalho tentando educar e convencer o carroceiro ou o carrinheiro de que é mais fácil para ele se organizar numa cooperativa. Garantimos a entrega da matéria-prima. Mas vivemos numa sociedade capitalista, onde é muito forte a expectativa de que o carroceiro

de hoje é o transportador de amanhã. Já temos 12 galpões de traçagem. Se não houvesse esses 12 galpões, teríamos muito mais gente hoje como carrinheiro ou carroceiro. O que a gente pode fazer? Limitamos horários, muitos não obedecem, tentamos cercar determinados espaços e áreas. É muito difícil, porque quase sempre dá enfrentamento. A gente não tem fiscal suficiente para estar em todos os horários. Mas temos principalmente nas áreas mais críticas, que são as ilhas. A gente tem feito um esforço enorme para centralizá-los e mostrar que é mais racional receberem um caminhão cheio do que vir carter com uma carrocinha.

Nei Borne – À exaustão, a prefeitura

vem tentando passar à população a idéia de que Porto Alegre é a capital da qualidade de vida. Pergunto: continuará a propaganda da capital de qualidade de vida ou a prefeitura mostrará na mesma propaganda os bolsões de pobreza de Porto Alegre?

Pont – O índice que nos dá essa condição não foi inventado por nós. É o Índice de Desenvolvimento Humano, da ONU, publicado regularmente. Se não temos a qualidade de vida da Suíça ou da Europa, aqui ao menos é a melhor cidade do país. Essa é a comparação.

Nei – Não lhe perguntel isso. A minha pergunta é: a prefeitura continuará mostrando Porto Alegre como uma ilha da fantasia ou a mostrará como ela é?

existia e que organizamos. Não concordo que a gente invente uma cidade irreal. Nunca negamos que há favelas, agora estamos fazendo um esforço enorme para diminuí-las. Estamos fazendo o maior projeto habitacional do país, aqui na entrada da Capital, exatamente para diminuir o número de favelas naquela região. Estamos fazendo um investimento ali de US\$ 55 milhões, parte do governo federal, parte do BID, parte do Forplata.

Marcelo Xavier – Muito se comentou a respeito da relação da prefeitura com a segurança pública. Ai surgiram projetos como aumento de efetivo da Brigada Militar, parceria com o Estado, modificar a Guarda Municipal, um guarda em cada esquina, essas coisas assim. Quereria saber do senhor o que está ao alcance da prefeitura.

Pont – Pela Constituição, a segurança pública ostensiva e repressiva ou a polícia judiciária são competência exclusiva do Estado. Os municípios têm papel preventivo e complementar, as guardas municipais são muito patriomiais, mas cada vez mais elas vão indo além do patrimônio. Já temos mais de 600 guardas, homens e mulheres, no município. Se pegarmos todo o sistema de fiscalização e controle de trânsito são mais 400, que recaíram integralmente no custo do município há poucos anos com o novo Código de Trânsito Brasileiro, sem que tenha vindo nenhuma receita com esse custo. O que podemos fazer? É raríssimo se ter notícia de escola municipal assaltada, arrombada ou roubada. Por quê? Porque lá tem guarda, é cuidada.

Telmo Aparício Silveira – O senhor acha a idéia dos Ciep's positiva? Pensa ou alguma vez pensou em adotá-la? E há, em seu projeto de governo, uma novidade na área da educação?

Pont – O Ciep significaria escolas com turno integral, é isso? Aqui em Porto Alegre tínhamos, quando chegamos ao governo, uma meia dúzia de Ciep's com turno integral para 1ª e 2ª séries. Nós temos 33 escolas de ensino infantil que são de turno integral. Agora, qual é o problema para o município e o Estado? Não tem recurso para estender isso para o conjunto da rede. Então o que acontece? Você faz um privilégio para uma parte dos cidadãos. Quando chegamos ao governo, a situação era pior, havia falta de vagas no Ensino Fundamental.

“Estamos fazendo o



O Prêmio Amigo da Criança me deixou orgulhoso porque é o reconhecimento de um trabalho que não existia e que organizamos.

RECORDE E GRANDE
130
leitos terá o hospital que Raul Pont promete colocar em funcionamento na Restinga

FOTOS: ANDRÉ PEREGRINO



Nei Borne,
66 anos,
graduado em
Direito e
representante
comercial



**Marcelo
Xavier,**
30 anos,
jornalista



**Telmo
Aparício
Silveira,**
41 anos,
advogado



**Adolfo José
Rodrigues
Valduga,**
42 anos,
professor de
educação
física e taxista



maior projeto habitacional do país”

Telmo – Essa foi a razão de extinguir o turno integral?

Pont – O raciocínio que fizemos era escolher entre deixar crianças sem escola e manter outras com turno integral. Optamos pelo crescimento enorme da nossa rede, que pulou de 20 e poucas escolas para 92. Garantimos 100% de vagas em idade escolar em Porto Alegre. Se o município tiver recursos para ofertar para mais pessoas turno integral eu concordo, sou defensor. Temos convênios com entidades religiosas, filantrópicas, temos centenas de crianças que hoje estão de uma certa forma num turno integral. Elas têm o turno da escola e, no turno inverso, recebem o que chamamos de serviço de apoio socioeducativo com igreja, associação filantrópica, associação de moradores.

Adolfo José Rodrigues Valduga – Sou professor de educação física e taxista. Nossa categoria está muito preocupada com os últimos 16 anos, com a dificuldade de relacionamento com a prefeitura. Quero saber quais são as propostas do candidato para melhorar as condições de trabalho dos taxistas.

Pont – Os taxistas hoje são em torno de 4 mil, que tiveram sempre do município um tratamento altamente privilegiado. Quando chegamos ao governo, esse número de táxis estava inflacionado por uma liberação muito frouxa de alvarás, e toda a categoria se ressentia de rendimentos muito baixos. Havia um descompasso entre a demanda e a oferta de táxis. Fomos extremamente rigorosos nesse período, ao não conceder novos alvarás. É uma categoria que tem uma reserva de mercado e uma licença hereditária. Ofertamos o curso regular sistêmico, o curso para formação, para uma reciclagem, as possibilidades das pessoas terem cursos de línguas, uma especialização para o aeroporto. Se está cara, baixa, alta, isso tudo é possível discutir, sentar à mesa, estabelecer com a EPTC ou com o governo uma norma. Acho que é uma categoria que teve sempre do nosso governo um tratamento não vou dizer privilegiado, mas um bom tratamento.

Camila – É sabido que a prefeitura de Porto Alegre tem em torno de 50% de seu Orçamento comprometido com a folha de pagamento. Gostaria de saber se o senhor tem planos para enxugar a máquina ad-

ministrativa, principalmente no que se refere aos cargos em comissão e às funções gratificadas.

Pont – Função gratificada é função de chefia, de coordenação, elas são ultra-necessárias. Você deve ter 300 CCs. Não ajuda muito cortar os CCs, até pode baixar 10%, 20% ou cortar pela metade, mas não está aí a solução. Quais foram as áreas da administração que cresceram ao longo desse período? Todas as áreas administrativas diminuíram. A saúde, que tinha 1,5 mil, hoje tem 5,5 mil. A educação é outro exemplo. Você enxuga o quê? Enxuga o

professor da sala de aula, enxuga o enfermeiro do posto? Estamos gastando mais com a folha, é quase 60%, e a demanda que vem da rua, do Orçamento Participativo, a demanda até que a própria sociedade coloca, ou que os jornais colocam, não é uma grila de que tem de melhorar a saúde? Como eu melhoro a saúde se não tenho mais postos, mais enfermeiros, mais médicos para atender? As áreas em que houve maior crescimento são as mais sensíveis: saúde, educação e assistência social. Te digo que é muito difícil, para não dizer impossível, enxugar a máquina administrativa.

Fernanda – O governo do Cristovam Buarque (PT), no Distrito Federal, fez um projeto muito

bom de educação no trânsito. Você atravessa a rua e as pessoas param. Existe algum projeto para educação no trânsito?

Pont – Nesse aspecto, há uma carência e uma filha muito grande, reconheço. Acho que os gaúchos não ajudam muito. Ao ser habilitado, o motorista sabe que a faixa de segurança sem sinaliza é preferência do pedestre. Mas chega na hora e não obedece. Eu acho que a experiência do Cristovam foi muito boa. Como podemos acelerar essa educação? Um pouco por educação, mas eu acho que se a gente quer que as pessoas respeitem tem de ter punição. Veja o que aconteceu em Porto Alegre. De certa forma, se fez campanha contra a fiscalização do trânsi-

to, tinha vereador e deputado fazendo campanha contra a fiscalização. Se estabeleceu uma identidade de que fiscalização do trânsito é sanha tributária, quantas vezes li isso no jornal? Sanha tributária do governo.

Nei Borne – Há 16 anos no poder, o PT não conseguiu ainda tirar a criança da rua. Quais as suas propostas nesse sentido?

Pont – O que o senhor entende por tirar a criança da rua?

Nei – O pai, a mãe e as crianças, todos estão na sinaleira, pedindo dinheiro. O senhor deve ter passado nas ruas e visto.

Pont – Quero entender, o que seria tirar a criança da rua? Prender a criança? Vamos le-

ver crianças numa creche que estamos sustentando. Não havia nenhuma em 1989 e hoje tem 33 escolas em tempo integral do município, com professores e funcionários do município, e mais 133 creches. E concordo que está faltando e que a gente tem de ter mais creches. Estamos nos propondo, já tem no mínimo 15 projetadas. Temos 400 convênios com 150 entidades para atender crianças e adolescentes em Porto Alegre por meio da assistência social. O que a gente faz? Busca a família, senta, discute, enquadra no Bolsa Família, no núcleo de apoio sociofamiliar, que recebe praticamente um salário mínimo com o compromisso de ter o pátrio poder efetivo sobre a criança.

Marcelo – Como a prefeitura vai tratar o comércio informal no Centro?

Pont – Ou a sociedade opta por tratá-lo como um crime ou opta por coexistir com ele dentro de determinados limites, normas, regras e horários. A busca de alternativas sempre exige um mínimo de contrapartida do outro lado. Não adianta você criar um espaço para os camelôs no Largo Zumbi porque ninguém vai sair do Centro. Agora, no Centro, para fazer uma alternativa desse tipo você tem de ter espaço, local, propriedade, terreno. Hoje há um esforço grande de procurar com empresários áreas ociosas naquela região da Voluntários, da Júlio de Castilhos para ofertar em convênio conosco, com algum subsídio do município uma espécie de centro comercial popular ou shopping popular ou o nome que tiver, com minilojas para que esse cidadão vá lá para dentro.

Telmo – Como o senhor vai tratar as casas noturnas que não se enquadram na legislação de posturas?

Pont – A prefeitura tem, com o Ministério Público, tentado fazer políticas de ajuste, no sentido de as pessoas se adequarem, de colocarem condições acústicas apropriadas. Nossa fiscalização tem sido acusada até de excesso de rigorismo. Agora, cada vez que os decibéis passam do limite e a Snam é chamada, a gente fecha, estamos tentando fazer isso. O que o prefeito faz? Se as pessoas cumprem a lei, se o empreendimento está dentro da lei, não tenho como proibir. Ou tornamos leis mais rigorosas ou mudamos o Plano Diretor. Agora isso é um processo que passa pelo Legislativo.



“Não adianta você fazer um espaço para os camelôs no Largo Zumbi dos Palmares. Ninguém vai sair do Centro.”

var para onde?

Nei – A prefeitura é que deve ter a solução, não eu.

Pont – Respondo-lhe que nosso trabalho é exatamente o de recuperar a família que está desempregada, que está alcoolizada, que não tem onde morar. Certamente o senhor acha que é culpa do prefeito ou da prefeitura, do partido que está no governo. Isso tem de ser assumido pela sociedade. Nós, para cada criança que sensacionalisticamente dorme em cima de uma banca, nós temos 70, 80,

Leia as entrevistas feitas por leitores de Zero Hora e do jornal Pioneiro com os candidatos à prefeitura de Pelotas e de Caxias do Sul em zh.clicrbs.com.br

ANEXO 4 – Entrevista: candidatos a Prefeitura de Porto Alegre em 2008.

| 12 | Política >

ZERO HORA > SEGUNDA | 22 | SETEMBRO | 2008



Conheça: Carlos Gomes (PHS)

Panambra
Mais perto de você

Carlos Gomes, 1501
Azenha, 85

www.panambranet.com

“Um dia estaremos morando no Litoral e trabalhando na Capital”

1 A partir de hoje, Zero Hora publica uma série de entrevistas com os oito candidatos a prefeito de Porto Alegre. A publicação será por ordem alfabética. O primeiro da série é o advogado Carlos Gomes (PHS), 66 anos, que já havia concorrido à prefeitura em 1992.

Afinal...

Por que o senhor decidiu ser candidato faltando um mês para as eleições e com chances próximas de zero de se eleger?

Carlos Gomes – A gente pode perder a chance de divulgar uma boa ideia? Nosso partido tem boas ideias.

Poderia citar uma boa ideia?

Gomes – Dar prioridade ao trabalho sobre todo o resto. Se fizermos a ocupação do Litoral e desincharmos Porto Alegre, quantos empregos serão gerados? Se começarmos a trabalhar hoje, um dia estaremos morando no Litoral e trabalhando na Capital, deixando Porto Alegre com menos compressão. Nos países mais avançados, morar a cem quilômetros não é problema. Podemos usar a energia eólica para impulsionar nosso trem-bala (que ligaria Porto Alegre a Tramandaí). Se ativarmos plenamente nosso Cais do Porto, quantos milhares de empregos vamos gerar? Podem dizer que o porto não é função do prefeito, mas qualquer reclamação quando é feita pela coletividade acaba atendida.

Por que o senhor é filiado a um partido que praticamente não existe no Estado?

Gomes – Comecei no antigo PTB até ele ser extinto. Depois fui para o MDB. Com a redemocratização, entrei no PDT e, depois, fui para o então partido de Fernando Collor, o PRN, por adesão ao plano dele. Achei que a proposta do Collor de modernização do país tinha que ser apoiada. Quando o PRN se esvaziou me filiei ao PHS em razão da doutrina humanista e solidária. Também não sou um cara de muito ca-breito. Em partidos grandes você não tem espaço para divulgar ideias.

Vida Real

Cite uma proposta para melhorar o ensino público municipal?

Gomes – A ativação das escolas de tempo integral e a qualificação das pessoas. Temos boa qualificação técnico-científica mas não qualificação para o trabalho. Uma das primeiras coisas que eu faria com a ativação dos **Ciems** seria trabalhar com as universidades para qualificar rapidamente para o trabalho técnico as pessoas que temos aqui.

Os Centros Integrados de Educação Infantil (Cieps) foram criados durante o mandato do prefeito Alceu Collares (1988-1988) e tinham como inspiração os Cieps, as escolas de tempo integral implantadas pelo governador Leonel Brizola no Rio de Janeiro.

Se for eleito, quem será o seu secretário da Saúde?

Gomes – Temos um excepcional conselho municipal de saúde, o mais ativo dos 21 conselhos municipais. Penso em reduzir a importância do prefeito, transformando-o em presidente de um conselho de administração. Dentro desse conselho é que vão surgir as pessoas mais qualificadas. Uma das coisas que eu não sei é ser burro. Seu eu fizer uma escolha assessorada por um conselho será difícil de errar.



Gomes escolheu o Cais do Porto para ser fotografado por considerá-lo um dos locais que poderiam gerar empregos

“Existem atividades do município que poderiam ser terceirizadas, tornando os serviços mais ágeis. As prefeituras mais evoluídas não têm tantos funcionários.”

O candidato e a cidade

Neste espaço, todos respondem às mesmas perguntas.

Se eleito, qual será o seu primeiro ato?

Carlos Gomes – É a primeira vez que me fazem essa pergunta. (Silêncio). A primeira coisa será pensar como encaminhar a solução de problemas como o desemprego. Um acerto na política pode representar uma segurança para todos, e um erro pode aumentar a pressão que existe sobre a cidade em razão do contingente enorme de desempregados.

A menina-dos-olhos do seu plano de governo?

Gomes – Emprego. Penso que se nós ocuparmos o Litoral vamos gerar uma grande quantidade de serviços que só são gerados no verão. Ativar nosso terminal de cargas para aterrissar esses 10, 12 jumbos por dia (essa tarefa é de competência federal). Isso vai gerar uma grande quantidade de empregos. Hoje é preciso retirar uma vila para a ampliação da pista do aeroporto, e isso não está sendo feito pela prefeitura.

O que derrubaria para fazer diferente?

Gomes – Acho errado a concentração de pessoas em certos lugares, que acabam dificultando o fluxo, gerando engarrafamentos.

O melhor de Porto Alegre

Gomes – Os porto-alegrenses.

O pior de Porto Alegre

Gomes – O desemprego.

O melhor prefeito que Porto Alegre já teve?

Gomes – Se eu dissesse o melhor iria discriminar os outros. Admiro os que se preocuparam com o ser humano. Posso citar Alceu Collares, que fez a Casa da Criança, introduziu os Ciems, antecipando o século 21, e que infelizmente os outros desmancharam.

O que dá para prometer em quatro anos?

Gomes – Ativar nosso terminal de cargas do aeroporto (a tarefa é de competência federal). Hoje é preciso retirar as vilas Dique e Nazaré para a ampliação da pista, mas isso não está sendo feito pela prefeitura.

Hoje: Carlos Gomes

Amarhã, 23: José Fogaga
Quarta, 24: Luciana Centro
Quinta, 25: Marusle D'Ávila
Sexta, 26: Maria do Rosário
Segunda, 28: Nelson Marchezan Jr.
Terça, 30: Onyx Lorenzoni
Quarta, 1º: Vera Gusso



ZERO HORA.com

Em vídeo, a editora de Política Dione Kuhn apresenta série que se inicia nesta segunda-feira. Confira em www.zerohora.com/edicaoodia
O que é o melhor e o pior de Porto Alegre? Opine em www.zerohora.com/partiape



Conheça: Luciana Genro (PSOL)

“Sou uma pessoa com absoluta capacidade de dialogar”

3

Deputada federal em segundo mandato, Luciana Genro (PSOL), 37 anos, é a terceira entrevistada da série com os oito candidatos à prefeitura de Porto Alegre. Luciana, que também já foi deputada estadual entre 1995 e 2002, afirma que não infringiu o estatuto do seu partido ao aceitar dinheiro de empresas para a sua campanha, cita o seu pai, Tarso Genro, como um modelo de prefeito e diz que, se for eleita, montará uma equipe de governo formada por profissionais de universidades e da iniciativa privada. A publicação da série, que se encerra no dia 1º, segue o critério da ordem alfabética.

Afinal...

O seu pai, o ministro Tarso Genro, é o seu principal cabo eleitoral?

Luciana Genro – Não, meu principal cabo eleitoral é Heloísa Helena (ex-senadora por Alagoas e principal líder do PSOL) e a minha trajetória política.



DEB. OSWALDO GONCALVES

A senhora costuma dizer que no escrinho da urna Tarso votará na filha, e não na candidata do PT, Maria do Rosário. Ele votaria na senhora por ser pai ou por concordar com as suas idéias?

Luciana – Ai tu vais ter de perguntar para ele.

Como explicar a doação de campanha de R\$ 100 mil que a sua candidatura recebeu do Grupo Gerdau? Isso não vai contra o estatuto do partido?

Luciana – Não tenho nada que explicar em relação a isso, até porque essa doação foi estritamente dentro do estatuto do PSOL. Os meus adversários é que têm de explicar a história de caixa 2, de desvio de recursos, de utilização indevida de cartão corporativo.

Quem está proibido de doar para as campanhas do PSOL?

Luciana – Empreiteiras, bancos e multinacionais.

A Gerdau é uma multinacional.

Luciana – Mas a proibição da multinacional se dá justamente porque as empresas que vêm atuar no Brasil em geral se comportam de forma parasitária. Sugam nossa riqueza e mandam embora. Não é pelo fato de terem filiais em outras partes do mundo, mas pelo fato de remeterem os recursos que aqui ganham para filiais de outras partes do mundo. A Gerdau não se enquadra no conceito de multinacional previsto no estatuto do partido.

Explique a contradição

O seu vice, Edison Pereira, foi na eleição de 2004 candidato a vice-prefeito de Jair Soares, do PP (sigla originária da Arena, braço político da ditadura militar), um partido com posições antagônicas às do PSOL. Isso não é uma contradição?

Luciana – O PV tem uma história de alianças com o PT. A aliança que o PV fez com o PP em Porto Alegre foi um episódio na vida política desse partido, e eu considero um episódio ruim. Agora, esse é um balanço que eles devem fazer. Me sinto tranquila em relação a essa aliança porque ela foi feita com base em um acordo programático, em uma história comum de lutas.

Vida Real



Qual será a sua medida mais radical se for eleita prefeita e que mexerá com a vida do cidadão?

Luciana – Depende do conceito de radical. Uma medida dura que eu quero tomar é o corte de cargos de confiança. Isso eu acho que contraria a tradição política de parasitismo na administração pública.

De quanto seria esse corte?

Luciana – De 70% dos cargos de confiança (CCs). Hoje são mais ou menos 740, incluindo a administração direta e indireta (de acordo com a prefeitura, existem 676 cargos de livre nomeação, 482 da administração direta e 194 da indireta). Vou restringir o cargo de confiança a um cargo efetivamente de auxílio político, e não a cargos técnicos. Hoje nós temos até pessoas que cumprem função de engenheiro ou que servem café, coisas que não cabem num conceito de cargo de confiança, servem só para inchar a máquina pública e satisfazer os interesses dos partidos.



“Quero construir um modelo de Porto Alegre onde a participação da população no governo seja eficaz, onde as decisões tomadas no Orçamento Participativo não sejam desrespeitadas. Quero fazer uma cidade onde a população se sinta no governo, mas não deixarei de ser uma prefeita com mão firme para exigir e realizar as coisas que são necessárias para a população.”

Como a senhora montaria uma equipe de governo, tendo um partido pequeno?

Luciana – Quero montar a minha equipe aproveitando a inteligência da cidade. Quero chamar as pessoas que estão nas universidades e na iniciativa privada, valorizar o servidor de carreira que conhece a prefeitura, a cidade, os programas e que pode dar continuidade a eles. Também pretendo buscar pessoas que não necessariamente estão aqui em Porto Alegre, mas que podem nos ajudar a construir programas importantes, como é o caso de Luiz Eduardo Soares, um especialista em segurança pública.

Nasido no Rio de Janeiro, o antropólogo Luiz Eduardo Soares foi secretário nacional de Segurança Pública do governo Lula em 2003. Também atuou como assessor para a área de segurança no primeiro ano da segunda gestão de Tarso Genro em Porto Alegre (2001-2002).



A prefeita de Porto Alegre foi o local escolhido por Luciana para ser fotografada por Zero Hora na tarde do dia 1º

Pergunta do Paulo Sant'Ana



Luciana – Se a senhora tivesse estrutura partidária seriam grandes as suas chances de ir para o segundo turno. Pelas pesquisas e pelo seu partido fica visível que essa eleição é uma plataforma de ensaio. A senhora concorda?

Luciana – Não, querido Paulo Sant'Ana. Eu, por exemplo, já detecto um crescimento importante da minha candidatura na faixa de escolaridade de nível superior. Minhas adversárias caíram vários pontos nessa faixa. E agora, além de continuar mostrando as minhas propostas, vou também mostrar quem é quem, como se comportou cada um dos candidatos que são deputados. As minhas adversárias votaram pelo aumento de salário dos deputados, eu votei contra. As minhas adversárias votaram pela recriação da CPMF, eu votei contra. As minhas adversárias votaram contra o projeto do Senado que aumentou as verbas para a saúde, eu votei a favor. As minhas adversárias pertencem a partidos envolvidos em escândalos, como é o caso do PT com o mensalão. Como é o caso do PC do B com o cartão corporativo do ministro do Esporte. Além de mostrar minhas propostas, também vou mostrar a minha diferença com os outros candidatos. Assim acredito que vou crescer.

Pergunta de Fernanda Zaffari



Você foi mãe jovem (Luciana teve o filho, Fernando, aos 17 anos). Que conselhos daria a garotas que passam pela mesma situação?

Luciana – Diria primeiro que é muito difícil ser mãe jovem. Eu não recomendo. Tive uma estrutura familiar que me ajudou bastante, mas no caso de se defrontar com essa situação, acho que a melhor coisa é tratar o filho ou a filha com muita autenticidade e construir uma relação de muita confiança e amizade.

O pior adversário

Qual é o candidato mais difícil nesta disputa?

Luciana – O pouco tempo de televisão (Luciana é a candidata com o terceiro menor tempo de propaganda no rádio e na TV, com 1min52s. José Fogaça tem o maior tempo, 6min33s).

Pergunta íntima

Sua mudança de visual ainda gera comentários dos eleitores nesta campanha. A senhora está contente com os resultados?

Luciana – Toda mulher tem alterações episódicas no seu visual. Não vejo que a minha alteração seja tão grande assim, mas estou contente de ter chamado a atenção das pessoas. É uma coisa boa saber que as pessoas comentam se o meu cabelo deve ser liso ou crespo.

Foi só uma mudança visual ou de idéias também?

Luciana – É uma mudança parcial de visual. Às vezes estou com o cabelo liso, às vezes com o cabelo crespo. Me vestir com um pouco mais de cuidado do que usualmente me visto é uma forma de tratar com respeito o cargo que estou disputando, mas as minhas idéias continuam as mesmas. Quando eu disputava o cargo de deputada (nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006) procurava enfatizar a minha combatividade, a minha capacidade de denúncia, de cobrar dos governos. Agora, estou enfatizando minha capacidade de execução e de dialogar. Embora eu tenha idéias que muitos consideram radicais, sou uma pessoa com absoluta capacidade de diálogo e de convivência com a diferença, e isso é importante para se governar uma cidade como Porto Alegre.

Panambra
Mais perto de você

Carlos Gomes, 1501
Azenha, 85

www.panambranet.com

A candidata e a cidade

Neste espaço os candidatos respondem às mesmas perguntas.

Se eleita, qual será o seu primeiro ato?

Luciana – Cortar 70% dos cargos de confiança e abrir concurso para médicos e guardas municipais.

A menina-dos-olhos do plano de governo?

Luciana – A segurança pública. Quero fazer programas que incluam a Guarda Municipal como uma guarda comunitária, que cuide não só do patrimônio público mas também das pessoas, e que envolva os jovens da periferia alvos das gangues e do narcotráfico.

O que derrubaria para fazer diferente?

Luciana – O loteamento partidário. É tradição dos governos dividir secretarias em feudos partidários, muitas vezes acordados antes da eleição.

O melhor de Porto Alegre?

Luciana – As pessoas e o nosso rio, que não é rio, mas que a gente insiste em chamar de rio.

O pior de Porto Alegre?

Luciana – Os políticos (risos).

O melhor prefeito que Porto Alegre já teve?

Luciana – Não me sinto em condições de julgar todos porque não acompanhei o momento político de cada um. Acompanhei em especial o meu pai (Tarso foi prefeito de 1993 a 1996 e de 2001 a 2002), que foi um excelente prefeito. Pretendo me inspirar naquilo que foi o melhor do governo dele: as diligências pela cidade para resolver os problemas.

Um modelo de administração municipal?

Luciana – Modelos são sempre perigosos, porque cada cidade tem a sua particularidade.

O que dá para prometer em quatro anos?

Luciana – Acabar com o caos na saúde pública.

O que não dá para prometer em quatro anos?

Luciana – O metrô, porque não depende só da prefeitura.

A sua principal qualidade?

Luciana – A sinceridade.

ZH – O seu principal defeito?

Luciana – A teimosia.

Segunda, 22: Carlos Gomes
Terça, 23: José Fogaça
Hoje: **Luciana Genro**
Quinta, 25: Manuela D'Ávila
Sexta, 26: Maria do Rosário
Segunda, 29: Nelson Marchezan Jr.
Terça, 30: Onyx Lorenzoni
Quarta, 1º: Vera Gusso



ZERO HORA.com

Acompanhe a série e leia as entrevistas anteriores, com José Fogaça e Carlos Gomes, em www.zerohora.com/vedicaododia

O que é o melhor e o pior de Porto Alegre? Opine em www.zerohora.com/participe



Conheça: Manuela D'Ávila (PC do B)

“Eu vivo em 2008, ando para frente, não olho para trás”

4

Depois de ser eleita em 2004, aos 23 anos, a vereadora mais jovem da história de Porto Alegre, e de conquistar o mandato de deputada federal em 2006, a jornalista Manuela D'Ávila (PC do B) tenta este ano o seu primeiro cargo no Executivo. Nesta entrevista – a quarta da série com os candidatos à prefeitura da Capital –, a mais nova entre os oito concorrentes responde aos que a chamam de inexperiente, alfineta seus adversários e diz que seu primeiro ato se for eleita será criar um comitê que irá preparar a cidade para a Copa de 2014. A publicação da série segue o critério da ordem alfabética.

Afinal...

A senhora se sente preparada para comandar a prefeitura com apenas 27 anos?

Manuela D'Ávila – Sim. Tenho a mesma trajetória dos meus adversários. Aprendi muito no parlamento, tenho dois mandatos muito eficientes, que correspondem às expectativas da população. Fiz 9,5 mil votos como vereadora e 65 mil votos só em Porto Alegre para deputada federal. Acho que isso é um reconhecimento pelo meu trabalho. Para tu veres como é a ironia da vida: com os meus 27 anos sou a candidata com mais tempo de partido. São 10 anos! Não estive em nenhum outro partido ao longo da minha vida. As vezes as pessoas adquirem experiências ruins, se acomodam com processos equivocados. Essas experiências não adquiri e não pretendo adquirir.

Dos sete adversários de Manuela, apenas Nelson Marchezan Jr. (PSDB) militou num único partido:

	Partido atual	Partido anterior
Carlos Gomes	PHS	PDT e PRN
José Fogaça	PMDB	PPS
Luciana Genro	PSOL	PT
Maria do Rosário	PT	PC do B
Orlyx Lorenzoni	DEM	PL
Vera Guasso	PSTU	PT

O que o PC do B ainda tem de comunista?

Manuela – Tudo. Temos ideologia, somos um partido que acredita no bem comum, que acredita que é possível ter uma sociedade organizada a partir da reflexão do homem.

Mas não é o que todos os partidos defendem?

Manuela – Desculpa, mas não é. Não é uma casualidade que o meu partido não tem nenhum parlamentar investigado. Somos um partido de idéias, não temos caciques, temos ideologia.

Explique a contradição

O candidato a vice-prefeito Berfran Rosado (PPS) participou de um governo (de Antônio Britto, 1995-1998) que fez as privatizações da CRT e da CEEE. O PC do B critica até hoje essas privatizações. Não é uma contradição você estarem juntos agora?

Manuela – Quem tem contradição com isso são os que dizem que essa é uma contradição minha. Eu tenho disposição de unir a cidade para enfrentar problemas que em 20 anos não foram enfrentados. Quando o PMDB governou o Estado eu ainda não votava (em 1994, Antônio Britto foi eleito governador pelo PMDB, e Manuela tinha 13 anos). Era uma época em que Lula ainda achava que empresário era inimigo dele. Hoje o vice de Lula é o empresário José Alencar. Meu discurso é igual. Eu usei o adesivo Lula-Alencar na eleição de 2002. Tem gente que cortou o nome de Alencar e se arrepende. Em 2002, com 20 anos, eu já tinha a capacidade de entender a aliança do peão Lula com o empresário Alencar. Eu vivo em 2008, ando para frente, não olho para trás.

A senhora se sente confortável com o fato de o PPS, partido do vice Berfran Rosado, ainda ocupar cargos na administração do prefeito José Fogaça?

Manuela – O PPS já orientou o pedido de demissão dos ocupantes de cargos na prefeitura e já encaminhou à comissão de ética os que continuam na administração. Isso é um problema de fidelidade partidária. São as mesmas discrepâncias que fazem com que o PT esteja coligado com o governo de Aécio Neves (PSDB), em Minas.



“Porto Alegre é uma cidade de acúmulos, nenhum prefeito foi tão ruim a ponto de eu achar que não mereça o meu respeito. Só acho que o ambiente político de divisão ou de fragmentação do poder fez com que os governos ficassem muito aquém das necessidades. Não quero ser uma prefeita de relatórios, quero ser uma prefeita de ação.”

Das coisas da cidade



O que a senhora destaca de positivo na administração de José Fogaça?

Meu discurso de posse como vereadora (em 2005) se relaciona com o que eu digo agora. Naquele momento eu já dizia: “Prefeito, eu sou de oposição, mas conte comigo para tudo aquilo que for para o bem da cidade”. A prova disso é que eu votei a favor das parcerias público-privadas e do camelódromo, enquanto a bancada do PT votou contra. O camelódromo é uma iniciativa interessante porque pôs fim a um conflito de 15 anos. Mas foi uma única coisa.

Pesquisa Ibope mostrou que a saúde é a principal preocupação dos porto-alegrenses. Se eleita, qual será a sua primeira medida para o setor?

Manuela – Informatização da rede, porque todo o resto passa por isso. As equipes de saúde da família precisam ter os dados disponíveis. A informatização permite fazer consultas a exames com velocidade, permite o prontuário eletrônico e a distribuição de medicamentos.



Conheça: Maria do Rosário (PT)

“O novo que eu quero apresentar tem experiência e conteúdo”

5

Ex-vereadora de Porto Alegre por dois mandatos, ex-deputada estadual e atualmente exercendo o segundo mandato de deputada federal, a professora Maria do Rosário (PT), 41 anos, é a quinta entrevistada da série com os oito candidatos à prefeitura de Porto Alegre. Nesta entrevista, Rosário fala sobre a ausência da tradicional militância do PT na campanha eleitoral, lamenta o fato de o presidente Lula não estar mostrando a cara nos programas de TV do horário eleitoral obrigatório e faz críticas à gestão de José Fogaça. A publicação da série segue o critério da ordem alfabética.

Afinal...

Onde foi parar a militância do PT?

Maria Rosário – Quando não está trabalhando ou na escola, a militância está na rua. No final de semana, está colocando coisas na janela. Temos uma campanha, comparativamente com as últimas eleições, em que se está retomando o sentido de militância. Está nas proporções adequadas com uma campanha com mais restrições de material. Sou a favor de que não se coloque material nos postes. Mas se tivéssemos material nos postes, o PT teria em maior número.

Mas por que não existe mais o mar de bandeiras característico de eleições passadas?

Rosário – É natural. O PT viveu muitas experiências no último período. Boas, de governo, e difíceis. Não queremos dizer que a militância é a mesma da década de 80 ou 90. O ritmo da vida, as novas relações sociais são diferentes. Parece que há, não na política, mas com tudo que existe, um menor encantamento. As pessoas do PT também estão vivendo na sociedade, mas proporcionalmente aos outros partidos ainda acho que temos mais militância.

O presidente Lula decidiu não participar da campanha em Porto Alegre sob a alegação de que há três candidatos da base do governo concorrendo: a senhora, a candidata Manuela D'Ávila (PC do B) e o candidato José Fogaça (PMDB). A senhora lamenta a ausência do presidente na sua campanha?

Rosário – Não gosto quando Lula é citado nos outros programas, porque não tem nada a ver. O PPS (partido que está coligado com Manuela) é contra Lula e a favor do governo de Yeda Crusius, e Lula está na foto na campanha da Manuela. O PMDB ganhou sempre foi contra Lula. Confio que a população tenha informação política para juntar o Lula com o PT, e o PT nesta eleição sou eu.

As pesquisas colocam Manuela como a sua adversária na briga pela segunda vaga para o segundo turno. Qual a diferença entre as duas candidaturas?

Rosário – Não vejo dessa forma. A candidatura de Fogaça é forte, até porque ele está na prefeitura. Interessa para nós é ter uma prefeitura ágil e eficiente, atenta ao momento de desenvolvimento do Brasil. Quero fazer uma gestão com muita ousadia junto com o presidente Lula. Fogaça continua sendo o adversário mais forte pela posição que ocupa. Vamos concentrar nossa campanha em mostrar as diferenças de práticas de governo.

Das coisas da cidade



O que a senhora vai manter da atual administração municipal?

Rosário – Se for eleita, vou fazer uma conversa madura com o prefeito a quem estarei sucedendo e analisar junto a ele suas questões mais importantes. Não vou deixar em aberto nenhuma obra que tenha começado.

Qual a sua principal medida para desafogar o trânsito da Capital?

Rosário – São medidas combinadas. Só uma medida não resolve um problema tão grave, que não é só do Centro, mas é da cidade como um todo. Portanto, quero qualificar o transporte de passageiros de forma imediata, com ônibus cumprindo melhores horários, redesenhando seus trajetos e com mais segurança nas paradas para recuperar os milhares de passageiros que estão deixando de andar de ônibus. Integrar o transporte coletivo como um todo na cidade e com a Região Metropolitana é outra meta. O metrô, para médio e longo prazo, é a terceira meta. E ampliar as vias estruturais, assim como fizemos com a Manoel Elias, a Terceira Perimetral, a Protásio Alves, a Bento Gonçalves, a Juca Batista, a Cavalhada e a Eduardo Prado.



“Vou criar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, assim como Lula fez em Brasília, integrado por setores de trabalhadores, empresários e movimentos sociais. Vou dialogar com essas entidades sobre cada um dos projetos. No meu projeto há a disposição para uma reforma administrativa que valoriza os talentos, contrata menos cargos de confiança, isso a partir da junção de áreas, dando um tom de tecnologia e agilidade na gestão.”

O que a senhora destaca de positivo da gestão de José Fogaça?

Rosário – A vitória de Fogaça em 2004 foi calçada na frase que dizia que “ficaria o que estava bom”. De lá para cá, a situação da saúde piorou, o recolhimento de lixo piorou, o ônibus é mais demorado. Mas o que mais impressiona é que a atual gestão apresenta realizações que foram das nossas gestões. É o caso da Terceira Perimetral. Fizemos 12 quilômetros em sete anos, conseguimos financiamento. Só ficou um viaduto para ser concluído, e isso não foi feito em quatro anos. Ouço o prefeito dizer que houve problemas financeiros. A prefeitura nunca teve crise estrutural. As contas sempre foram colocadas por nós com muita seriedade. Não há uma marca da atual gestão. Ter concluído o Conduto Álvaro Chaves? Nós iniciamos a obra. O que há é muita propaganda.

A Terceira Perimetral foi praticamente concluída na última gestão do PT na Capital. Uma das poucas obras que não foram concluídas foi o Viaduto José Eduardo Uetzig, na Zona Norte, que Fogaça inaugurou.



O mirante do Morro Santa Tereza foi o local escolhido por Maria Rosário para ser fotografada por Zero Hora no dia 8

FOTOGRAFIA: WENDEL GILBERTI

Panambra
Mais perto de você

Carlos Gomes, 1501
Azenha, 85

www.panambra.com

A candidata e a cidade

Neste espaço os candidatos respondem às mesmas perguntas.

Se for eleita, qual será o seu primeiro ato?

Rosário – Caminhar pelas ruas e determinar prazos para que minha equipe apresente metas.

Qual a menina-dos-olhos do plano de governo?

Rosário – A saúde. Destaco a gestão integrada pela informatização entre equipes de saúde da família e Centros de Especialidades da Saúde.

O que derrubaria para fazer diferente?

Rosário – Pretendo constituir uma nova estrutura de gestão, mais ágil, capaz de dar respostas objetivas.

O melhor de Porto Alegre?

Rosário – Sua gente dinâmica, com opinião.

O pior de Porto Alegre?

Rosário – As pessoas que vivem na rua, o crack.

O melhor prefeito que Porto Alegre já teve?

Rosário – Tenho pelo menos quatro. O prefeito do PT tiveram características próprias. Olívio Dutra construiu novas possibilidades administrativas. Tarso Genro viu o futuro com bases do Ceitac, do metrô. Raul Pont construiu a Terceira Perimetral. João Verle teve a seriedade de indicar os limites da gestão.

Um modelo de administração municipal?

Rosário – Belo Horizonte resolveu a saúde. Hoje tem 513 equipes de saúde da família. Porto Alegre, 84. Quando Fernando Pimentel (*do PT*) chegou à prefeitura, eles tinham menos do que aqui. Na segurança, um modelo é Campinas (*SP*), com população semelhante à de Porto Alegre e que conseguiu integrar o transporte coletivo da região metropolitana e colocar câmeras em todas as escolas e vias públicas.

O que dá para prometer em quatro anos?

Rosário – Vou conseguir criar um sistema de saúde em que todos sejam atendidos.

O que não dá para prometer em quatro anos?

Rosário – O metrô.

A sua principal qualidade?

Rosário – Sou clara, objetiva, não minto.

O seu principal defeito?

Rosário – Ser direta demais.

Segunda, 22: Carlos Gomes
Terça, 23: José Fogaça
Quarta, 24: Luciana Genro
Quinta, 25: Manuela D'Ávila
Hoje: **Maria do Rosário**
Segunda, 29: Nelson Marchezan Jr.
Terça, 30: Onyx Lorenzoni
Quarta, 1º: Vera Gusso



Pergunta do Paulo Sant'Anna

Se o PT não for para o segundo turno da eleição em Porto Alegre, esta será a maior derrota do partido. A possibilidade de a senhora vir a ser a responsável por essa eventual derrota não lhe preocupa?

Rosário – Eu não trabalho com essa possibilidade. Acredito na vida política com conteúdo e consistência. E nós temos essa frente que tem essa consistência, temos o que apresentar. De toda forma, trago as responsabilidades todas para mim. Quem pretende ser prefeito não pode dividir responsabilidades. Pode dividir vitórias, mas não responsabilidades.

O PT governou Porto Alegre por 16 anos:

- Olívio Dutra: 1989 a 1992
- Tarso Genro: 1993 a 1996
- Raul Pont: 1997 a 2000
- Tarso Genro-João Verle: 2001-2004

Na eleição de 2004, a candidata do PT, Raul Pont, chegou a ir para o segundo turno, mas perdeu para José Fogaça.

Pergunta íntima

A senhora se incomoda em ver um dos principais líderes do seu partido, o ministro Tarso Genro, na campanha da sua adversária Luciana Genro?

Rosário – Não, porque ele é pai. Eu sou mãe (*Rosário tem uma filha, Maria Laura, de oito anos*). Isso é a maior alegria da vida. Acho engraçado que a Luciana diz "no escrinho ele vai votar em mim". Por que ela tem necessidade de dizer isso? Entendo a Luciana e o pai dela e separei o Tarso do pai da Luciana. Jamais vou ser responsável por separar um pai de uma filha.

Pergunta de Fernanda Zaffari

Nota-se que você gosta da militância e de fazer campanha. Mas fale a verdade, qual é o lado chato?

Rosário – Quando perguntam "lembra de mim?" e eu não lembro. Quando não lembro, digo para a pessoa.

Pior adversário

Quem é o candidato mais difícil nesta disputa?

Rosário – Fogaça, porque governa a cidade e é uma pessoa com experiências. Considero o prefeito uma boa pessoa, mesmo que não seja um bom prefeito.

Explique a contradição

O seu partido governou por 16 anos Porto Alegre. Não é uma contradição a senhora agora se apresentar como o novo para Porto Alegre?

Rosário – Separo o novo do que é descartável. O novo tem conteúdo. O descartável é qualquer coisa que a gente experimenta agora, não gostou e pensa que vai poder trocar no próximo fim de semana. Não é assim. A vida política tem de voltar a ter conteúdo. Quando a gente só investe no novo, pode ficar quatro anos tendo de usar essa novidade, e se não cair bem fica ruim. Como acho que as pessoas não são mercadorias e os políticos muito menos, tenho para mim que o novo que eu quero apresentar tem experiência e conteúdo.

Embora Maria do Rosário não cite nomes, ao falar em experiência a candidata manda um recado direto a sua principal adversária na disputa pela vaga no segundo turno da eleição, Manuela D'Ávila, de 27 anos.

ZERO HORA.com

Acompanhe a série e leia as entrevistas anteriores em
www.zerohora.com/eleicoes08



Conheça: Nelson Marchezan Jr. (PSDB)

“Me apaixonei pela idéia de ser prefeito de Porto Alegre”

6

Deputado estadual em primeiro mandato, Nelson Marchezan Jr. (PSDB), 36 anos, é o sexto entrevistado da série com os oito candidatos à prefeitura de Porto Alegre. Ex-diretor de Agronegócios do Banrisul e atual presidente do diretório municipal do PSDB, Marchezan fala nesta entrevista sobre a influência do pai na sua trajetória política, analisa a participação da governadora Yeda Crusius na campanha eleitoral e mostra de que forma pretende acabar em quatro anos com as filas nos postos de saúde. A publicação da série segue o critério da ordem alfabética.

Afinal...

Afinal, o eleitor vota no senhor por suas propostas ou por causa de seu pai, Nelson Marchezan?

Nelson Marchezan Jr. – Acho que se fosse uma campanha para deputado estadual ou federal votariam muito por causa do meu pai, por transferência de confiança. Em Porto Alegre, onde o pai não tinha grandes votações nos últimos anos e onde eu também não sou uma pessoa muito conhecida, acho que as pessoas vão votar por acreditarem que dá para fazer um pouco melhor, pelas propostas, pela forma de eu expressar minhas idéias.

Nascido em Santa Maria e morto em fevereiro de 2002, Nelson Marchezan foi vereador, deputado estadual e deputado federal. Entre 1981 e 1982, foi presidente da Câmara dos Deputados. Marchezan foi filiado ao PDS e, posteriormente, ao PSDB.

O senhor não desanima ao ver as pesquisas, que o colocam com índices inferiores a 5%?

Marchezan Jr. – É importante lembrar que a eleição é recall, é lembrança. É a terceira eleição majoritária que Onyx Lorenzoni (DEM) disputa. Manuela D’Ávila, uma baita estrategista, teve todo o tempo do PC do B para vereadora na TV. Todo espaço institucional do partido ela usou na TV no início do ano para fazer campanha à prefeitura, que até é ilegal. Luciana Genro (PSOL) é a segunda vez que disputa. O prefeito José fogaça nem preciso falar. Maria do Rosário (PT) tem uma história centrada em Porto Alegre, já foi vereadora, tentou duas vezes ser candidata e uma disputa interna no PT com grande disposição. Há um grande domínio de resultado nas eleições através do recall. Por isso acho que José Serra é melhor candidato que Aécio Neves (para a Presidência da República em 2010).

Há algo do governo Yeda Crusius, do seu partido, que o senhor implantaria na prefeitura?

Marchezan Jr. – O ajuste fiscal. Nenhum outro governo conseguiu até hoje fazer um ajuste desse tamanho.

Das coisas da cidade



O senhor tem dito que vai acabar com as filas nos postos de saúde. Como?

Marchezan Jr. – Primeiro, ampliando a rede de assistência, com o Programa Saúde da Família e o Primeira Infância Melhor, e misturando educação com saúde na área das creches. Na área da inteligência de gestão, unificando os postos de saúde, os hospitais. O grande problema é esse. Não se pode dizer que faltam consultas com especialistas em Porto Alegre, apesar de haver dezenas de milhares de pessoas esperando por consultas. Não se tem esse controle.

Se é dito, o senhor pretende instalar uma rede de tecnologia que permita acesso a todos os dados dos pacientes do SUS. O senhor tem idéia de quanto custaria implantar essa rede?

Marchezan Jr. – Essa tecnologia já existe. Uma empresa que for hoje à prefeitura vai ver que há um banco com dados dessa empresa, com endereço, nome do sócio, CPF, RG, idade, nome dos familiares, quanto a empresa faturou. Se uma pessoa física for até a prefeitura para ver quanto deve pagar de IPTU vai encontrar no banco de dados a metragem de sua casa. Se o cidadão chegar ao posto de saúde, não vai estar com seu histórico informatizado. Com essa mesma tecnologia, com poucos investimentos em software, sem dúvida poderemos gerir o que hoje não é gerido. Me arrisco a dizer que hoje sequer temos condições de dizer que faltam médicos especialistas para marcar consultas. Para cada pessoa que está na fila existem quatro que não vão à consulta marcada. Isso é gestão.

“As questões federais e estaduais não se refletem mais nas eleições municipais. O prefeito tem competência política e administrativa para resolver ou encaminhar a grande maioria dos problemas do seu município. É normal que uma governadora (Yeda Crusius) que conseguiu acabar com um déficit de 37 anos tenha passado por dificuldades e tenha se desgastado, mas isso não interfere na campanha municipal.”

Se é tão simples, por que nenhum prefeito até agora implantou essa rede de tecnologia na saúde?

Marchezan Jr. – Temos muitas coisas na área pública a serem feitas. O prefeito tem de eleger prioridades e ter vontade política. A minha prioridade é a saúde.

Quais são as suas medidas para desafogar o trânsito de Porto Alegre?

Marchezan Jr. – Pretendo formar um instituto para estudar Porto Alegre para as próximas décadas.

Como funcionaria esse instituto?

Marchezan Jr. – Ainda não sei. Deverá agregar pessoas da área privada capazes de fazer essa avaliação.

Se é dito, o senhor vai providenciar imediatamente a implantação das cicloviárias?

Marchezan Jr. – É preciso um projeto mais elaborado nessa questão. Não implantarei antes de um estudo de viabilidade e oportunidades. Evidentemente é uma boa forma de desafogar o trânsito. É uma alternativa barata. Temos de ver se Porto Alegre tem espaço físico.





RECONHECIMENTO

No dia 4 de setembro, ZH fotografou Marchezan Jr. no mirante do Morro Santa Tereza, local escolhido pelo candidato

Pergunta do Paulo Sant'Ana



Neste momento, o apoio da governadora Yeda Crusius acrescenta ou subtrai?

Marchezan Jr. – Se eu disser que não afeta, vai parecer que estou desmerecendo. É cientificamente provado que não há transferência de votos de presidente da República e governadores em eleições municipais. As suas experiências de gestão acrescentam. Eu preciso me apresentar primeiro. **Eu tenho o maior índice de desconhecimento entre os candidatos de Porto Alegre. Mas a governadora já apareceu.**

A governadora Yeda Crusius apareceu pela primeira vez no programa de TV do candidato do seu partido no dia 17. Foi um depoimento de 40 segundos.

O pior adversário

Qual é o candidato mais difícil nesta disputa?
Marchezan Jr. – Candidato? Cá entre nós, estou com 2%. Todos são difíceis no meu caso.

Explique a contradição

O senhor tem propostas ousadas para solucionar o problema da saúde, mas quem quiser acessar seu programa de governo no seu site para conhecer melhor suas idéias não vai encontrá-lo. Por quê?
Marchezan Jr. – As propostas aparecem nas minhas entrevistas para rádio e TV que estão no site.

Pergunta íntima

ZH – Onde o senhor arranja ânimo para fazer campanha depois que boa parte do seu partido rejeitou sua candidatura e com baixos índices nas pesquisas?

Marchezan Jr. – Porque eu gosto de conhecer os problemas e buscar as soluções. Eu me sinto feliz nesse contato, conversar com as pessoas, conhecer o mundo em que eu vivo, falar e propagar as idéias. Gosto de falar de coisas que acredito e de buscar pessoas para trabalhar junto nisso. Eu gosto de me sentir útil para a sociedade. Acredito que sou útil mesmo sendo o candidato com poucas chances. Acredito que vou ser prefeito. Talvez não nesta. Mas daqui a quatro anos, quem sabe. Não pelo posto político de prefeito, para não ficar longe da mídia ou para galgar outro cargo de senador e governador. Nesta campanha, eu me apaixonei pela idéia de ser prefeito de Porto Alegre. Acho que dá para fazer muito, muito mais.

ZH – Se eleito, como fará com a mulher, Nadine Dubal, e com o filho (Nelson Marchezan Neto), tendo de se dividir entre São Borja e Porto Alegre?

Marchezan Jr. – Eu tenho de ser eleito e ela reeleita (Nadine é atualmente vereadora em São Borja pelo PSDB). Há vários cenários possíveis. Não vou me preocupar com algo que ainda não aconteceu, que é a minha eleição paralela com a reeleição dela.

Pergunta Estilo próprio

O senhor tem alguma superstição para o dia 5 de outubro?

Marchezan Jr. – (Silência.) Acho que não.



Panambra
Mais perto de você

Carlos Gomes, 1501
Azenha, 85

www.panambra.com

O candidato e a cidade

Neste espaço os candidatos respondem às mesmas perguntas.

Se eleito, qual será o seu primeiro ato?

Marchezan – Normear o secretário da Saúde.

Qual a menina-dos-olhos do plano de governo?

Marchezan – Saúde. Porque é questão básica de sobrevivência e dignidade.

O que derrubaria para fazer diferente?

Marchezan – O preconceito de que só há oito ou oito. Podemos agradar a todos buscando uma solução viável. Há mais do que duas alternativas para os problemas.

O melhor de Porto Alegre?

Marchezan – O ambiente. Porto Alegre é uma cidade feliz, boêmia, sem ser preguiçosa.

O pior de Porto Alegre?

Marchezan – Saúde.

O melhor prefeito que Porto Alegre já teve?

Marchezan – Nasci em 1971, não conheço os prefeitos do passado. A gente não pode analisar um gestor público por dados de marketing e simpatia.

Um modelo de administração municipal?

Marchezan – Um modelo de gestor é José Serra (ex-prefeito de São Paulo e atual governador de SP, do PSDB). Tem Aécio Neves (governador de Minas, do PSDB) e Beto Richa (prefeito de Curitiba, do PSDB). As administrações deles trouxeram resultados à população, sem mágica e jogos de marketing. Em um ano e meio como prefeito, Serra fez uma revolução em São Paulo. O Estado de São Paulo tem para investir R\$ 8 bilhões no metrô. Curitiba é um modelo. O prefeito tem 70% de aprovação.

O que dá para prometer em quatro anos?

Marchezan – Acabar com as imensas filas na saúde.

O que não dá para prometer em quatro anos?

Marchezan – Resolver o problema habitacional.

A sua principal qualidade?

Marchezan – Vontade de fazer, dedicação.

O seu principal déficit?

Marchezan – São tantos... A falta de paciência.

Segunda, 22: Carlos Gomes

Terça, 23: José Fogaca

Quarta, 24: Luciano Genro

Quinta, 25: Manuela D'Ávila

Sexta, 26: Maria do Rosário

Hoje: Nelson Marchezan Jr.

Terça, 30: Onyx Lorenzoni

Quarta, 1º: Vera Gusso



ZERO HORA.COM

Acompanhe a série e leia as entrevistas anteriores em
www.zerohora.com/edicaoodia



Conheça: Onyx Lorenzoni (DEM)

“Só assume comigo na prefeitura quem abrir seu sigilo”

7

O sétimo entrevistado da série com os oito candidatos à prefeitura de Porto Alegre é o deputado federal em segundo mandato Onyx Lorenzoni (DEM). Esta é a terceira vez que Onyx, 53 anos, disputa a eleição para prefeito da Capital. A primeira foi em 1992, quando ficou em sétimo lugar, e a segunda, em 2004, ficando na terceira colocação. Nesta entrevista, Onyx fala sobre como pretende, se eleito, viabilizar a tarifa única do transporte coletivo urbano sem que haja aumento no valor das passagens. A publicação da série segue o critério da ordem alfabética.



Afinal...

Uma de suas propostas de governo é a tarifa única para o transporte coletivo. Há quanto tempo o senhor não anda de ônibus?

Onyx Lorenzoni – Eu ando de ônibus, inclusive muitas vezes saio do bairro Tristeza para correr. Vou de ônibus até perto da Usina do Gasômetro. De lá eu volto correndo.

O senhor diz que não recebe doação de empresário do ramo de transporte coletivo. De quem o senhor aceita dinheiro para campanha?

Onyx – Não aceito doações que possam vir a significar comprometimento com a gestão de Porto Alegre. Os meus financiadores são aquelas pessoas que acreditam no meu trabalho, nas idéias do meu partido. Sempre tive financiadores claramente conhecidos. Graças a isso tive independência para enfrentar, como membro da CPI dos Correios, José Dirceu (*ex-chefe da Casa Civil do governo Lula*), o presidente Lula e toda aquela gente do mensalão. Se eu tivesse qualquer rabinho preso eu já estava derrubado. E reafirmo: só assume comigo na prefeitura quem abrir o seu sigilo fiscal, bancário e telefônico do primeiro dia de governo até o último.

O senhor desde o início defendia a tese de que o seu principal adversário na briga pelo segundo turno era José Fogaça, já que a outra vaga ficaria com uma das candidatas. De acordo com as pesquisas essa tese ainda não se confirmou. Por quê?

Onyx – Primeiro, eu acho que é cedo para dizer que a tese não se confirmou. Todos aqueles candidatos que entraram na disputa liderando as pesquisas nas últimas três eleições perderam: Antônio Britto (2002), Raul Pont (2004) e Germano Rigotto (2006). Tenho uma tradição de chegada forte, foi assim em 2004, quando pulei da sétima, oitava colocação para o terceiro lugar. Tenho certeza

de que se a gente conseguir virar os dois dígitos, ou seja, ir para 12%, 13%, nós vamos para o segundo turno.

De acordo com a pesquisa Ibope, publicada em ZH no domingo, Onyx tem 5% das intenções de voto. Pelo levantamento do Datafolha, divulgado também no domingo, o candidato do DEM aparece com o mesmo percentual.

Explique a contradição

O vice-governador Paulo Afonso Feijó é hoje um dos principais líderes do seu partido, muito pelo cargo que ocupa. Por que a participação dele na sua campanha tem sido tímida? É por que ele é uma figura polêmica demais?

Onyx – Ele já foi aos meus programas de TV. Paulo Afonso está indo para a rua me ajudar, é meu companheiro, vai a eventos. É muito forte a presença dele. Me sinto honrado de ter uma pessoa com a firmeza de caráter dele. Tenho orgulho de tê-lo ao meu lado, e faço questão de tê-lo na minha propagando eleitoral.

Das coisas da cidade

O senhor tem um plano de obras ousado para Porto Alegre. De onde o senhor imagina que virão os recursos para financiar todos esses projetos?

Onyx – Várias cidades do mundo e do próprio Brasil são exemplos de que com criatividade se pode montar projetos econômicos que podem resultar em melhorias de vida das pessoas. Porto Alegre nunca se valeu dos regimes de concessão. Por exemplo: a empresa que construiu estacionamentos subterrâneos que hoje viabilizam o centro histórico de Madri esteve aqui, bateu à porta da prefeitura e pediu para construir um estacionamento

“Quero fazer uma administração de quatro anos que marque a história de Porto Alegre. Um prefeito não é apenas uma realizador ou alguém que responde por meio de uma gestão às demandas da população. O prefeito também é um motivador de pessoas. E eu começaria dentro de casa, motivando desde o mais humilde garí, dizendo que ele pode ter em mim um amigo e um parceiro.”

subterrâneo, fazer um estudo no Largo Glênio Peres, e ninguém deu bola para isso. As minhas três prioridades são segurança, saúde e educação. O dinheiro para essas três áreas terá origem no orçamento do município, com a reorganização administrativa da prefeitura, a redução das secretarias. Os recursos de todas as economias que nós pudermos fazer serão destinados exclusivamente para essas três áreas. Tudo aquilo que for para melhorar os equipamentos urbanos de Porto Alegre será feito com dinheiro privado.

Cite um projeto ou programa criado na atual administração e que o senhor pretende manter.

Onyx – O **Portais da Cidade**, porque melhoraria a mobilidade urbana. Embora haja necessidade de uma série de aperfeiçoamentos.

O projeto Portais da Cidade prevê que os ônibus virem de bairros desembarquem em três grandes portais, nas imediações da área central. De lá passarão linhas rápidas, a cada três minutos, que conduzirão os passageiros ao Centro.





Onyx escolheu o Chalé da Praça XV, no Centro, para ser fotografado por Zero Hora na tarde do dia 9 de setembro

Pergunta do Paulo Sant'Ana



Uma das bandeiras de sua campanha é a tarifa única. O senhor diz que não aumentará o valor da passagem nem haverá prejuízos à prefeitura. Alguém vai arcar com esses custos. Quem?

Onyx – As empresas que já ganham muito dinheiro em Porto Alegre e que, de maneira geral, servem mal à população. O próprio Fogaça, quando buscou meu apoio no segundo turno na eleição de 2004, descobriu que dava para propor passagem de ônibus integrada. Ele dizia que as pessoas iam poder pegar dois ou três ônibus sem pagar nova passagem. O prefeito não fez isso nos três primeiros anos de governo. Lançou o TRI agora, na boca das eleições. E ele capitulou o interesse das empresas, tanto que a passagem integrada não é para pobre e desempregado. Quem não tem R\$ 2,10 para passagem tem de arrumar R\$ 21 para comprar o cartão, senão não tem direito. Sem falar que não foi feito para funcionar porque exige que a pessoa pegue o segundo ônibus num intervalo de 30 minutos. Quer dizer que se alguém passa mal, quer pagar uma conta, quer fazer um lanche ou se o ônibus atrasar perde aquele direito. Portanto, o TRI foi feito para não valer. É apenas uma resposta eleitoral.

O TRI é o novo sistema de bilhetagem eletrônica, implantado em agosto pela prefeitura da Capital, que oferece desconto de 50% na tarifa da segunda viagem do ônibus.

Pior adversário

Qual é o candidato mais difícil nesta disputa?

Onyx – O prefeito Fogaça, porque tem a máquina e quatro anos de prefeitura.

Pergunta de Fernanda Zaffari



O senhor está com um discurso afinado com o seu vice, Mano Changes (PP). Já assistiu a algum show da Comunidade de Nin-Jitsu? Conhece as músicas dele?

Onyx – Conheço as músicas do Mano. Ele é um jovem e talentoso músico que nasceu no meio dessa lambança geral que é a política no Brasil. Poderia ter ficado numa posição cômoda de criticar, mas optou por botar uma gravata e ir para o outro lado do balcão, e hoje é deputado estadual. Ele defende uma bandeira extraordinária que é a bandeira que nos uniu, a da educação integral. Mano sabe separar a figura do músico. As pessoas tendem a olhar Mano com os olhos do preconceito e do estereótipo. Quem tira os olhos do preconceito para ouvi-lo se surpreende em ver que ele é uma pessoa inteligente, preparada, bem articulada.

Mas o senhor já foi a algum show de Mano?

Onyx – Já, já fui.

Pergunta íntima

O senhor disse recentemente à jornalista Fernanda Zaffari que sua família se converteu à Igreja Luterana num momento de dificuldade. Que momento foi esse?

Onyx – Foi um momento posterior a minha separação do primeiro casamento. Um período de instabilidade pessoal, tinha 20 e poucos anos. Era um problema meu, existencial. Mais tarde encontrei um pastor da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, uma pessoa extraordinária. Por dois anos fiz estudo bíblico junto com Hellen, com quem estou casado há 22 anos. Nós dois éramos de família católica. Acharmos que naquele momento Deus botou o dedinho na cabeça da gente e nos uniu.

Panambra
Mais perto de você

Carlos Gomes, 1501
Azenha, 85

www.panambranet.com

O candidato e a cidade

Neste espaço os candidatos respondem às mesmas perguntas.

Se eleito, qual será o seu primeiro ato?

Onyx – Reunir os funcionários municipais para dizer que vou precisar da parceria deles.

Qual a menina-dos-olhos do plano de governo?

Onyx – A segurança.

O que derrubaria para fazer diferente?

Onyx – Nunca fiz política destruindo. Sempre fiz política propondo. Uso o Muro da Mauá como exemplo. Descobri estudando o planejamento da prefeitura que Thompson Flores, quando era prefeito, mandou fazer as fundações da Elevada da Mauá. Em vez de derrubar o muro, pretendo fazer a Elevada da Mauá.

O melhor de Porto Alegre?

Onyx – A população conjugada com o pôr-do-sol.

O pior de Porto Alegre?

Onyx – A insegurança.

O melhor prefeito que Porto Alegre já teve?

Onyx – Loureiro da Silva. Foi um prefeito que teve a capacidade de fazer realizações no presente, como a Avenida Farrapos, e capacidade de preparar o futuro.

Um modelo de administração municipal?

Onyx – Mesclaria modelos de dois prefeitos porto-alegrenses, Loureiro da Silva e Olívio Dutra, e de um internacional, Rudolph Giuliani (*ex-prefeito de Nova York*). Loureiro fez uma boa gestão do cotidiano, mas voltada para o futuro. Olívio foi o último prefeito a manter uma conexão social com a periferia. Giuliani tinha a seguinte frase sobre a mesa: "O lugar do prefeito é onde as pessoas estão". Foi a primeira autoridade a chegar ao local da tragédia de 11 de Setembro.

O que dá para prometer em quatro anos?

Onyx – Guarda Municipal bem treinada e equipada, os 10 Pronto-Atendimentos da Saúde e a bolsa-creche.

O que não dá para prometer em quatro anos?

Onyx – Nenhuma obra megalômana.

A sua principal qualidade?

Onyx – Sou homem de palavra.

O seu principal defeito?

Onyx – Perfeccionista.

Segunda, 22: Carlos Gomes

Terça, 23: José Fogaça

Quarta, 24: Luciana Genro

Quinta, 25: Maruska D'Ávila

Sexta, 26: Maria do Rosário

Segunda, 29: Nelson Marchezan Jr.

Hoje: Onyx Lorenzoni

Quarta, 1º: Vera Guasso



ZERO HORA.COM

Acompanhe a série e leia as entrevistas anteriores em
www.zerohora.com/ediciododia



Conheça: Vera Guasso (PSTU)

Panambrá
Mais perto de você

Carlos Gomes, 1501
Azenha, 85

www.panambranet.com

“Quem aceita dinheiro de empresário vai perder a independência política”

8 Última entrevistada da série com os oito candidatos à prefeitura de Porto Alegre, a funcionária pública federal Vera Guasso (PSTU), 45 anos, disputa pela segunda vez consecutiva o cargo de prefeita. A publicação da série seguiu o critério da ordem alfabética.

Afinal...

A senhora é conhecida dos gatchos pela imagem de durona. Na vida privada também é assim?

Vera Guasso – Sou muito firme com a minha família, procuro sempre a coerência, a ética. Mas sou uma pessoa sensível. (“Pra nós ela é a Verinha”, ressaltou o companheiro de partido Júlio Flores, que a acompanha na entrevista). Sou emocional, choro facilmente. Fiquei emocionada com a quantidade de pessoas que me ligaram para prestar solidariedade depois do assalto (Vera fica com os olhos marejados).

Na noite do dia 3, Vera Guasso foi agredida numa tentativa de assalto na Cidade Baixa, bairro onde mora. Ao tentar negociar para ficar com a bolsa e os documentos, foi agredida com socos e pontapés.

A senhora aceita dinheiro de empresário?

Vera – De forma nenhuma. Temos um princípio que é inegociável. Quem paga, manda. Não existe almoço grátis. Quem aceita dinheiro de empresário vai perder a independência política. O que é mais caro para nós é a independência para dizer o que pensamos.

Qual será sua medida mais radical se for eleita?

Vera – Não aceitaremos nenhuma negociação. Vamos desfazer tudo que foi feito até agora. Enfrentaremos o poder econômico na cidade.

Por que a senhora insiste em concorrer mesmo com chances remotas de vencer a eleição?

Vera – Não somos um partido eleitoral. Somos um partido da luta social, que está cotidianamente nas ruas. O PT também começou pequeno só que numa década de grandes lutas sociais. Hoje o neoliberalismo é muito forte, e isso se reflete na sociedade.

Das coisas da cidade

Qual a sua principal medida para desafogar o trânsito?

Vera – De cara, vamos propor o congelamento das passagens de ônibus e ampliar as linhas. Isso será imediato.

Cite duas medidas para ajudar a solucionar o problema da segurança.

Vera – Sentar com os movimentos sociais e mobilizá-los para discutir com o governo do Estado um projeto de mudança das polícias Civil e Militar. Criar emprego, alternativas para as pessoas que hoje estão nas mãos do narcotráfico.

Pergunta íntima

A sua filha (Natália, 25 anos) faz campanha para a senhora?

Vera – Não é uma militante, mas me apóia, me acompanha em eventos. Ela tem uma compreensão da solidariedade humana.



Vera escolheu o Monumento ao Expedicionário, na Redenção, para ser fotografada por Zero Hora no dia 3 de setembro

“Se a população estiver disposta a ir à luta, nada será impossível de fazer. Para quem já derrubou a ditadura e o Collor, é possível fazer coisas inimagináveis.”

A candidata e a cidade

Neste espaço, todos respondem às mesmas perguntas.

Se eleita, qual será o seu primeiro ato?

Vera – Um plano de obras públicas para construir escolas, creches, postos de saúde e moradias. Vamos chegar à prefeitura, chamar os técnicos e dizer que queremos um projeto imediato. Vira demagogia se a gente não planeja.

Qual a menina-dos-olhos do plano de governo?

Vera – Os conselhos populares. Vamos chamar os setores organizados da sociedade para discutir nosso projeto de governo.

O que derrubaria para fazer diferente?

Vera – Tem tanta coisa errada que eu substituiria... (Vera olha para Júlio Flores. Ambos ficam pensando até que Flores propõe a encampação das empresas de ônibus, e Vera acata.). Isso pode ser. A municipalização progressiva do transporte coletivo de Porto Alegre. Entendemos que o transporte tem de ser público. Para ser barato e de qualidade não pode ter lucro.

O melhor de Porto Alegre?

Vera – Temos aí esse lago que a gente chama de Rio Guaíba. Achamos que essa coisa é muito legal mas tem de ser de uso público, desde o Cais do Porto até Ipanema. Também os trabalhadores e a juventude que vivem aqui. Porto Alegre é um dos centros mais politizados do país.

O pior de Porto Alegre?

Vera – A miséria que se vê nas ruas.

O melhor prefeito que Porto Alegre já teve?

Vera – Todos os prefeitos que passaram por aí privilegiaram a minoria da sociedade. Para nós nenhum foi o melhor por conta desse projeto.

O que dá para prometer em quatro anos?

Vera – Temos vontade política de mudar, mas só será possível com participação popular. Vamos ter de enfrentar poderosos. O governo Lula chegou dizendo que faria um monte de coisas, mas entregou seu projeto por conta de interesses prévios, como financiamento de campanha. É possível colocar a saúde pública à disposição de toda a população, mas é preciso garantir verbas e enfrentar o governo federal.

Segunda, 22: Carlos Gomes

Terça, 23: José Fogaça

Quarta, 24: Luciana Genro

Quinta, 25: Manuela D'Ávila

Sexta, 26: Maria do Rosário

Segunda, 29: Nelson Marchezan Jr.

Terça, 30: Crux Lorenzoni

Hoje: Vera Guasso



ZERO HORA.COM

Acompanhe a série e leia as entrevistas anteriores em www.zerohora.com/edicaoodia

ANEXO 5 – Entrevista: candidatos a Prefeitura de Porto Alegre em 2008 no 2º turno.

| 6 | Política >

ZERO HORA > DOMINGO | 12 | OUTUBRO | 2008

ZERO HORA.COM

Acompanhe as últimas notícias de eleições em www.zerohora.com/eleicoes

Entrevista: José Fogaça (PMDB)

“Porto Alegre está pacificada”

DIOGO OLIVIER
e DIONE KUHN

O prefeito e candidato à reeleição José Fogaça (PMDB) recebeu Zero Hora no comitê de campanha na noite de quinta-feira. Entre goles d'água para aliviar a garganta, chamou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de “estadista”, admitiu que não imaginava ultrapassar a barreira de 40% dos votos e mencionou uma suposta tentativa de sabotagem do Orçamento Participativo por parte de “forças desconhecidas”. O atual prefeito contou também que pretende dizer com clareza na campanha quais as obras da prefeitura que tiveram recursos federais.

A seguir, trechos da entrevista:

diogo.olivier@zerohora.com.br
dione.kuhn@zerohora.com.br



Fogaça disse na quinta-feira a Zero Hora que Lula é um estadista e negou que exista aceleração de obras em razão da eleição

Zero Hora – O senhor teme o efeito Lula em favor da candidatura de Maria do Rosário (PT)?

José Fogaça – Não. Considero o presidente Lula um estadista, que manterá posição de imparcialidade. Ele será justo no processo. Então, não há por que temer.

ZH – Se não há medo, então por que a insistência em afirmar que o presidente não deve fazer campanha pelos candidatos de seu partido, falando até em supostos problemas com o PMDB no Congresso caso isso venha a ocorrer?

Fogaça – Não quero fazer nenhuma sugestão ao presidente. Quem sou eu para isso? Estou apenas constatando. Por que Lula não veio à Capital no primeiro turno? Por uma razão: havia candidatos de sua base de apoio. Isso não mudou no segundo turno. Essa lógica é impecável.

ZH – Por que o senhor se considera um candidato do governo federal se o PMDB gaúcho sempre foi oposição ao governo Lula?

Fogaça – O que devo e posso dizer é que as relações entre prefeitura e governo Lula no âmbito dos interesses comuns foram extremamente positivas. Todos os projetos que trabalhamos foram bem-sucedidos. O PAC deu certo 100% em Porto Alegre.

ZH – Por que deu certo?

Fogaça – Apresentamos projetos competentes, como disse a própria ministra Dilma Rousseff. Estávamos com as contas em dia, de modo que não havia restrições de ordem financeira. E porque sempre houve muito boa vontade do presidente.

ZH – O senhor usará sua relação com o governo Lula no horário eleitoral obrigatório?

Fogaça – Não vou fazer uso da imagem do presidente. Ao contrário: considero ser meu dever, quando se tratar de obras com recursos federais, explicitar clara e honestamente que a fonte dos recursos é federal. Exemplo: na Vila Dique, são R\$ 33 milhões do governo federal e R\$ 23 milhões do orçamento municipal. A Vila Dique é fruto da nossa competência e capacidade de articulação, mas nunca deixarei de mencionar que, ao pedir recursos da União, eles não foram negados.

ZH – Prefeitos como Beto Richa (PSDB), de Curitiba, e Luizianne Lins (PT), de Fortaleza, se reelegeram com folga no primeiro turno. O que faltou para o senhor vencer no primeiro turno?

Fogaça – Tivemos sete candidatos com postura de oposição, combatendo o governo. A pergunta deveria ser outra: como o senhor conseguiu o milagre de alcançar 44%?

ZH – Em algum momento o senhor achou que venceria no primeiro turno?

Fogaça – (Pausa.) Não. Pessoalmente, não. Mas me surpreendeu ultrapassar a barreira de 40% dos votos. Imaginava menos. Significa dizer que o processo de reconhecimento da população era algo em crescimento.

ZH – Seus adversários o criticaram por não ter muitas obras para mostrar e ter um estilo “lento”. O que o senhor diria a eles agora que está no segundo turno?

Fogaça – Acho um discurso de caráter eleitoral. Não acho ofensivo. É até uma maneira respeitosa de criticar. Mas nós provamos o contrário. Podíamos ter um defeito: falar pouco do que fazíamos. Mas quando a população organizou na sua cabeça tudo o que via disperso na cidade, entendeu que as coisas estavam acontecendo.

ZH – Por que o senhor visitou locais destruídos e se pronunciou apenas 48 horas depois do ciclone que atingiu Porto Alegre este ano?

Fogaça – Isso aconteceu em um final de semana. Colocamos em ação a Defesa Civil, toda a EPTC, o DEP tinha 27 operadores na rua. Todos sob a coordenação do prefeito. A imprensa só me acompanha quando vou à sinagoga. Ninguém da imprensa me procurou para saber o que estava fazendo. Estava atuando e acompanhando tudo passo a passo.

ZH – Por que a prefeitura deu mais visibilidade a suas obras pouco antes da eleição?

Fogaça – A prefeitura não deu mais visibilidade a suas obras antes da eleição.

ZH – O recapeamento da Avenida Ipiranga começou há pouco.

Fogaça – Mas anunciamos no início de 2007. Como fazer essas obras sem licitação, planejamento? Cada licitação leva dois anos. Não consigo entender a perplexidade que possa haver. Ao contrário: isso só prova que tudo estava planejado com muita antecedência. Agora, realmente só começamos a fazer em 2007. Sem previsão orçamentária não tem como. Em 2005 e 2006, estávamos arrumando a casa. Mas os recursos para a educação se mantiveram intactos. Na saúde e na assistência social houve crescimento ano a ano. A única área em que seguramos os recursos foi para asfaltamento da área central da cidade. A pavimentação comunitária foi feita. Segurei só no Centro.

ZH – Qual é a grande obra do seu governo?

Fogaça – A grande obra do meu governo é o equilíbrio político. Porto Alegre está pacificada. É uma cidade que não é mais dividida em dois blocos, o do governo e o dos que estão contra ele. Uma cidade com clima de pluralidade e democracia, que permite que a oposição não se sinta excluída. Quem vai ao Orçamento Partici-

pativo hoje percebe isso. Todos são aceitos, seja qual for sua ideologia.

ZH – Em 2004, o PT falava em “continuar a mudança”, e o senhor, em “mudar”. Agora, é o senhor quem diz que a mudança deve continuar. Não é o mesmo slogan?

Fogaça – Nem sabia disso. Nunca captei essa visão por parte do PT. Com 16 anos de governo, não me parece que o PT pudesse falar nesses termos. O que está claro é que muita coisa mudou em Porto Alegre. Essa atitude de não recusar tudo o que os outros fazem, por exemplo. Completamos a Terceira Perimetral, uma obra marcadamente do governo anterior, apesar de termos de fazer das tripas coração para manter o desembolso do BID, pois havia atraso de dois anos no pagamento da primeira prestação. Mantivemos o Orçamento Participativo sem mudar absolutamente nada, por respeito a sua autonomia. Felizmente os líderes comunitários, mesmo aqueles que não eram alinhados politicamente conosco, reconheceram isso. No segundo ano houve uma tentativa de esvaziamento do OP. Era assim: não vai ninguém para ver se esvazia.

ZH – Quem tentou esvaziar?

Fogaça – Houve um chamamento de setores políticos que não consegui identificar.

ZH – Do PT?

Fogaça – Setores não-identificados. Quem pode ter interesse político nisso? Não sei. Creio que, como tudo funcionou perfeitamente no primeiro ano, houve uma tentativa de esvaziamento. Mas não funcionou.

ZH – O clima da campanha vai esquentar?

Fogaça – Vai haver comparação entre dois projetos. Os 16 anos do PT contra os nossos quatro anos. É inevitável. Pode ser debate candente, mas qual o problema? Se as regras da democracia forem respeitadas, tudo bem. Política é isso. O que fizemos na cidade é indestrutível e terá desdobramentos futuros. É o que acontecerá no bairro Humaitá por conta do Viaduto Leonel Brizola.

ZH – Se eleito, o senhor promete cumprir os quatro anos?

Fogaça – Posso dizer que não há nada mais importante do que ser prefeito de Porto Alegre.

ZH – Cumprirá até o fim?

Fogaça – Claro que sim.

“Me surpreendeu ultrapassar a barreira dos 40% dos votos. Imaginava menos. O processo de reconhecimento da população era algo em crescimento”

Entrevista: Maria do Rosário (PT)

“A maioria votou por mudança”

DIAGO OLIVIER
e MARCELO ERMEL

A candidata do PT à prefeitura de Porto Alegre, Maria do Rosário, recebeu Zero Hora em uma confeitaria no bairro Bom Fim na tarde de sexta-feira. Entre goles de água mineral e doces, disse que para participar do seu governo não será preciso carteirinha de filiado e que sonha com o apoio do PDT pela tradição brizolista da família. afirmou que espera a visita de Lula durante a campanha, mas sem criar contrangimentos para o presidente. Rosário conta, também, como espera conquistar eleitores de Onyx Lorenzoni (DEM) e Nelson Marchezan Jr. (PSDB).

Confira trechos da entrevista:

diago.olivier@zerohora.com.br
marcelo.ermel@zerohora.com.br



Em entrevista a Zero Hora na sexta-feira, Rosário festejou o apoio de Lula e disse que seu governo não exigirá carteirinha de filiado

Zero Hora – Nos últimos 20 anos, o PT sempre partiu de 30% do eleitorado em Porto Alegre. O que aconteceu para essa margem cair tanto, até os 22% da senhora no primeiro turno?

Maria do Rosário – Foi um processo. Não aconteceu agora. Acho importante que o PT não diga mais que tem um terço dos votos ou algo do gênero. O apoio da população pertence a ela e precisa ser conquistado. Me dirigi para esta eleição sabendo que teria de reconstruir a vida partidária e reencantar a presença militante.

ZH – Então a senhora nunca trabalhou com aquela margem de votos que o PT sempre tinha?

Rosário – Não. É a primeira eleição, após muitos anos, não estando na prefeitura. É, também, uma eleição posterior a fatos políticos nacionais que foram muito difíceis para o PT. E que enfrentei, na medida em que fui candidata à presidência nacional do PT em oposição ao comando de então.

ZH – A senhora se refere ao escândalo do mensalão?

Rosário – Estou falando daquele processo todo de desgaste no cenário nacional que o PT viveu. O partido também amadureceu, só que vivencia um momento diferente.

ZH – O desgaste de Yeda Crusius

como governadora prejudicou as candidaturas femininas?

Rosário – Nesta eleição, não me considero prejudicada por nada. Me sinto numa condição de quem viveu uma etapa muito importante: chegar ao segundo turno. É a primeira eleição com pulverização da esquerda. Portanto, nada me coloca em posição de derrota. Só tenho o que comemorar por estar no segundo turno.

ZH – A senhora chegou a pensar em não ir ao segundo turno?

“Já tenho o apoio de Lula. São duas semanas de eleição. A agenda dele é corrida. Não crio constrangimentos ao presidente. Me alimenta e saber que ele está comigo”

Rosário – Tentei a eleição com muita disposição, mas vocês mesmo indicavam isso. O Ibope indicava. Está bem que não acredito muito no Ibope, mas vocês diziam isso. Então se formou uma opinião nesse sentido, depois desmentida pela vida.

ZH – Como será a matemática para o segundo turno, se faltam cerca de 7% para o seu adversário ter maioria absoluta?

Rosário – Política não é matemática. O conceito é político. Os números podem indicar isso que tu referiste ou podem indicar que a maioria votou por mudança. Em outras cidades, como Curitiba e Fortaleza, os prefeitos Beto Richa (PSDB) e Luizianne Lins (PT) se reelegeram no primeiro turno surfando na onda positiva do país. Isso não aconteceu aqui. Começamos do zero a zero.

ZH – O eleitor de Onyx Lorenzoni (DEM) e Nelson Marchezan (PSDB) pode votar na senhora?

Rosário – Ouvi propostas de ambos baseadas em críticas ao atual prefeito.

ZH – Mas qual a afinidade?

Rosário – Ideológica? Nenhuma. Mas há o interesse público. Para governar não farei disputa ideológica. Quero aliança política que tenha como base o governo Lula, mas com propostas de todos os candidatos.

ZH – Em que medida a ausência física do presidente Lula na sua campanha pode lhe afetar?

Rosário – Já tenho o apoio de Lula. São duas semanas de eleição. A agenda dele é corrida, com viagem ao Exterior. Não crio constrangimentos ao presidente. O que me alimenta é saber que ele está comigo.

ZH – Mas se criou uma expectativa de que, no segundo turno, Lula viria.

Rosário – Mas eu acredito que o presidente Lula venha. Agora, quando Dilma (Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil) está aqui, ele também está. Dilma é nossa candidata em 2010. Uma gatinha. Se estou com Dilma, estou com Lula. Também o ministro Tarso Genro está sempre comigo. O prefeito Fogaça, com todo o respeito, mesmo sendo um bom sujeito, perdeu recursos federais por não apresentar projetos com a agilidade necessária. Por isso perdeu R\$ 9,3 milhões para o Hospital de Pronto Socorro. Por isso perdeu mais de R\$ 100 milhões para o Porto.

ZH – O PC do B de Manuela está ao seu lado. Se o PPS decidir apoiá-la depois de a senhora ter dito que não deseja esse apoio, como a senhora agirá?

Rosário – Não é por arrogância que eu disse que não queria o apoio do PPS, mas por coerência. Se tenho posição sobre política de alianças, que é de governar junto, não poderia mudar no segundo turno. Esse grupo político é oposição forte ao governo Lula e tocou a política de privatizações durante o governo de Antônio Brito. Quero o apoio do PSB.

ZH – As críticas a Manuela, como o episódio de chamada de filha de pai no contato com uma eleitora, não prejudicaram a senhora para o segundo turno?

Rosário – Esse é um episódio superado. Para mim e, acho, para a Manuela. Foi uma expressão infeliz que não usaria novamente. O interesse é público: a cidade parada, perdendo recursos, com as ruas sujas, o trânsito paralisado. Esse é o debate que faremos. No ano passado e neste, uma linha do Ministério da Saúde, a fundo perdido, foi colocada à disposição da prefeitura para reforma de postos onde atuam equipes de médicos de saúde da família que tenham residentes. Porto Alegre não apresentou projeto e perdeu os recursos. A população precisa saber disso. O gestor que perde esses recursos não perde para si, mas para as pessoas.

ZH – Quais as suas conquistas para a cidade como deputada?

Rosário – Apresentei várias emendas de um ano inteiro. Mas a opção foi sempre dizer: não queremos. A demanda da Escola Técnica da Restinga foi minha. Também cinco equipes em atuação do Programa Sentinela para vítimas de violência sexual, entre 40 para todo o Estado. Sou autora da emenda que incluiu as creches comunitárias no Fundeb: 140 creches recebem recursos federais por conta disso. A postura da prefeitura sempre foi arguente nesse sentido.

ZH – Qual a sua opinião sobre o Orçamento Participativo (OP) de hoje?

Rosário – Fogaça esvaziou o OP. Não atendeu muitos dos compromissos decididos ali. Não se fez presente, assim como os secretários. A tradição sempre foi de reuniões semanais com prefeito e secretários. A participação diminuiu. É preciso renovar o OP. Os melhores fiscais de obras da cidade são os moradores dos bairros. Eles têm de decidir e também fiscalizar as obras.

ZH – Vai dar para tomar banho em Ipanema?

Rosário – Vai. Prepare o calção de banho.

ZH – Se eleita, a senhora poderá buscar partidos de fora de sua aliança para governar?

Rosário – Sempre quis ter o apoio do PDT. Minha família é toda brizolista. Vou procurar quadros das universidades, por exemplo.

ZH – Independentemente dos partidos?

Rosário – Para participar do nosso governo não precisa ter carteirinha de filiação, mas contribuição pa-

ra a cidade. Não vou repetir os governos que a Frente Popular já fez. Está na hora de valorizar outros quadros também. É um outro momento.

ZH – O clima da campanha vai esquentar?

Rosário – Acho que meu encontro com Fogaça no Dia do Perdão deve dar o tom. Agora, críticas político-administrativas, aí sim. É preciso debater. Sou oposição.

ZH – Se eleita, a senhora promete cumprir os quatro anos de mandato?

Rosário – Com certeza.

Panambrá
Mais perto de você

Carlos Gomes, 1501
Azenha, 85

www.panambranet.com